

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

**HISTÓRICO COMPLETO
Março/2001**

CPI DAS ONGs

(Atualizada em 12/03/01)

Foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no Senado Federal, que irá apurar a atuação e a movimentação de verbas das Organizações Não-Governamentais que funcionam no país.

O pedido de CPI foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR). O que motivou o parlamentar requerer a CPI, foi a movimentação de quase R\$ 1 bilhão feita pelas ONGs.

O temor dos parlamentares da Região Norte é que as ONGs estejam se aproveitando da liberdade de atuação que lhes é conferida pela legislação brasileira para defender interesses de governos ou corporações estrangeiras.

Um dos pivôs que motivaram o pedido de abertura da CPI é a ONG - Associação Amazônia, acusada de grilagem de uma área de 172 mil hectares em Roraima, às margens do Rio Negro. Houve uma CPI na Assembléia Legislativa do Amazonas no ano passado que apurou que a entidade, atuando na margem da lei, recebia recursos de uma série de organismos internacionais de países europeus.

A maior parte das ONGs não está cadastrada pelo Ministério da Justiça, que hoje só tem em seu arquivo 23 entidades.

Uma das denúncias é que grande parte do dinheiro vai para partidos de esquerda ou ligados a eles, como o Movimento dos Sem Terra.

O Banco Mundial revelou que US\$ 700 milhões que destina ao Brasil anualmente, 10% vão para as ONGs.

Outros problemas que serão investigados é a interferência de ONGs em problemas indígenas, ambientais e de segurança nacional.

1. HISTÓRICO E FATOS RELEVANTES

2000

ABRIL / 00

- 11 Discurso do senador Gilberto Mestrinho (PMDB/AM) informando sobre a presença do navio Amazon Guardian, com tripulação inglesa e a exploração de biotecnologia.

JULHO / 00

- 29 O vice-presidente da ONG Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) informou que esteve no Ministério da Justiça e propôs convênio que permita a ONG fazer monitoramento ético das licitações públicas.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

AGOSTO / 00

- 05 Em encontro realizado na Câmara Americana de Comércio/SP, o presidente da ONG Transparência Internacional, Peter Eigen, defendeu maior abertura nos processos de licitação que envolvam governos e empresas. Para ele, essa é a forma mais eficiente de combater a corrupção.
- 08 A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) está propondo a realização de audiência pública no Congresso Nacional para discutir a atuação dessa entidade no País.
- 10 O deputado Alberto Fraga (PMDB/DF) declarou seu apoio à CPI e informou que tramita na Câmara o PL 90/99, de sua autoria que disciplina o funcionamento das ONGs e, ainda, a movimentação financeira. O projeto está na CCJR, aguardando parecer do relator, deputado André Benassi (PSDB/SP).
- 12 Discurso do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) referente as ONGs biopiratas que atuam na Amazônia, especialmente entre as comunidades indígenas.
- 15 O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) em seu discurso informou que em Roraima uma ONG denominada Associação Amazônica, conseguiu adquirir de forma ilegal terras de ribeirinhos. Logo após a transferência da área, os ribeirinhos foram contratados para zelar pelo local e evitar a presença de estranhos. Os sócios são: o argentino Hector Daniel Garibotti, Christopher Julian Clarck e Roberto Paolo Imperiali. A instituição tem sede em Manaus e adquiriu 172 mil hectares de terras.

OUTUBRO / 00

- 12 Discurso do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) denunciando a presença de pessoas físicas e instituições nas áreas indígenas do Estado de Roraima.
- 22 Discurso do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) informando que apresentou requerimento de CPI subscrito por 36 senadores.

2001

FEVEREIRO / 01

- 03 Discurso do senador Mozarido Cavalcanti denunciando ONGs como Greenpeace, WWF entre outras.
- 05 Discurso do senador Mozarido Cavalcanti referente a denúncia do Ministério Público de Roraima contra a atuação da ONG Associação Amazônica, acusada de invadir terras, proibir tráfego de pessoas e a exploração de recursos naturais pelos moradores da região do rio Juaperi, na fronteira do estado com o Amazonas.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

- 19 Recriada a CPI para apurar a interferência de organizações não-governamentais (ONGs) em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional. O requerimento, apoiado por 42 senadores, foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR). A CPI pretende, no prazo de 180 dias, apresentar um relatório sobre irregularidades nos trabalhos de ONGs no país. Entre os fatos determinados que irá investigar, a comissão deve buscar informações sobre a denúncia de que a ONG Associação Amazônia seria proprietária de mais de 172 mil hectares de terras, que pertenciam à União no sul de Roraima. A comissão terá 11 membros titulares e sete suplentes, cabendo ao PMDB indicar quatro membros titulares e três suplentes; ao PFL, três titulares e dois suplentes; e ao PSDB e ao Bloco Oposição, dois titulares e um suplente cada.
- 20 Discurso do senador Mozarildo Cavalcanti sobre as atividades das ONGs em áreas indígenas.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (RR)

Nascimento: 11 de junho de 1944 - Boa Vista/RR

Profissão: Médico

Formação: Medicina

Legislaturas: 1999/2007

Partidos: PDS/PFL

Cargos Eletivos: Deputado Federal (1983/1987 - 1987/1991)

Cargos Públicos: Secretário Estadual de Saúde em Roraima,

Outras Informações: Ligado área de saúde, já foi diretor de diversos hospitais e maternidades em seu estado, além de ter sido presidente do Conselho Regional de Medicina. É professor na Universidade Federal de Roraima e seu representante em Brasília. Grande defensor dos interesses da região amazônica e de seu desenvolvimento. Crítico da política indigenista do governo federal, em especial à atuação da Funai e da presença das Organizações-Não-Governamentais - ONGs na região Amazônica.



PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

Abaixo relacionamos alguns parlamentares que já se manifestaram sobre a instalação da CPI:

Senadores	Partido	Estado	Manifestação*			Observações/manifestações
			F	C	N	
Mozarildo Cavalcanti	PFL	RR	X			Autor do requerimento
Gilberto Mestrinho	PMDB	AM	X			Invasão na Amazônia
Bernardo Cabral	PFL	AM	X			
Jefferson Peres	PDT	AM	X			"Existem ONGs sérias, mas algumas tem interesses obscuros".
Ademir Andrade	PSB	PA	X			"Algumas ONGs cometem excessos na aquisição de conhecimentos técnicos".
Leomar Quintanilha	PPB	TO	X			"Algumas ONGs interferem no desenvolvimento do País".

Manifestação* - F = favorável
 C = contrário
 N = neutro

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

REQUERIMENTOS DE CPIs 2000/2001

REQUERIMENTO Nº 475, DE 2000

Requeremos, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 11 (onze) membros titulares e de 7 (sete) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Elencamos, a seguir, por força de preceito constitucional, os fatos determinados, com documentação anexa, motivadores da instalação da presente CPI:

a) investigar a atuação da organização não-governamental Associação Amazônia, denunciada pela aquisição irregular de uma área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul do Estado de Roraima;

b) apurar a interferência da ONGs nas questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que atuam na região amazônica.

Para o seu funcionamento a Comissão contará com recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2000. –
Bernar Cabral – Mozarildo Cavalcanti – Gilberto Mestrinello – Jonas Pinheiro – Moreira Mendes – Leomar Quintanilha – Thelma Siqueira Campos – Carlos Patrocínio – Luiz Otávio – Paulo Souto – Djalma Bessa – Carlos Bezerra – Edison Lobão – Marluce Pinto – Lúdio Coelho – Ernani Amorim – Maria do Carmo Alves – Ramez Tebet – Maguito Vilela – Juvêncio Fonseca – Bello Parga – Gilvam Borges – José Alencar – Geraldo Althoff – Amir Lando – Mauro Miranda – Iris Rezende – Francélino Pereira – Jefferson Péres – Ribamar Fiquene – Arlindo Porto – Sebastião Rocha – Freitas Neto – Alvaro Dias – Wellington Roberto – Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para constituir Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento interno, e será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará, oportunamente, as designações de acordo com as indicações das Lideranças.

REQUERIMENTO Nº 22 , DE 2001

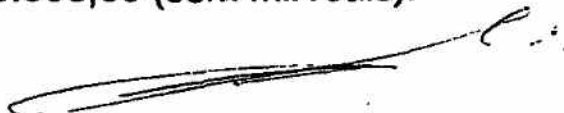
REQUEREMOS, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 11 (onze) membros titulares e de 7 (sete) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Elencamos, a seguir, por força de preceito constitucional, os fatos determinados, com documentação anexa, motivadores da instalação da presente CPI:

a) investigar a atuação da organização não-governamental Associação Amazônia, denunciada pela aquisição irregular de uma área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul do Estado de Roraima;

b) apurar a interferência das ONGs nas questões indígenas, ambientais e de segurança nacional, sobretudo daquelas que atuam na região amazônica.

Para o seu funcionamento a Comissão contará com recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).



JUSTIFICAÇÃO




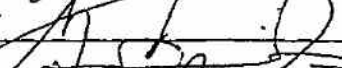
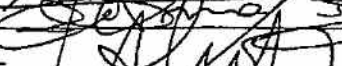
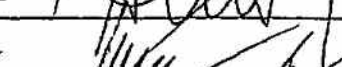
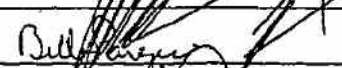


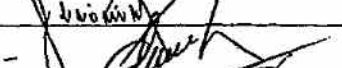
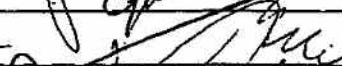
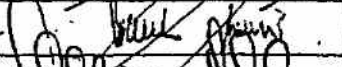
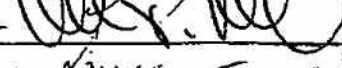
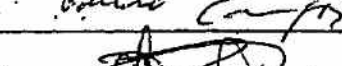
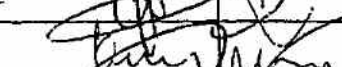
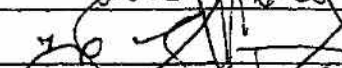
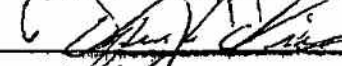
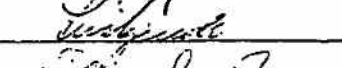
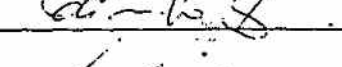
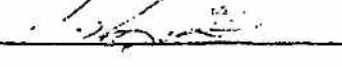

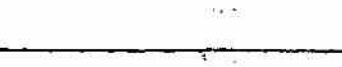
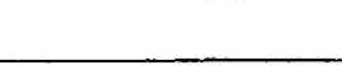
O presente Requerimento contém o mesmo teor do Requerimento nº 475/2000, inclusive a documentação que o acompanha, uma vez que não foi prorrogado os seus trabalhos, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2001

Mozarildo Cavalcanti

1- [assinatura]	BERNARDO CABRAL
2- [assinatura]	MOZARILDO CAVALCANTI (autor)
3- [assinatura]	MARIA DO CARMO ALVES
4- [assinatura]	MARCELO MARQUES (PFL 20)
5- [assinatura]	EDUARDO S. CARLOS (PFL 20)
6- [assinatura]	GILBERTO RESTAINTO
7- [assinatura]	MAGNÍLIA
8- [assinatura]	GERALDO GAZOFF (PFL 20)
9- [assinatura]	RAMER TIBET
10- [assinatura]	JOSÉ ALMEIDA
11- [assinatura]	JOSÉ FONSECA
12- [assinatura]	LEOMAR QUINTANILHA
13- [assinatura]	ROBERTO REQUIA
14- [assinatura]	JONAS TINHAZIRO
15- [assinatura]	WELLINGTON DE SA
16- [assinatura]	NEY SOASSUNA
17- [assinatura]	JEFFERSON PERES
18- [assinatura]	VALMIR A. AMARAL
19- [assinatura]	CARLOS WILSON
20- [assinatura]	SEBASTIÃO LOCHA (PFL 20)

CPI das ONGs

21- 	ROMEO TUMA
22- 	LÚCIO COELHO
23- 	ALBERTO SILVA
24- 	AMIR LANDO
25- 	DJALMA BESSA
26- 	FREITAS NETO
27- 	JULIANO BORGES
28- 	BELLO PARGA
29- 	JEFFERSON DAVES
30- 	CARLOS PATROCÍNIO
31- 	TASSO ROSADO
32- 	LUÍZ OTÁVIO
33- 	MAURO MIRANDA
34- 	PAULO SOUZA
35- 	FRANQUELINO PEREIRA
36- 	LAURO CAMPOS
37- 	CASILDO MALDANOR
38- 	CARLOS BECERRA
39- 	JOÃO ALBERTO SOUZA
40- 	P. PIVA
41- 	ILIS RESENDE
42- 	EDSON LOPES
43- 	WESLEY JUNIOR
44- _____	_____
45- _____	_____
46- _____	_____

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – O requerimento contém subscritores em número suficiente para constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno. Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Para a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará, oportunamente, as designações de acordo com as indicações que receber das Lideranças.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

**DISCURSOS
2000**

Sr. Presidente, muito obrigado pela condescendência de V. Ex.^a. Agradeço também aos Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Iris Rezende, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Por permuta com a Senadora Heloisa Helena, concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho. S. Ex.^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, temos debatido nesta Casa, exaustivamente, a questão da soberania da Amazônia; discutido, debatido, citando as pressões internacionais, os conflitos que se armam no mundo afora em relação à nossa região, os direitos que temos sobre ela e, de maneira muito particular, a cobiça que existe, buscando impedir seu desenvolvimento.

Ora se fala em soberania relativa, em soberania somente, porque integra território brasileiro, ora em soberania acidentalmente conquistada, violando o Tratado de Tordesilhas, pela coragem de irmãos brasileiros no passado, que dilargaram as fronteiras acordadas em Roma e foram até o rio Javari, levando o nome Brasil.

Mas essa soberania, que deveria ser plena, total, real, infelizmente, com muita coisa que está acontecendo neste País, está sendo violada, lamentavelmente, com a participação efetiva de autoridades brasileiras. A Amazônia agora, por decisão oficial, passou a ser a terra da "Mãe Joana."

Um grupo de ecoterrorista, a serviço de causas que não são as nossas, fretam um navio na Holanda, trazem, com bandeira inglesa para a Amazônia e para o Amazonas, tripulação comandada por um oficial inglês e resolvem ditar normas ambientais na região. E pior: as autoridades do Ministério do Meio Ambiente eúnem-se dentro do navio e ali traçam as normas que devem ser obedecidas na ação do Ministério, na Amazônia, e no Amazonas, de maneira particular. Incintosamente, dão a esse navio o nome de **Amazon Guardian** – sequer lhe dão um nome brasileiro. Mas, na tradução, "Guardião da Amazônia", como se não houvesse quem defendesse aquela região.

Ignoram o nosso Exército, a nossa Marinha, a nossa Aeronáutica, as populações que lá vivem, ignoram três séculos de ocupação por brasileiros que mantiveram aquela região integrada ao território nacional. E, a pretexto de proteger a floresta, estão lá ditando normas, estabelecendo formas de atuação e hegãm até a fazer questionários às empresas, com

uma série de indicações, para, com certeza, orientar as autoridades do Ministério do Meio Ambiente, que, hoje, está apenas a serviço dessa gente.

Os interesses nacionais são colocados em segundo plano, o que interessa é a possibilidade de levantar recursos, porque a Amazônia passou a ser moeda de troca. Ou adotam medidas que impeçam o desenvolvimento da Amazônia ou não há mais empréstimo para o Brasil. Essa é a dolorosa realidade. Eles não tem nenhuma preocupação com a questão ambiental.

Ainda na sexta-feira, a Senadora Heloisa Helena falou sobre essa dolorosa situação das lagoas de Mundaú e Manguaba, de todo aquele complexo estuário, de onde 200 mil pessoas tiram seu sustento, os sururu. Essas lagoas foram envenenadas; estão tornando impraticável a vida nas lagoas – os peixes morrem e as populações não têm de onde tirar seu sustento. Mas aquela é uma região pobre; o sururu nem é objeto de negociações internacionais. E nenhuma dessas ONGs, preocupadas com a questão ambiental, está lá defendendo os interesses do povo alagoano. O Ministério do Meio Ambiente tomou alguma providência? Ninguém sabe. Não interessa, porque o G-7 não tem recursos para as lagoas de Mundaú e de Manguaba. Se tivesse, a corrida seria grande. Quando se fala que há dinheiro para proteger florestas, conseguem reportagens, publicações, fazem escândalos em relação à Amazônia, para mostrar a revista, o jornal. Então, precisamos do dinheiro. Essa é a dolorosa realidade.

A Senadora Heloisa Helena tem razão. Somos de Partidos diferentes, mas somos brasileiros e temos preocupações sociais. Nunca fui contra a defesa do meio ambiente. Pelo contrário, sempre defendi a questão ambiental. Quem primeiro falou, neste País, da necessidade de manejo florestal, da exploração racional da floresta foi um jovem do Amazonas que, aos 30 anos, foi eleito Governador. Quem primeiro falou em demarcar terras indígenas foi um neto de índio, que era Governador do Amazonas, há quase 50 anos. No entanto, hoje, distorcem tudo e adotam uma política que não é a nossa.

Tenho recebido correspondência não só das federações do comércio, da agricultura, da indústria, mas também dos transportadores, pois estão preocupados com a navegação na Amazônia, que pode estar prejudicando os peixes. Na Amazônia, desde de 1546, já havia navegação, quando Francisco de Orellana desceu o rio.

Leandro Tocantins já dizia: "O rio comanda a vida". Vivemos nas águas, somos um povo anfíbio. Não precisamos que esses profissionais do "onguismo" cheguem lá ditando ordens, normas, ignorando

uma soberania que o próprio Governo, por meio do seu Ministério, está pisando.

Por isso, meus amigos, estamos aqui. Mas isso é um plano, é toda uma urdidura para esvaziar a Amazônia. Agora mesmo estão querendo engessar a nossa região.

Há pouco tempo, aqui desta tribuna, o Senador Leomar Quintanilha denunciou que uma organização holandesa, suposta defensora do meio ambiente, protestava junto ao Governo brasileiro porque não era possível continuar com a política de produção de grãos no cerrado de Mato Grosso, uma vez que era um absurdo aumentar a produção de 20 milhões de toneladas para 98 milhões de toneladas. A organização alegava que não devíamos progredir, porque a construção de hidrovias no local podia ameaçar a vida e os interesses de populações indígenas na região. Referiam-se à hidrovía Araguaia-Tocantins, mas a que estava em construção era a Paraguai-Paraná.

Todavia, consideram isso um crime, porque pensam que temos de viver aqui de vender paisagem, canto de pássaro, e, como aconselhou um determinado ministro, da vocação de fazer cerâmica. Desejam que continuemos miseráveis, protegendo o elevado padrão de vida de que eles lá desfrutam.

Não meus amigos, não podemos aceitar isso! Desejamos o desenvolvimento sustentado, a defesa, a conservação da floresta, não a preservação. Queremos a floresta melhorada cada dia mais, com toda a sua riqueza e potencial em benefício do Brasil. Não queremos manter a Amazônia como reserva para futuro deles, para que, amanhã, a Amazônia esvaziada seja dominada facilmente por eles.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex.^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Concedo o aparte ao nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Nobre Senador Gilberto Mestrinho, é bom vê-lo na tribuna com esse sentimento cívico, patriótico, como homem que, tendo governado algumas vezes o seu Estado, conhece a Região Amazônica melhor que ninguém. Podemos afirmar que V. Ex.^a é catedrático no assunto. Realmente V. Ex.^a tem razão. Esse milênio será caracterizado pela luta que travaremos em prol da diminuição da concentração de renda, da defesa do meio ambiente e dos direitos humanos. E novamente tem razão V. Ex.^a quando diz que preservar a floresta, conservá-la, em detrimento do povo que está passando fome, será isso o desejado? Não seria muito melhor – eu acompanho a tese de V. Ex.^a – retirar o povo da miséria e da fome, alcançar o desenvolvimento auto-sustentado? Podemos, sim, usufruir da riqueza

deste País sem destruí-la. Basta haver uma política bem definida e firme. O que V. Ex.^a aponta com relação a sua região, por exemplo, quando fala da navegabilidade dos rios, ocorre também em Mato Grosso do Sul. A navegabilidade do rio Paraguai, que é secular, continua sendo feita da forma mais simples e rudimentar possível, quando podíamos melhorá-la, adotando a filosofia do desenvolvimento auto-sustentado. Em relação à navegabilidade do rio, ao transporte de mercadorias pelos rios, desejamos adaptar a embarcação ao rio e não o contrário. Muitas organizações não-governamentais – e é curioso que, via de regra, essas são alienígenas, internacionais – gritam contra o nosso progresso e contra o nosso desenvolvimento. Isso é inadmissível! V. Ex.^a ao se referir à Região Amazônica, está também referindo-se a todo o Brasil, porque, no Centro-Oeste – e V. Ex.^a sabe muito bem –, a questão apresenta-se tal e qual à existente na região que V. Ex.^a tão bem representa nesta Casa. Quero cumprimentá-lo pelo brilhante discurso.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Senador Ramez Tebet, muito obrigado pelo aparte. Quero dizer a V. Ex.^a, ao Senado e ao Brasil que a questão das hidrovias envolve interesse econômico, é parte do processo de dominação existente. Quando vivíamos na costa, no litoral, quando éramos apenas – como se dizia – caranguejos, ninguém se importava com os rios do País. Entretanto, com a interiorização da economia brasileira, com a produção de grãos no Centro-Oeste, com as perspectivas fantásticas de duas safras anuais, com a abundância de água, fator importante para a agricultura, e com as condições climatológicas favoráveis a um consumo menor de água na produção, eles ficaram apavorados.

Esteve aqui, há aproximadamente um ano, o Governador de Ohio em companhia de vinte e sete associados de uma organização de soja dos Estados Unidos. Visitou o Centro-Oeste e ficou apavorado. Por quê? Porque, em relação ao mercado de grãos, a vantagem que possuíam era a malha de transporte. Vivíamos transportando pelas rodovias, por meio de caminhões, um transporte caro e difícil. Imaginem mil caminhões em um porto para descarregar e o custo disso. De repente, o Brasil pensa nas hidrovias, que acarretam um grande diferencial nos fretes internacionais, permitindo que nossos grãos possam concorrer nos mercados externos. Então, é preciso parar, porque a hidrovía Tocantins–Araguaia trará um benefício extraordinário àquela região. O que mais apavora ainda e que interfere diretamente no Estado de V. Ex.^a, Senador Ramez Tebet, é a hidrovía Paraguai–Paraná, que permitirá a ligação do rio da Prata

com o rio Orinoco, isto é, uma completa ligação hidroviária no centro da América do Sul, interligando todos os países, com exceção do Chile.

Será difícil concorrer com a nossa produção. É preciso impedir que se faça isso. Não desejam concorrer no mercado — essa é a razão pela qual combatem e querem transformar todo o Mato Grosso, fazendo uma reserva até em Nhecolândia. A política de reservas — da qual falarei em seguida — é totalmente contrária ao interesse nacional.

Muito obrigado, Senador Ramez Tebet, pelo aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Gilberto Mestrinho, não ouvi o início do discurso de V. Ex.^a. Mas a parte que estou acompanhando dá-me a idéia exata do fio condutor filosófico do seu pronunciamento: a defesa da Amazônia, em particular, e do Brasil, em geral. Que ro lembrar um episódio do qual alvez V. Ex.^a já se tenha esquecido. V. Ex.^a, no seu primeiro governo, nos idos de 1959, quando o nosso Estado sofria terrivelmente a falta de café, recebeu um telegrama não muito simpático do então Ministro da Guerra, por assim falar.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Do Chefe da Casa Militar, Excelência.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Exatamente. E V. Ex.^a respondeu também em um telegrama que nunca me esqueci dizendo que ele exercia um cargo em comissão e precisava agradecer ao Presidente da República; ao passo que V. Ex.^a exercia o mandato conferido pelo povo e só prestava contas ao povo. É o que está fazendo neste exato momento, mostrando que a Amazônia precisa — e em particular o nosso Estado — ter presente que os problemas são nossos e as soluções serão nossas, e não, como V. Ex.^a bem disse, de órgãos alienígenas, isto é, órgãos que ninguém sabe de onde vêm nem para onde vão, nas que recebem uma verba enorme para justificar sua atuação. Mesmo não tendo ouvido a primeira parte de seu discurso, ainda assim me solidarizo com V. Ex.^a, porque prevejo com absoluta certeza que ele razão tom que V. Ex.^a tem seguido nesta Casa, e por que não dizer, ao longo do desempenho dos mandatos que tem recebido. V. Ex.^a se reportou à Senadora Telois Helena, que denunciou a degradação das lagoas no discurso proferido na sexta-feira: é uma rigorosa verdade. Se ali houvesse um potencial de riqueza e estivesse sob a visão do G-7, estaria a malrecla-

mando. De modo que, Senador Gilberto Mestrinho, quero que V. Ex.^a, ao termo que o Senador Ramez Tebet cunhou de catedrático, acrescente uma vírgula: catedrático, **cum laudam** sobre a Amazônia. Meus cumprimentos.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. V. Ex.^a só é superado pela sua generosidade. Conheço-nos já faz muito tempo, graças a Deus, e se Ele permitir ainda por muitos anos vamos nos conhecer. A verdade é que, antes e depois, a nossa luta é a mesma, pela Amazônia, pelo nosso direito de ter desenvolvimento. Não lutamos por crescimento porque crescer é ficar maior, e a Amazônia já é grande demais. Queremos desenvolvimento, ou seja, espraiamento de atividades que tragam melhoria econômica e social para o povo.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Gilberto Mestrinho, depois do discurso de conteúdo denso que V. Ex.^a, com experiência, aborda da tribuna acerca da Amazônia, e dos apartes brilhantes, incluindo o do Senador Bernardo Cabral que, com a vivência que tem, fala de cáte dra sobre a nossa região, eu poderia acrescentar muito pouco. Mas não poderia deixar de somar a minha voz à de V. Ex.^a quando define uma questão para a Amazônia: a falta de um projeto harmônico de desenvolvimento auto-sustentável que defina o que o País quer da Amazônia. Entendo que essa é a grande questão. Estamos engatinhando. Tivemos dificuldades para aprovar o Sivam que começa a funcionar com dificuldades. Temos a questão do Pró-Amazônia, do Pro motec da Polícia Federal, que não está funcionando ainda. Tudo é difícil para a Amazônia porque a própria região tem dificuldades operacionais inerentes. É necessário que se tenha a priorização de um projeto que trate com decência e dignidade o homem da Amazônia. Não vou me ater a outros comentários; farei um discurso na mesma linha, mas gostaria de parabenizá-lo pela experiência que V. Ex.^a traz ao plenário e pelo discurso claro e franco que coloca em debate um assunto que deve ser não só de nós amazônidas mas de todos os brasileiros. Creio que o Brasil precisa discutir a Amazônia a fundo e saber, com clareza, o que quer da Amazônia, para que essa política seja implementada sem sacrificar o homem que vive na que la região. Meus parabéns pelo discurso de V. Ex.^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
 - Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

É exatamente o que eu coloco. Quero que as autoridades do Governo digam o que pretendem para a Amazônia. Por enquanto, o que parece é que há todo um esquema montado de esvaziamento da Amazônia, de tornar impossível viver lá, de fazer com que as pessoas abandonem a região. Antes era só a Amazônia, agora é a Amazônia e o Centro-Oeste. Quero que se defina isso. A Amazônia tem potencialidade, tem condições de desenvolvimento; o Centro-Oeste tem potencialidade, tem condições de desenvolvimento. Então, que o Governo e as autoridades digam o que querem para a Amazônia, a fim de tomarmos o nosso rumo. Essa é a grande questão que as populações da Amazônia querem saber. O que eles não querem é ficar lá como micos de circo para turista ver; nem os não-índios, nem os índios.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
 - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Senador Gilberto Mestrinho, seguramente, pensar em desenvolvimento no Brasil não seria possível nos dias de hoje sem uma mudança na nossa matriz de transportes. Efetivamente, um país de grandes dimensões como é o Brasil, com regiões enormes, com distâncias enormes a serem vencidas, e os nossos produtos ainda sendo transportados privilegiando a modal ferroviária, impõe uma dificuldade muito grande principalmente aos Estados interioranos e aos Estados da região Amazônica. E a natureza foi dadivosa com essa região extraordinária que é a Amazônia, permitindo ali a existência de caudalosos rios. Temos que utilizar, sim, como sistema de transporte, as hidrovias que o Brasil tem. É como forma de permitirmos que o desenvolvimento e o progresso cheguem ao interior deste País. Entendo, nobre Senador, que são efetivamente inconfessáveis os propósitos daqueles, ou, pelo menos, da maioria daqueles que sob uma cortina de fumaça querem preservar o ambiente, querem conservar os ribeirinhos, querem proteger os nossos rios. Na verdade, preocupam-se é com a concorrência efetiva, como V. Ex^a muito bem apontou, que poderemos exercer ao aproveitar esse extraordinário potencial que o País tem. Portanto, entendo, como V. Ex^a, nesse brilhante pronunciamento que faz em defesa do Brasil, que precisamos enfrentar aqueles que se colocam em obstáculo à implementação desse processo de desenvolvimento, para que possamos promover uma distribuição de riquezas neste País e

permitir que os brasileiros que moram no interior possam experimentar os benefícios do progresso e do desenvolvimento. Isso só acontecerá se pudermos aproveitar as riquezas que a Amazônia e o Brasil têm.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
 - Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. V. Ex^a abordou um assunto que extrapola as colocações feitas. Vai além dos interesses econômicos, da concorrência do mercado internacional. V. Ex^a pode fazer um exercício mental e verificar que a mudança da matriz de transporte para o intermodal, através de hidrovias, economizará muito em termos de caminhões, de combustível, de pneus. E, se formos verificar, quem são os financiadores das ONGs que estão por trás disso? (O Sr. Presidente faz soar a campainha).

Sr. Presidente, peço apenas um pouco mais de tempo, porque a Amazônia é grande demais.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa defere o pedido de V. Ex^a e solicita que encerre o mais breve possível, porque há outros oradores inscritos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)
 - Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sr. Presidente, garanto que somos todos favoráveis à Amazônia e damos importância ao pronunciamento do ex-governador e Líder daquela região, Senador Gilberto Mestrinho, que tem realmente autoridade para isso, porque é homem franco, às vezes até de linguagem rude. Lembro-me que, quando Governador, V. Ex^a defendeu muitas teses tremendamente polêmicas com relação a essa paixão que tem por ver o desenvolvimento da Amazônia. Confesso que, desta vez, estranho profundamente. Dizer que não temos condições de desenvolver nosso transporte hidroviário é um absurdo. Isso é incompreensível. É claro que o grande acontecimento do novo milênio é exatamente o desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste. Nessas regiões as hidrovias farão com que a área produtiva brasileira seja duplicada. Assim, a maior reserva de terras agricultáveis do mundo, que são essas, passarão a produzir. E com uma vantagem tremenda: passarão a produzir numa época de tecnologia mais moderna, de biotecnologia mais avançada. E não serão, como disse V. Ex^a, apenas duas safras por ano; muitas vezes serão três, como já acontece hoje. Então, nesta hora, querem dizer que não podemos utilizar nossos rios navegáveis. Não consigo entender. Algum tempo atrás foi votada a liberação da cabotagem, permitindo que navios estrangeiros entrassem no Brasil afora pelos nossos rios. Agora, é proibido

fazer nossas hidrovias. Não precisa ninguém nos dizer que, ao fazer as hidrovias, nesta época moderna, o combate à poluição e a defesa do meio ambiente são uma obrigação, uma responsabilidade nossa. Sabemos que sim. O mundo mudou. Hoje, na hora de se instalar uma fábrica, verificamos o que ela pode produzir de poluição e como podemos combatê-la. Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, houve uma guerra com o setor coureiro porque a defesa do meio ambiente exigia que houvesse tratamento do esgoto proveniente daquela cultura para não jogar tudo no rio. E nós até fechamos indústrias, porque os curtumes não estavam acostumados a proteger o meio ambiente. Hoje, qual quer dono de curtume sabe que pode produzir à vontade, basta gastar mais 20% para evitar a poluição; e eles estão fazendo isso. Cubatão, em São Paulo, era o maior centro de poluição do mundo, por causa do pólo petroquímico, que não tinha controle nenhum; hoje na Bahia e no Rio Grande do Sul há pólos petroquímicos que causam poluição zero. Na exploração dessas hidrovias, é claro que vamos cuidar do meio ambiente. Claro que nós temos interesse em preservá-lo, mas não podem dizer que nós não podemos utilizar os nossos rios, os mais extensos do mundo, que não podemos dar vida real àquela terra que está ali. Isso é uma provocação que, sinceramente, não dá para entender. Manifesto minha solidariedade total ao importante pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM)

– Nobre Senador Pedro Simon, muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a. Efetivamente, Senador, o que há é a execução de um programa de esvaziamento da Amazônia. Isso está claro, definido. Tem que ser feito como dito lá de fora: “Nós queremos assim.”

Vou citar os números, para V. Ex^a ver o escândalo da falsidade dessa preocupação ambiental. Nós, agora, estamos discutindo no Congresso uma medida provisória que regula a questão do trabalho no Centro-Oeste e na Amazônia, especialmente. Trata-se de uma alteração no Código Florestal. Vou citar os dados da Amazônia, para que V. Ex^a veja como são estarrecedores, em relação ao homem que vive na região, àqueles que trabalham, àqueles que querem progresso, enfim, em relação a todos aqueles que são brasileiros e que estão sentindo que está em curso um processo de esvaziamento total da região.

Total das áreas legalmente protegidas na Amazônia Legal:

O Acre, com 15 milhões de hectares, tem 30,26% do seu território de áreas protegidas, flores-

tas e áreas indígenas; são 2,756 milhões em áreas florestais e 1,893 milhão de áreas indígenas.

O Amazonas, com 156 milhões de hectares, tem 60.383.028 hectares de áreas protegidas, áreas florestais e unidades de conservação e áreas indígenas, quer dizer, 38,51% do seu território já está protegido.

O Amapá, com 14 milhões de hectares, tem 21,85% de área protegida.

O Pará, com 124 milhões de hectares, tem 31,93% de área protegida.

Rondônia, com 23,8 milhões de hectares, tem 51,53% de área protegida.

Roraima, com 22.501.700 hectares tem, incrivelmente, 71,40% do seu território de área protegida. Com essas áreas nada se pode fazer.

O Mato Grosso, com 90.680.690 hectares, tem 14,04% de área protegida.

O Tocantins, com 27,842 milhões hectares, já está com 16,60% de áreas protegidas, porque é um Estado novo. Daqui a pouco, em virtude do desenvolvimento fantástico que está tendo a agricultura no Estado de Tocantins, terminam por proteger tudo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Há algum exemplo igual no mundo?

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – No mundo não existe. Adotam um raciocínio diferente: “para o nosso bem-estar tudo, os outros que nos sustentem”. Padre Antônio Vieira, falando aos índios da colaboração que deram aos franceses, dizia: “Eles não querem nosso bem; eles querem os nossos bens.” Infelizmente é assim.

Digo-lhes mais: a área total ocupada por imóveis rurais legalizados na Amazônia Legal é de 32,29%. As áreas que têm proprietários rurais, onde há trabalho, é de 23,37%. As áreas que são propriedades rurais e que produzem reduzem-se a apenas 23%. Quer dizer, as áreas protegidas são em maior quantidade do que as propriedades legalizadas. Então, se eles quisessem proteger o meio ambiente, que cuidassem dessas áreas e não tentassem ocupar as áreas onde o homem trabalha, produz, constrói; mas é que as áreas legalizadas começaram a prejudicar o interesse internacional. Por isso é preciso impedir que continuem produzindo.

Agora mesmo, na questão da análise da medida provisória, no projeto de conversão, o relator, Deputado Micheletto, apresentou um belo parecer, e o Conama ofereceu uma proposta de manter os 35%, retirando, da área produtiva, 71 milhões de hectares. Isso não é um crime só contra o produtor; é um crime contra o País. Essas medidas é que fazem o País ser miserável e mantermos mais de 40% da população vi-

da mesma forma, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} serão atendidos para o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso algum dos Srs. Senadores já inscritos esteja ausente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – A Mesa inscreve V. Ex^a na suplência para a hipótese de alguma desistência.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por permuta com o Senador Moreira Mendes. V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Proponho o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há algum tempo, o Senado vem se preocupando com as chamadas organizações não-governamentais.

Desta tribuna, vários Senadores, inclusive eu próprio, temos abordado a matéria com preocupação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo agora que não apenas o Poder Legislativo, mas também a imprensa, por intermédio de um jornal de grande circulação do Sul do País, ao qual me reportarei daqui alguns instantes, ecoam o que era uma vigilância da região Norte.

Ainda no mês de abril, como se quên cia às manifestações dos eminentes Senadores Mozarildo Calacanti, Gilberto Mestrinho e eu próprio, alertávamos para a chamada petulância de algumas organizações não-governamentais.

E é curioso notar que, no mês de abril, um cidadão que conheço de perto – foi meu colega no Ginásio Amazonense Pedro II, hoje Colégio Estadual do Amazonas; depois, meu contemporâneo na Faculdade de Direito; atual Presidente da Federação de Agri-

cultura do Estado do Amazonas, meu Estado natal, que tenho a honra de representar, e também Presidente do Sebrae naquela localidade – deu à publicação, de forma insuspeita, matéria exata e rigorosamente semelhante às das nossas preocupações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um artigo tão importante que vou ler para comentá-lo com os meus eminentes Pares. É de autoria do Dr. Eurípedes Ferreira Lins. O título do artigo, publicado no jornal **Amazonas em Tempo**, editado em Manaus, no mês de abril, é o seguinte: "É Muita Petulância".

Começa ele a sua peça literária:

Alguma entidade dessas, chamadas de "ONGs", mandou testar a nossa capacidade de defender a Amazônia para sentir a reação do povo caboclo com a interferência no nosso sistema de vida e de trabalho. Se arvoram essas entidades, amparadas nos grandes recursos financeiros de que dispõem através de doações milionárias, para se tornarem os "mosqueteiros" na defesa de uma causa que cabe a nós, brasileiros, através dos órgãos federais criados para essa finalidade. Ou seja, evitar que se destrua aquilo que a natureza nos proporcionou que é a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia.

Lá no velho continente não mais existe a exuberância da flora que ainda temos aqui. Graças a Deus, essa riqueza natural se deve à renovação que se verifica na mesma. Envelhece uma árvore aqui nasce outra mais adiante. E assim vamos continuando a despertar a cobiça dos povos nórdicos, anglo-saxões, franceses, germânicos e outros que através de pronunciamentos de alguns líderes insistem em querer negar o direito inalienável de ocupação mansa e pacífica da Amazônia pelo Brasil e considerando a mesma como um "Patrimônio da Humanidade". É muita petulância dessas ONG's [continua o artigo] em querer pela força impor os seus métodos de defesa da Floresta. Quanto a isso, nós caboclos sabemos de cor e salteado.

É falta de trabalho para esses que vivem a perturbar a tranqüilidade dos caboclos da Amazônia. Onde está a vigilância do Governo Federal que não vê essa interferência em assuntos que dizem respeito ex-

clusivamente ao povo brasileiro? E ainda mais, ofende a nossa soberania sobre a região? Já fomos alertados pelo Exército Brasileiro, que numa conferência pública mostrou documentos que alertam sobre os perigos que pairam sobre uma possível internacionalização da Amazônia, destacando entre outros motivos a questão indígena, o narcotráfico e a destruição da floresta (isso não acontecerá jamais pela renovação que se verifica na mesma.)" colocou o articulista.

E continua o Dr. Eurípedes:

São motivos que não convencem à opinião pública. Agora se os motivos forem econômicos, tudo bem porque hoje sabemos do grande potencial de riquezas de que dispõe a Amazônia, senão vejamos [e aqui ele coloca em caixa alta estas letras]: MAIOR RESERVA DE ÁGUA DOCE DO MUNDO, [depois vou abordar essa parte] abundância de petróleo e gás no seu subsolo, flora medicinal que começa a interessar os grandes laboratórios internacionais que vivem a patentear remédios e em cuja composição tem sempre algo extraído da floresta. Minerais estratégicos, como o nióbio, ouro e outros que despertam a cobiça dos grandes conglomerados industriais do planeta, afora a extração de madeiras finas como o mogno, inamuf e outras variedades. Tiradas as máscaras desses falsos "Mosqueteiros", diferentes daqueles consagrados por Alexandre Dumas, que lutavam contra a opressão do Cardeal de Richelieu contra o povo francês. Aqui no Amazonas, pretendem exercer uma suposta vigilância em defesa do nosso ecossistema, priorizando o combate à extração de madeiras. Não creio [diz o Dr. Eurípedes] que seja por aí o caminho para se conquistar a simpatia do povo brasileiro. E a nossa soberania, onde fica?

É preciso que o Governo Federal, única autoridade para zelar pela intocabilidade da Amazônia, fique alerta. A tropa de choque da ONG chamada de Governo Mundial – já está em Manaus precedida de um navio denominado "Guardião da Amazônia", como se os 165 milhões de brasileiros, nós, precisássemos de auxílio internacional para defender este nosso patrimônio. Somos brasileiros e somente nós é que sabemos o que

precisamos para alcançarmos o desenvolvimento da nossa região.

Creio que a petulância de certas ONG's nos irrita porque se autodenominaram de "Guardiões da Amazônia". É uma provocação que deve ser repelida pela União. Queremos um desenvolvimento auto-sustentável para a Amazônia, jamais entretanto abdicarmos de nossa soberania sobre tão cobiçada região, sob qualquer aspecto. Isso jamais. Temos confiança em Deus e nas nossas gloriosas Forças Armadas que os tais guardiões não venham a ser os que ditarão as normas do nosso procedimento quanto à exploração racional da Amazônia. Os instrumentos para a vigilância na exploração de nossas riquezas já existem. Está aí o Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos regionais. Já temos definida pelo Governo da União uma política ambientalista que define as responsabilidades para aqueles que ofendem o ecossistema. Portanto, temos os nossos próprios sistemas de defender a Amazônia e a sua população indígena.

Que venham as ONG's para um trabalho de cooperação, para desenvolver a região. Mas que venha com outros dizeres e outras finalidades, baseadas no espírito de cooperação e nunca com a sigla provocativa de "Guardiões da Floresta", porque isso não aceitamos jamais. Creio [continua o Dr. Eurípedes Lins] que o Brasil receberá de braços abertos toda e qualquer ajuda internacional provinda de ONG's, porém ressaltando em todo o seu trabalho o respeito a soberania brasileira. Guardiões da Amazônia somos nós, os caboclos amazonenses que sabemos selecionar o que é bom para a Região sem atingir o seu ecossistema.

E conclui com este último parágrafo:

Vamos em frente e, olhando para trás, lembrando-nos da legendária expressão do grande Almirante Barroso que após vencer a Batalha Naval de Riachuelo contra o Paraguai assim declarou: O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA O SEU DEVER. Isso cabe também a nós caboclos amazonenses que conquistamos com sacrifício, muitas vezes, essa região que hoje é tão cobiçada. Por isso, lutar e defender a Amazô-

nia não é só um dever é uma obrigação de todos os brasileiros do Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Se nos omitirmos, que diremos amanhã aos nossos filhos quando eles perguntarem pela Amazônia Brasileira? Que resposta daremos a eles? (Sic)

Eu dizia, no começo, que a preocupação, que era do Legislativo, sobretudo dos Parlamentares que defendem aquela região, quanto a essa problemática das organizações não-governamentais estava tendo uma voz que nada mais é senão a expressão do grito, que só repercutia nos nossos caboclos porque relegado ao Parlamentar da região e à imprensa daquela nossa terra.

Hoje, para surpresa minha – surpresa no sentido não do valor do texto, mas de verificar que o eco já ultrapassa as fronteiras da Região Amazônica –, leio, no Informe JB, do **Jornal do Brasil**, este título: "ONG e índios", com o seguinte texto:

Organizações Não-Governamentais são relativamente recentes no Brasil. Temos mais prática, e intimidade, com desorganização governamental. As ONG começaram a surgir aqui há poucos anos, na vaga que favoreceu a iniciativa particular em detrimento da ação do Estado. As ONG vinham para fazer, ou para ajudar a fazer, o que o Governo ou os particulares fazem mal, ou não fazem. E aqui chamo a atenção! Disseminaram-se de tal forma, por todo o País, que é agora difícil saber quantas são, quem são, para que servem – exceto, talvez, pelo CNPJ, se é que todas o têm. Secretário de Segurança do Estado do Rio, o General Newton Cerqueira mais uma vez manifestou reservas quanto à atuação das ONGs nas favelas e no asfalto carioca...

E entra agora aqui, no corpo da notícia, a parte que me parece de maior relevância, que é esta:

O sertanista Orlando Villas Bôas, embora não seja 'um homem de informação', também vê com grande desconfiança a presença dessas organizações junto aos índios. São centenas, talvez milhares, espalhadas pelos sertões mais remotos. Algumas agem como empresas produtoras de shows, tendo o índio como atração; outras compraram fazendas no Brasil Central e noutras regiões, nas proximidades das aldeias e pu-

seram nelas os índios, tirando-os do seu habitat natural. Há ONG interferindo em quase todas as questões, e Orlando Villas Bôas não exclui o risco de aplicação ilegal de recursos externos através das ONG. Vou repetir essa frase: e Orlando Villas Boas não exclui o risco de aplicação ilegal de recursos externos através ONG, no momento em que tramitam no Congresso cerca de 30 projetos abrindo áreas indígenas ao garimpo e à exploração de minério.

O texto finaliza desta forma, em quatro linhas:

Em recente encontro, o ministro da Justiça, Sr. José Gregori, dispôs-se a convocar o sertanista para ouvir suas preocupações. Seria desejável que o fizesse logo antes que as ONG também se transformem num problema difícil de contornar.

Vejam, meus eminentes Colegas, que há menção aos projetos que tramitam no Congresso, há referência à exploração que as ONG poderão fazer, à forma pela qual se conseguiu atrair, retirando-os do seu **habitat**, os índios, e mais, à programação que se faz no exterior.

Ontem, as páginas dos nossos principais jornais traziam fotografias do índio Raoni com Ministros de Estado e, hoje, com o Presidente da República da França. Vejam que a questão começa a tomar um mecanismo de orquestração, e não sabemos quem está por trás disso.

No começo, disse que o Dr. Eurípedes fazia referência à maior reserva de água doce do mundo. Continuo a batalhar e vou, todas as vezes que ocupo esta tribuna, lembrar o problema da água, da sua escassez e da sua necessidade. A maior riqueza que existe hoje é a água, porque a água – esta frase é minha – é o petróleo do século XXI e está-se tornando rarefeita cada ano que passa. Já pensam em criar – digo mais uma vez – os chamados papéis para serem lançados na Bolsa de WaterCommodities, no valor de US\$20 bilhões.

Ora, onde se encontra hoje a maior reserva de água doce do mundo? Na Amazônia. Por que, agora, se voltam os olhares para lá, não mais pensando, mensurando, verificando, analisando as riquezas naturais? Porque o problema da água está tão forte que o Canadá já está exportando água para a Índia; porque essa é a grande riqueza em que o empresário não vai precisar lançar o seu produto, transforman-

lo-o num de boa qualidade, pois o produto é natural e ali já existe.

De modo, Sr. Presidente, que a minha presença aqui, fazendo eco às preocupações do meu conterrâneo, Eurípedes Lins, e dos Senadores que aqui já abordaram a matéria, é no sentido de que tenhamos cuidado com as chamadas ONG, sobretudo aquelas não todas que podem ser fachada de catedral mas sendo de bordel. Essas é que são perigosas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Duço o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Bernardo Cabral, fico muito feliz de ouvir o seu pronunciamento, com a clarividência e o conhecimento que V. Ex^a tem da questão. Já ouvimos aqui, como V. Ex^a disse, inúmeros Senadores denunciarem a questão das ONG. Tenho-me insurgido, desde que assumi meu mandato no ano passado, contra essa situação e estou reunindo documentos, a cada dia que passa, visando solicitar a abertura de uma CPI para apurar a atividade das ONG no Brasil. Tive a oportunidade de ouvir, há poucos dias, o Senador Ademir Andrade, que hoje preside a sessão, denunciando a atividade dessas ONG, e o **Jornal do Brasil**, que V. Ex^a citou, também trouxe, na edição do dia 7, uma matéria muito grande: "ONG Disputam os Índios". Há, inclusive, uma matéria com o ex-Deputado Juruna, que dá um depoimento muito comovente sobre a situação em que ele se encontra, dizendo-se vítima dessas ONG. A revista **IstoÉ** da semana passada também publica matéria muito grande, basicamente sobre o meu Estado de Roraima, intitulada "Roraima em Pé de Guerra", guerra que foi plantada pelo Cimi, sob o comando de um padre que eu já de nunci ei aqui. E a Assembleia Legislativa do Estado concluiu uma CPI sobre uma ONG que se instalou em Roraima e que comprou uma área imensa no sul do Estado de ribeirinhos, mediante artifícios falsos. Para quê? Para alijonar uma área que é importante do ponto de vista da biodiversidade, da pesca, etc. Então, é verdadeiramente fundamental que instalemos a CPI das ONGs aqui, para fazermos uma verdadeira filtragem e identificarmos, exatamente como V. Ex^a disse, aquelas que são úteis e aquelas que têm a fachada de catedral e o fundo de bordel. Eu realmente quero dizer que me sinto muito satisfeito de ouvir seu pronunciamento, assinando em baixo de tudo o que V. Ex^a disse.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, era minha idéia, ao finalizar este pronunciamento, fazer uma convocação para que me acompanhasse nesse pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu não posso mais ficar silente, equidistante de uma medida que possa ser tomada apenas pelo Governo. Acho que o Legislativo precisa fazer isso. E, como precisa votar essa iniciativa, quero, desde logo, dizer que V. Ex^a assinará comigo o pedido são as assinaturas iniciais desse pedido, ao mesmo tempo em que lhe agradeço o aparte.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Peço permissão ao Presidente, Senador Ademir Andrade, para ouvir o Senador Moreira Mendes, porque eu preciso fazer referência a um discurso que fez o meu Colega na Constituinte, o então Deputado Ademir Andrade, hoje Senador, em torno dessa matéria.

Senador Moreira Mendes, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Eminente Senador Bernardo Cabral, ouvi aqui com atenção o relato trazido a esta Casa por V. Ex^a. Não o ouvi por inteiro, mas o suficiente para formar o meu juízo de valor a respeito do que trata o artigo. Participei, há pouco, de uma reunião da comissão mista que analisou o projeto de conversão da Medida Provisória nº 1.956, reeditada pela 49ª vez e que acrescenta dispositivos ao Código Florestal. Naquela discussão, evidenciou-se o que V. Ex^a, com muita propriedade, resalta hoje: uma pressão inconcebível das entidades ambientalistas, as tais ONGs, sobre os parlamentares, como se não soubéssemos cumprir as nossas obrigações; como se, sobretudo os parlamentares da Amazônia, não soubéssemos legislar de forma a proteger aquilo que é a riqueza de todos nós. Não tenho dúvida alguma de que está em curso, por organismos internacionais ou países interessados, uma ação preconcebida no sentido de impedir o desenvolvimento da nossa Amazônia, numa primeira etapa. E isso se dá, por meio dessas ingerências, por exemplo, na questão do código florestal. E em uma segunda etapa, também não tenho dúvida de que, a pretexto de se proteger comunidades indígenas, de se proteger nações indígenas – expressão já usada hoje muito oportunamente –, de se proteger a biodiversidade ou a Floresta Amazônica, chegaremos ao ponto da internacionalização da nossa Amazônia. E quero repetir aqui o que já mencionei duas ou três vezes: não pretendo entregar aos meus netos uma Amazônia menor

do que a que recebi. Parabéns a V. Ex^a por tocar novamente em um ponto tão importante como este que o nobre Senador trata hoje.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Vou concluir, mas antes devo dizer a V. Ex^a que Euclides da Cunha, quando chegou à Amazônia – e ele retrata isso em seu livro *À Margem da História* –, disse que a Amazônia era um anfitrião e o homem chegava a ser um intruso. Se hoje ele estivesse vivo, diria que a natureza, a riqueza da Amazônia, certas ONGs são intrusas e lá não deveriam estar.

Quero finalizar meu pronunciamento com o depoimento da atuação que tivemos na Constituinte, do Senador Ademir Andrade, que, para minha alegria, preside esta sessão, quando já àquela altura, e lá se vão 12 anos, brigávamos pela riqueza da nossa região – inclusive há vários textos na Constituição de autoria de V. Ex^a, através de emenda, acolhidas pela Relatoria, que já anunciavam essa perspectiva que estamos vivendo hoje.

Desse modo, Sr. Presidente, como na que a altura ambos estávamos unidos nessa luta, requeiro a V. Ex^a que, na forma regimental, seja mandado publicar no Diário do Senado o artigo do Dr. Eurípedes Ferreira Lins e que depois dê ciência a este conterrâneo do pedido acolhido que ora faço à Presidência da Mesa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
 SR. SENADOR BERNARDO CABRAL EM
 SEU PRONUNCIAMENTO:**

Eurípedes Ferreira Lins

É MUITA PETULÂNCIA

Alguma entidade dessas, chamadas de "ONG", mandou estar a nossa capacidade de defender a Amazônia para sentir a reação do povo caboclo com a interferência no nosso sistema de vida e de trabalho. Se arvoram essas entidades, amparadas nos grandes recursos financeiros de que dispõem através de ações milionárias, para se tornarem os "Mosqueteiros" na defesa de uma causa que cabe a nós brasileiros, através dos órgãos federais criados para essa finalidade. Ou seja, evitar que se destrua aquilo que a natureza nos proporcionou que é a maior floresta tropical do mundo, a Amazônia.

Lá no velho continente não mais existe a exuberância da ora que ainda temos aqui. Graças a Deus, essa riqueza natural e deve a renovação que se verifica na mesma. Envelhece uma árvore aqui nasce outra mais adiante. E assim vamos continuando a despertar a cobiça dos povos nórdicos, anglo-saxões, franceses, germânicos e outros que através de pronunciamentos de alguns líderes insistem em querer negar o direito inalienável de ocupação mansa e pacífica da Amazônia pelo Brasil e considerando a mesma como um "Patrimônio da Humanidade". É muita petulância dessas ONG em querer pela força impor os seus métodos de defesa da Floresta. Quanto a isso, nós caboclos sabemos de cor e salteado.

É falta de trabalho para esses que vivem a perturbar a tranquilidade dos caboclos da Amazônia. Onde está a vigilância do Governo Federal que não vê essa interferência em assuntos que dizem respeito exclusivamente ao povo brasileiro? E ainda mais, ofende a nossa soberania sobre a região? Já fomos alertados pelo Exército Brasileiro, que numa conferência pública mostrou documentos que alertam sobre os perigos que pairam sobre uma possível internacionalização da Amazônia, destacando entre outros motivos a questão indígena, o narcotráfico e a destruição da floresta (isso não acontecerá jamais pela renovação que se verifica na mesma).

São motivos que não convencem a opinião pública. Agora se os motivos forem econômicos, tudo bem porque hoje sabemos do grande potencial de riquezas que dispõe a Amazônia, senão vejamos:

Maiores reservas de água doce do mundo, abundância de petróleo e gás no seu subsolo, flora medicinal que começa a interessar os grandes laboratórios internacionais que vivem a patentear remédios e em cuja composição tem sempre algo extraído da floresta. Minerais estratégicos, como o nióbio, ouro, e outros que despertam a cobiça dos grandes conglomerados industriais do planeta, a fora a extração de madeiras finas como o mogno, inamú e outras variedades. Tiradas as máscaras desses falsos "Mosqueteiros", diferentes daqueles consagrados por Alexandre Dumas que lutavam contra a opressão do Cardel Richlieu contra o povo francês. Aqui no Amazonas, pretendem exercer uma suposta vigilância em defesa do nosso ecossistema, priorizando o combate a extração de madeiras. Não crio que seja por aí o caminho para se conquistar a simpatia do povo brasileiro. E na nossa soberania onde fica?

É preciso que o Governo Federal, única autoridade para zelar pela intocabilidade da Amazônia, fique alerta. A tropa de choque da ONG chamada de Governo Mundial - já está em Manaus precedida de um navio denominado "Guardião da Amazônia", como se os 165 milhões de brasileiros, nós, precisássemos de auxílio internacional para defender este nosso patrimônio. Somos brasileiros e somente nós é que sabemos o que precisamos para alcançarmos o desenvolvimento da nossa região.

Creio que a petulância de certas ONG nos irrita porque se autodenominaram de "Guardiões da Amazônia". É uma provocação que deve ser repelida pela União. Queremos um desenvolvimento auto-sustentável para a Amazônia, jamais entretanto abdicarmos de nossa soberania sobre tão cobiçada região, sob qualquer aspecto. Isso jamais. Temos confiança em Deus e nas nossas gloriosas Forças Armadas que os tais guardiões não venham a ser os que ditarão as normas do nosso procedimento quanto a exploração racional da Amazônia. Os instrumentos para a vigilância na exploração de nossas riquezas já existem. Está aí o Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos regionais. Já temos definida pelo governo da União uma política ambientalista, que define as responsabilidades para aqueles que ofendem o ecossistema. Portanto, temos os nossos próprios sistemas de defender a Amazônia e a sua população indígena.

Que venham as ONG para um trabalho de cooperação para desenvolver a região. Mas que venha com outros dizeres e outras finalidades, baseadas no espírito de cooperação e nunca com a sigla provocativa de "Guardiões da Floresta", porque isso não aceitamos jamais. Creio que o Brasil receberá de braços abertos toda e qualquer ajuda internacional provida de ONG, porém ressaltando em todo o seu trabalho o respeito a soberania brasileira. Guardiões da Amazônia somos nós, os caboclos ama-

onenses que sabemos selecionar o que é bom para a região em atingir o seu ecossistema.

Vamos em frente e, olhando para traz, lembrando-nos da legendária expressão do grande Almirante Barroso que após vencer a Batalha Naval de Riachuelo contra o Paraguai assim declarou. *O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.*

Isso cabe também a nós caboclos amazonenses que conquistamos com sacrifício, muitas vezes, essa região que hoje é tão cobiçada. Por isso, lutar e defender a Amazônia não é só um dever é uma obrigação de todos os brasileiros do Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Se nos omitirmos, que diremos amanhã aos nossos filhos quando eles perguntarem pela Amazônia Brasileira? Que resposta daremos a eles?

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra por 20 minutos ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminhei a apreciação desta Casa, nesse mês de abril, projeto de lei complementar criando o Fundo Nacional de Segurança Pública – Funseg.

O escopo dessa medida é a modernização do aparelho policial do País com a educação e o eficiente parelhamento das polícias, mediante a captação de recursos para financiar programas e atividades com esse objetivo. Diante da escalada de violência que se sprai por todas as cidades, a principal questão levantada pela sociedade é: por que chegamos a esse ponto? A resposta é uma só, Sr. Presidente, a calamitosa situação em que se encontra o aparelho policial do Estado.

Constatada tal situação, é hora de buscarmos soluções em conjunto, e não afundarmos a cabeça no buraco da impassividade feito avestruzes, antes que seja tarde demais. Com coragem, vontade política e recursos financeiros, temos todas as condições e melhorar o nosso presente e construirmos um futuro com mais dignidade.

É com essa preocupação que trago para a análise das Sr^{as} e dos Srs. Senadores este projeto de lei complementar. Atento para que, mais do que simplesmente equiparar a polícia com o mesmo arsenal de armas sofisticadas utilizado pelos bandidos que tanto os amedrontam, e neste caso é necessário uma mudança na legislação vigente, o Funseg por mim proposto seja visto como um mecanismo de apoio, que tenha a capacitar e educar os profissionais da área e segurança pública de modo a saber utilizar esses armamentos, assim como oferecer treinamento especializado ao policiamento ostensivo de maneira que

nos quartéis ou nas ruas saibam, de vida mentes treinados e equipados, proteger o cidadão, seu primeiro compromisso, proteger suas vidas e capturar os bandidos como seqüência de suas ações.

O Funseg não quer embelezar a polícia, mas torná-la altamente eficiente, e o passo a ser dado nesse sentido tem o seu preço, custa dinheiro. E de onde o Fundo Nacional de Segurança Pública, hora proposto, tiraria recursos para executar as metas a que se propõe?

No art. 2º do meu projeto estão apontadas as fontes de onde se buscarão os recursos: dotações orçamentárias da União; doações; contribuições em dinheiro; valores; bens móveis e imóveis provenientes de pessoas físicas, jurídicas e de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras; convênios; contratos e acordos firmados com entidades públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras; 3% do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias no âmbito do Governo Federal – aliás, essa é a essência do projeto –; e mais, rendimentos de qualquer natureza auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio desse Fundo. Enfim, de recursos outros que lhe forem destinados por lei.

Consta também, nesta proposição, a forma de distribuição dos recursos captados, sendo 85% destinada aos Estados integrantes da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste e Distrito Federal, e 15% às Unidades da Federação integrantes das Regiões Sul e Sudeste. Com isso, fica assegurado a todo o País – em uma forma mais justa, dando mais a quem pode menos, aos Estados mais pobres, e menos aos Estados de maior capacidade de arrecadação –, o acesso à verba que virá beneficiar a Segurança Pública do Brasil e, conseqüentemente, contribuir para que os brasileiros tenham a segurança a que têm direito e por que tanto clamam.

De posse desses recursos, como lembro no art. 3º, o Fundo os aplicaria na implementação da Política Nacional de Segurança Pública, a ser executada pelos Estados e pelo Distrito Federal na modernização tecnológica dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Essa modernização implica, claro, na aquisição de armamento e equipamentos. Mas esse arsenal, por maior e mais sofisticado que seja, não é o bastante para enfrentar um inimigo interno não só muito bem armado, mas taticamente adestrado para enfrentar uma guerra suja e sem quartel, cujo espólio vai muito além dos baixos salários auferidos por es-

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no assunto principal do meu pronunciamento, gostaria de registrar, mais uma vez, que esta semana foi dada entrada em um requerimento pedindo a instauração de uma comissão de inquérito destinada a investigar as atividades das organizações não-governamentais, as chamadas ONGs, no Brasil, principalmente na Amazônia e mais especialmente naquelas áreas ditas reservas indígenas ou reservas ecológicas, em face das inúmeras denúncias e das comprovações já denunciadas, inclusive pela imprensa, das atividades antinacionais dessas instituições. O meu pronunciamento de hoje vai na mesma esteira da ação dessas entidades não-governamentais.

Li, em meados do mês de maio, mais precisamente no dia 16, no **Jornal de Brasília**, uma notícia que mereceu, de minha parte, particular atenção. O jornal informava a respeito de uma reunião de mais de 20 pajés, de 25 nações indígenas, para discutir uma política capaz de preservar o saber dos índios sobre a biodiversidade. O encontro dos pajés ocorreu na Universidade de Brasília, local propositalmente escolhido para simbolizar o desejo dos indígenas em ter a comunidade universitária como parceira na defesa da flora e fauna nacionais.

A matéria dava conta ainda de que os pajés têm consciência de que as sociedades indígenas detêm o conhecimento valioso sobre a biodiversidade brasileira que não está sendo devidamente aproveitado por nós brasileiros, mas por usurpadores estrangeiros. Um dos pajés presentes ao encontro disse claramente: "Até agora, quem chega nas comunidades indígenas são os estrangeiros."

Além do mais, as comunidades indígenas que repassaram a sua sabedoria empírica – como obter

remédios a partir de plantas, por exemplo – estão cada vez mais pobres enquanto os que desse saber se apossaram devem estar ganhando milhões aqui ou em outra parte do mundo. Para os pajés, essa é uma situação injusta que não deve mais continuar. Para mudar tal estado de coisas, eles prometeram elaborar uma Carta da Sabedoria Indígena a ser encaminhada ao Congresso Nacional para fazer parte do Estatuto das Sociedades Indígenas, projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados.

A idéia que representa os seus anseios gira em torno do seguinte: o conhecimento empírico dos indígenas sobre plantas e ervas curativas que seria submetido a testagem e aprovação por especialistas e pesquisadores das nossas universidades. Estando o produto aprovado, seria registrada a patente e as sociedades indígenas receberiam **royalties**, como forma de garantir aos nativos os direitos autorais da descoberta. Em troca, o homem branco teria à sua disposição, para tratamento fitoterápico, produtos naturais de reconhecida comprovação científica.

Os pajés não têm idéia ainda de que forma poderiam cobrar os direitos sobre o conhecimento secular que dominam. Pensam que poderiam tomar como referência a modalidade de exploração das riquezas minerais situadas em reservas indígenas. As aldeias envolvidas nessa exploração mineral recebem, de acordo com a lei, 25% do que é pago pela empresa exploradora à União. De uma coisa os pajés têm certeza: não querem que organismos externos às tribos, principalmente organismos estrangeiros internacionais, que representam os interesses das grandes corporações farmacêuticas internacionais, gerindo o dinheiro devido pelas patentes. Nem mesmo a Funai – Fundação Nacional do Índio, que está, segundo as palavras de um pajé, "caindo aos pedaços".

Essa notícia enseja reflexões que gostaria de compartilhar com os meus colegas desta Casa. Por isso trago à apreciação dos Srs. Senadores esse tema, na certeza de que juntos poderemos alargar o nosso universo de reflexão para os pontos de maior pertinência e relevância.

Uma coisa, Sr. Presidente, é sabida e ressabida. A biopirataria encontra terreno fértil em nosso País, principalmente nas zonas mais longínquas e fronteiriças da nossa Amazônia, onde estão as áreas mais visadas do bioma Amazônia. E o conhecimento das comunidades indígenas está na mira dos biopiratas. Esse conhecimento tradicional, legítima propriedade daqueles povos da floresta, está na mira principalmente dos grandes conglomerados farmacêuticos,

pois tais comunidades podem estar guardando o segredo para o tratamento de inúmeras moléstias ainda não controláveis, ou o tratamento com menor efeito colateral para doenças já controláveis. Não está descartado, Sr. Presidente, chegarmos a um tempo em que teremos de pagar pesados **royalties** a patentes estrangeiras, sobre um saber que nos foi literalmente roubado.

Disso tudo temos clara consciência, aqui no Congresso Nacional, principalmente depois da investigação feita por uma comissão externa da Câmara dos Deputados, que colheu denúncias de graves casos de que material genético e conhecimento indígena foram levados criminosamente para fora do País.

Ainda no ano passado, no painel realizado sobre Biodiversidade, Justiça e Ética, do qual participaram ilustres representantes desta Casa, esteve presente o líder indígena Clóvis Wapixana, do Conselho Indigenista de Roraima. Além de revelar a difícil realidade da comunidade wapixana, o líder indígena também denunciou a biopirataria em suas terras: "Patentes ilegais dos conhecimentos indígenas foram feitas por um químico inglês, que saiu da comunidade levando um analgésico extraído de plantas que a gente utiliza".

No mesmo encontro, o jornalista Mário César Carvalho, da **Folha de S. Paulo**, um dos primeiros a abordar, na imprensa brasileira, a crescente onda de biopirataria na Amazônia, chamou a atenção para um fato levantado também na reunião dos pajés na Universidade de Brasília. Disse o jornalista: "A moeda de troca de bioconhecimento é a miséria em que vivem os índios e as populações ribeirinhas da região."

Devemos lembrar que existem duas grandes modalidades de contrabando de material biogenético no País. Uma delas busca identificar, junto às populações tradicionais e indígenas, produtos e materiais usados no controle de enfermidades. Essas informações são posteriormente repassadas para os laboratórios estrangeiros, que visam, ao final do processo de testagem e sintetização, colocar os produtos à venda no mercado.

A outra forma de biopirataria ocorre sob as barbas de nossas principais instituições oficiais, constituindo-se numa perniciososa forma de permissividade institucionalizada. Os órgãos oficiais permitem, sob a capa de convênios de cooperação científica, a entrada de grupos de cientistas estrangeiros para realizarem pesquisas no território brasileiro. A despeito da legislação exigir, em tais convênios, a co-participação e a co-responsabilidade de uma instituição governa-

mental brasileira, nem sempre isso ocorre, o que deixa nossos flancos abertos para um desbragado êxodo "oficial" de material genético. Na maior parte das vezes, os projetos de cooperação científica tornam-se misteriosas "caixas-pretas", e ninguém sabe dizer o que efetivamente estão fazendo, ou fizeram, os pesquisadores e as instituições envolvidas. Por falta de fiscalização adequada, amostras de material biológico saem livremente do País e não se fica sabendo sequer para onde vão, o que vai ser feito delas, a que instituição se destinam, e por aí vai.

Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, os pajés que se reuniram em Brasília, no mês passado, estão certos. Repudiam a biopirataria. Defendem a titularidade sobre a sabedoria que detêm. Reivindicam parte dos dividendos que seu conhecimento vier a render. Requerem a parceria de universidades e pesquisadores para avaliar cientificamente o saber empírico de seu povo.

O encaminhamento desses tópicos, e de outros pontos correlatos, é questão que deve ser examinada, avaliada, largamente debatida em todas as instâncias e fóruns de discussão do Congresso Nacional. O momento é oportuno, Sr. Presidente. Chegará a esta Casa – e creio que em breve, pois foi requerida, pelas lideranças da Câmara dos Deputados, urgência em sua tramitação – o projeto de lei que dispõe sobre o estatuto das sociedades indígenas ou o estatuto do Índio. Esse projeto traz uma reformulação da Lei nº 6001, de 1973, o velho e ultrapassado Estatuto do Índio, ao qual já me referi. Com a promulgação da Constituição de 1988, uma série de mudanças foi introduzida nas relações entre a sociedade dos brancos e as sociedades indígenas. Direitos especiais e coletivos passaram a requerer regulamentação, esse é um fato inegável.

O referido projeto de lei trata da proteção ao direito autoral e à propriedade intelectual dos indígenas. Estabelece que tais instrumentos visam garantir que os conhecimentos e modelos indígenas só serão utilizados, comercial ou industrialmente, com o consentimento das próprias comunidades e em seu benefício.

Resumindo: o que quero dizer é que o assunto motivador deste meu pronunciamento terá oportunidade excepcional de ser debatido nesta Casa. Apenas introduzi alguns poucos pontos, em minha fala de hoje, sem a pretensão de ser exaustivo ou conclusivo. A título de breve introdução, digamos assim.

Mas o importante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, por ocasião dos trabalhos da CPI que

vão investigar a atuação das ONGs, teremos uma valiosíssima oportunidade de identificar esses agentes internacionais, essas ONGs biopiratas que vêm atuando impunemente no Brasil, especialmente na Amazônia entre as comunidades indígenas.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Mesa do Senado Federal requerimento subscrito por 36 Srs. Senadores que solicita a instalação de uma CPI para investigar as atividades das ONGs.

Desde que assumi meu mandato como Senador pelo Estado de Roraima, tenho me batido a respeito do tema, mais precisamente, querendo entender a figura tão mística das Organizações Não-Governamentais.

Para tanto, solicitei, de vários Ministérios e da Consultoria Legislativa da Casa, informações a respeito dessas instituições e tive o cuidado de investigar e acompanhar as publicações na imprensa a respeito das atividades dessas instituições, procurando obter um diagnóstico que, efetivamente, calcar determinadas ações que eu pudesse tomar como Senador, seja na apresentação de projetos, seja na proposição de medidas outras que, de alguma forma, buscassem uma regulamentação da atividade dessas instituições, muitas delas com sede no exterior e tra-

balhando a favor de comprovações financeiras internacionais.

Portanto, hoje lerei alguns tópicos dos documentos que consegui obter a respeito dessas instituições.

O primeiro deles é um estudo feito pela Consultoria Legislativa do Senado, em que o consultor legislativo José Roberto Campos, em 11 páginas, faz um apanhado tentando definir o que é ONG, os aspectos jurídicos do seu funcionamento, quantas são, quais são e onde atuam. Um longo estudo, inclusive abordando como são financiadas e fiscalizadas.

Esse estudo merece ser analisado, inclusive pela CPI que será instalada, creio eu, até o mês de outubro, para apurar exatamente as atividades dessas ONGs.

Preliminarmente, é preciso dizer que todos acreditamos, conhecemos organizações não-governamentais que atuam seriamente, que cuidam efetivamente de atividades, tanto no campo social como em outros, de maneira muito positiva para o País; mas também sabemos que existem instituições que representam interesses internacionais em setores estratégicos do desenvolvimento do País.

Como relata o consultor:

"O conceito de ONG não é pacífico. Entre os autores, quase sempre acadêmicos e militantes desses movimentos sociais, alguns poucos entendem essas organizações como decorrência lógica da própria negação que sua denominação encerra: *não-governamentais*. Sob esse ponto de vista, todas as instituições privadas, não criadas pelo poder público e constituídas sem objetivo de lucro – vejam bem, sem objetivo de lucro –, mereceriam a qualificação de organizações não-governamentais; o que abarcaria, por exemplo, igrejas, sindicatos, partidos políticos, clubes, grupos de bairros. Excessivamente elástica, esse conceito pouco ajuda na caracterização das ONGs tal como as reconhecemos socialmente. Ajuda ainda menos quando se sabe que grande parte das ONGs africanas, por exemplo, foi criada pelo próprio governo e nem por isso elas deixam de ser consideradas ONGs no âmbito dos movimentos sociais".

A denominação de "Organização Não-Governamental" surgiu na Organização das Nações Unidas, uma entidade governamental. Por meio da Resolução 288, de 1950, do Conselho Econômico e Social, ONG foi definida, no âmbito das Nações Unidas, como sendo uma "organização in-

ternacional não estabelecida por acordos governamentais".

Essa definição buscava diferenciar as ONGs das instituições decorrentes de acordos entre governos nacionais, como a própria ONU. No entanto, Sr. Presidente, na Alemanha, o termo teria nascido "mais dentro do governo que fora dele", quando, na década de 60, o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) daquele país começou a repassar subsídios da chamada "ajuda para o desenvolvimento" para organizações não estatais, em geral ligadas às igrejas católicas e evangélicas.

Após seu surgimento, a função dessas instituições, que datam da década de 50, 60, na ONU e na Alemanha, foi sendo elastecida. Passaram a exercer atividades de influência política, a funcionar como grupos de pressão ante os respectivos governos, atitude que passou a configurar outra característica dessas organizações. As ONGs se multiplicaram e adquiriram características que não correspondem ao objetivo inicial da sua concepção.

Sr. Presidente, ao analisarmos os aspectos jurídicos das organizações não-governamentais, perceberemos falhas mais graves. Não há uma norma legal que obrigue ou condicione o funcionamento das ONGs, salvo na hipótese de operação com recursos públicos. Neste ponto, temos que mencionar a Lei nº 9.637, de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais (OS), e a Lei nº 9.790, de março de 1999, que trata de qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Tais leis também não alteraram o quadro, porque as ONGs, querendo e satisfazendo certas condições, podem se transformar em OS ou OSCIP, mas não estão obrigadas a isso; e a grande maioria delas não está dependente dessa condição de ser, digamos assim, abrangida pela legislação e, portanto, fiscalizadas.

Algumas delas já se tornaram OSCIP, outras não, mas têm recebido recursos públicos, e, portanto, merecem uma investigação profunda. Sr. Presidente, entendo que não só aquelas que recebem recursos públicos mas também as que recebem recursos do exterior devem ser investigadas, e de forma profunda. Há inclusive, Sr. Presidente, uma proibição legal de que qualquer partido político receba recursos do exterior e que haja financiamento de campanhas com esses recursos. No entanto, essas instituições não-governamentais recebem recursos que não são declarados e são aplicados de forma desordenada e fora de qualquer fiscalização governamental.

Mais sério ainda, Sr. Presidente, é identificar quais são elas, quantas são e onde atuam. Não tive uma resposta conclusiva de nenhum dos órgãos federais a esse respeito. Todavia, o estudo feito pela Consultoria Legislativa estima, baseando-se numa informação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, que cerca de 1.400 ONGs atuam no País. Já a revista *Veja*, na edição de 31 maio de 1995, afirma, sem revelar a fonte, a existência "no Brasil de 3.000 a 5.000 ONGs". A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), uma espécie de federação dessas instituições, congrega apenas 213 ONGs de variados portes e áreas de atuação.

A ABONG mantém um cadastro das ONGs de acordo com a área de atuação, qual seja educação, profissionalização, saúde, DST/Aids, criança e adolescente, área agrária ou agrícola, ambiental e ecológica, desenvolvimento regional, povos indígenas, racismo etc.

Sr. Presidente, há um fato interessante. Por meio do registro da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, conseguiu-se relacionar 13 instituições que atuam nas áreas indígenas. No entanto, em resposta a requerimento formulado por mim ao Ministério da Justiça, a Funai informou que atuam nas áreas indígenas no País, com conhecimento e autorização dessa fundação, 332 Organizações Não-Governamentais. Portanto, uma flagrante disparidade com o que está registrado na Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

Quarenta e seis por cento dessas organizações atuam no âmbito nacional, 50% no âmbito estadual, 38% no âmbito municipal, 3% no âmbito regional, 4% no metropolitano e 1,63% no âmbito internacional. Então, como se vê, são muitas e variadas as informações, o que não nos permite ter certeza quanto ao número de entidades não-governamentais atuantes no Brasil.

Como elas são financiadas? O financiamento das ONGs é objeto de permanente dificuldade. As fontes mais freqüentes são: agências internacionais de "cooperação", agências multilaterais e bilaterais, órgãos do Governo brasileiro e comercialização de produtos e venda de serviços. Embora cada ONG tenha orçamento específico, e cerca da metade delas até independam de financiamento, pode-se assegurar que as maiores parcelas de receitas advêm das agências internacionais (entre 30% e 70% dos orça-

mentos de cada ONG) e dos órgãos do Governo brasileiro (entre 10% e 50%.)

As fichas cadastrais das ONGs filiadas à ABONG, portanto, só as filiadas, que constituem anexo deste trabalho, permitem aferir com maior acuidade o perfil das fontes de recursos diversos das ONGs.

Só para ilustrar, Sr. Presidente, é bom observar o total de recursos, a receita prevista e a origem desses recursos. Vou me ater, por exemplo, àquelas que atuam com valores superiores, de R\$300.000,00 até R\$1 milhão de reais. Nessa faixa de R\$300.000,00 a R\$600.000,00, são 25 instituições, segundo o registro da ABONG; de R\$600.000,00 a R\$ 1 milhão, 16 instituições; mais de R\$ 1 milhão, 13 instituições.

Como são fiscalizadas? Como instituições de natureza privada, as ONGs estão sujeitas apenas à responsabilização que alcançam os particulares em geral, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

Quando operam com recursos públicos, contudo, estão sujeitas ao controle externo da Administração Pública, exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas e da fiscalização de que se incumbem o Ministério Público.

Na verdade, vemos que, pela nossa legislação atual, essas ONGs estão completamente à vontade para atuar no Brasil, sem prestar contas da origem dos recursos que recebem e nem dos recursos que conseguem auferir no exercício de suas atividades.

Portanto, isso é um verdadeiro portão aberto para que o Brasil esteja sendo surripado, tanto na questão da biopirataria, da nossa fauna, flora, como também em uma verdadeira articulação de um **apartheid** no Brasil, no que tange à questão indígena e à ambiental, de forma a promover no País uma estagnação e, o que é pior, uma forma de colonialismo moderno, levando não só essas riquezas da nossa biodiversidade, como também colhendo informações preciosas, inclusive junto aos índios, na obtenção de medicamentos e outros bens, como por exemplo no caso dos cosméticos.

Em Roraima, Sr. Presidente, foi constatado um caso muito interessante. Uma ONG, denominada Associação Amazônia, conseguiu adquirir terras de ribeirinhos, uma área de maneira não muito lícita. Conforme está dito no relatório do Assembléia Legislativa, os ribeirinhos desconhecem a área total por eles ocupadas e tampouco possuíam qualquer documento referente às terras transferidas com cláusula de constituto-possessório.

Logo após a transferência da área, os ribeirinhos foram contratados para zelar pelo local e evitar a presença de estranhos.

Os últimos endereços da Associação coincidem com os endereços do sócio argentino Hector Daniel Garibotti, que reside juntamente com os sócios Christopher Julian Clarck e Roberto Paolo Imperialli. Portanto, os três sócios dessa ONG são estrangeiros e têm o endereço dessa instituição de maneira ilegal, sem comprovação inclusive.

A Associação se constituiu com endereço na cidade de Manaus e adquiriu cento e setenta e dois mil hectares de terras desses ribeirinhos no sul do Estado de Roraima.

Então, o que se conclui da análise da CPI da Assembléia Legislativa é que a instituição criada por esses três estrangeiros adquiriu de forma ilegal esses 172 mil hectares, sob a alegação de desenvolver um projeto de preservação ambiental e uso da biodiversidade. Na verdade, estavam fazendo uma reserva privada, o que foi constatado não só pela CPI, mas também pela própria Universidade do Amazonas. A propósito, essa instituição vai ser objeto de investigação de CPI do Senado.

Sr. Presidente, esses fatos são decorrentes de investigações e informações do Ministério da Justiça e mostram que realmente precisamos aprofundar esse estudo sobre as ONGs. Embora já existam projetos de leis no sentido de o Governo regulamentar a atuação dessas instituições no Brasil, devemos fazer uma convocação – vamos dizer assim – à nossa nacionalidade, à nossa dignidade como brasileiros e dar um basta a esse verdadeiro colonialismo moderno exercido por essas instituições que estão a serviço de corporações internacionais, como as da área de medicamentos e cosméticos e as grandes mineradoras.

Sr. Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento leio trecho do artigo publicado na revista **Época** última edição, assinado pelo filósofo Olavo de Carvalho:

A política de dominação global age em quatro frentes: a abertura econômica, a implantação de padrões culturais, a conquista da hegemonia territorial e o enfraquecimento divisionista dos Estados nacionais. Dos quatro pontos, o menos perigoso é o primeiro: a experiência mundial já provou que qualquer país pode beneficiar-se da globalização econômica sem perder nada de identidade cultural e da soberania territorial e política. Mas nosso nacionalismo oferece

obstinada resistência à penetração estrangeira no campo econômico e se abre gostosamente, deleitosamente, canalhamente a ela em tudo o mais. Por exemplo, quem não viu, ainda há pouco, as mesmas pessoas que fervem de indignação ante a venda de empresas estatais irem engrossar o cordão do indigenismo importado, que além de lutar pela transferência de fatias do nosso território para a administração de ONGs estrangeiras ainda têm a impérvia cara-de-pau de negar, em nome de direitos ancestrais recém-inventados em Nova Iorque e Genebra, a unidade da cultura brasileira e a legitimidade mesma da existência do Brasil como Nação? Nada neste mundo pode explicar que uma ou duas ou cem empresas públicas sejam bens tão mais vitais e mais dignos de ser preservados que a unidade cultural, o território e a soberania juntos.

Na mesma linha de conservar os anéis sacrificando os dedos, os apóstolos de estatais não vêem nada de mais em que parcelas da Administração Pública sejam transferidas para as ONGs financiadas do Exterior, como se vem fazendo com o "serviço civil", que anualmente porá a mão-de-obra gratuita de milhões de jovens brasileiros à disposição de entidades notoriamente ligadas a interesses estrangeiros.

Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, quero agradecer aos Senadores que assinaram o requerimento de criação da CPI das ONGs, não com o objetivo de fazermos caça às bruxas. O que queremos, na verdade, é separar o joio do trigo, identificar quais são aquelas instituições que trabalham seriamente a favor do Brasil, a favor das diversas causas sociais ou ambientalistas no País, e aquelas que estão a serviço de interesses internacionais, buscando fazer um verdadeiro assalto à nossa biodiversidade e às nossas riquezas minerais, num plano adreadamente preparado e comandado pelos Estados Unidos e pelos países da Europa, principalmente os grandes grupos econômicos que compõem e que comandam o famoso G-7. Nós, como brasileiros, temos de ter a coragem e a dignidade de defender o que é nosso, principalmente a nossa Amazônia e os bens materiais do Brasil.

Muito obrigado.

que um Estado como o nosso, que não tem indústrias, cuja pecuária e agricultura ainda são incipientes, pôde asfaltar 300km da BR-174 e mais 100km, dos 85 totais da BR-401, que liga o nosso Estado à antiga Guiana Inglesa, e não se sacrificou fazendo empréstimos?

Sr. Presidente, não entendo por que as estradas do nosso País se encontram completamente deterioradas, e as dívidas estaduais cada vez maiores, tendo o povo que responder por tudo isso com o pagamento de impostos.

É bastante fácil constar que nós, de um Estado pequeno, com uma pequena representação aqui no Congresso Nacional – somos 8 Deputados Federais, embora no Senado, como todos sabem, a representação é igualitária: 3 Senadores para cada Estado –, a custo de muito sacrifício, de muita peregrinação pelos Ministérios estamos conseguindo que o nosso Estado não se torne inviável. Sr. Presidente, existem outras situações, um tanto indefinidas, que já podiam ter sido resolvidas. Refiro-me ao caso da demarcação das terras indígenas. Isso é um problema, Sr. Presidente e nobres Colegas. Apesar de não termos deixado esse assunto de lado nesses 12 anos ainda não conseguimos resolvê-lo. Mas uma coisa temos conseguido: não deixamos que injustiças sejam praticadas.

Sr. Presidente, aproveito essa oportunidade, em que me congratulo com o povo de Roraima, para solicitar aos nobres Senadores que a partir do ano 2.001 – porque o ano 2.000 praticamente chega ao fim, já que agora, nos dedicaremos aos trabalhos da Comissão de Orçamento –, todos nós, os 81 Senadores que representam o nosso País, possamos demarcar as terras de nossos índios. Entendo que se assim não acontecer, estaremos sendo injustos com os índios e com os não índios. Os índios, além de pessoas trabalhadoras, suas comunidades cooperam para o desenvolvimento dos Estados. Portanto, precisamos definir essa situação. Eles trabalham sem estímulo porque não sabem até quando e onde eles poderão chegar. Se as demarcações já tivessem sido feitas, não só os índios teriam sua situação financeira e econômica definida como também os não índios. Hoje, temos, lá no nosso Estado, ótimas terras para a pecuária e para agricultura, além dos índios que têm tanta vontade de trabalhar. Os índios, hoje, fazem parte do desenvolvimento do nosso Estado, haja vista que vários índios se elegeram Vereadores nos Municípios onde existem grandes comunidades indígenas nessas eleições. Inclusive houve até a eleição de um Vice-Prefeito. Muitos deles já ocuparam a Presidência da Câmara de Vereadores. São professores e diretores de colégios, funcionários públicos em vários segmentos. O que falta, então, é

realizarmos aquele sonho, que, aliás, já vem se tornando quase um pesadelo.

Sr. Presidente, repito o apelo que fiz aos Srs. Senadores desta Casa no sentido de que unamos nossas forças. Creio que somente os Senadores da Região Norte jamais irão concretizar esse sonho, que é uma realidade nacional. Todos somos brasileiros. Todos gostaríamos de ver solucionada a situação dos habitantes primitivos do nosso País, que são os nossos irmãos índios.

Agradeço ao Senador Jefferson Péres a cessão de seu horário para que eu tivesse a oportunidade de me congratular com o povo do Estado de Roraima pela passagem do aniversário de criação do Estado, transcorrido no dia 5 deste mês.

Ao finalizar, faço um pedido ao Senador José Fogaça, que preside a sessão neste momento. V. Ex^a, que é um Senador com tantos mandatos nesta Casa, que vive na região Sul de nosso País – no Estado de Rio Grande do Sul –, homem batalhador, parlamentar que tem demonstrado tanta seriedade e competência na condução de seu mandato durante todo esse tempo em que ocupa uma das cadeiras do Senado da República, e também por ser advogado, ajude-nos.

Tenho certeza de que, se houver interesse de outros Senadores provenientes de Estados que não apresentam esse problema, tal fato sensibilizará muito mais o nosso Presidente da República e o povo de nosso País para que a nossa Nação seja justa nesse aspecto como tem sido em outros setores.

Temos de solucionar o problema de nossos irmãosinhos. Eles têm os mesmos sentimentos que nós, sofrem da mesma maneira e também sentem a mesma necessidade de atingir os seus objetivos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – O próximo orador inscrito é o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra pelo tempo regimental.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na década de 80, mais precisamente entre 1983 e 1991, quando tive a oportunidade de representar o então Território de Roraima na Câmara dos Deputados, em várias ocasiões denunciei a atuação de pessoas físicas e de instituições nas áreas indígenas do hoje Estado de Roraima. A partir da informação de um funcionário da Funai, em Roraima, denunciei que uma instituição internacional estava pesquisando uma vacina contra a malária entre os índios yanomâmis, usando-os como cobaias para testar a eficácia daquela vacina.

Na ocasião, houve um rebuliço, e a Funai se apressou em negar, sem investir, que efetivamente

estivesse havendo esse tipo de ação junto aos índios ianomâmis. A denúncia foi colocada embaixo do tapete, e nunca foi confirmada ou negada, de maneira convincente, a atuação dessa instituição internacional junto aos ianomâmis.

Posteriormente, denunciei Sr^a Cláudia Andujar, que comandava uma organização não-governamental intitulada Comissão para a Criação do Parque Yanomami. Essa senhora estava fazendo um verdadeiro comércio da imagem dos ianomâmis internacionalmente, com fotografias e filmes, vendendo esse material a peso de ouro na Europa e nos Estados Unidos. Embora fosse uma situação fácil de ser comprovada, não se tomou nenhuma medida prática.

Passados todos esses anos, nada evoluiu nesse sentido. Hoje, infelizmente, tivemos a oportunidade de ler, nas grandes revistas semanais do Brasil, denúncias semelhantes. A revista **Época**, em sua edição do dia 2 de outubro último, traz uma reportagem intitulada "Laboratório Humano", em que um jornalista e antropólogo acusa dois cientistas de testarem uma vacina contra o sarampo, cuja eficácia ainda não está comprovada, nos índios ianomâmis, o que provocou a morte de 20% da população desses índios. Matéria tratando do mesmo assunto também foi publicada na revista **Veja** do dia 4 último, sob o título "A tribo feroz da antropologia".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, li essas reportagens e fiquei à espera da manifestação de alguma instituição ou de algum órgão governamental para dizer à opinião pública que essas denúncias não procedem. No entanto, não houve nenhum pronunciamento a respeito. Ao contrário, a mídia noticia que o que está havendo é uma guerra entre facções de antropólogos que estão muito mais preocupados com a sua imagem e com a sua capa de santidade e de defensores dos índios do que em falar sobre a matéria publicada nessas duas importantes revistas.

Volto ao tema da exploração da imagem que denunciei na década de 80. A revista **Época**, do dia 9 de outubro, traz uma grande reportagem sob o título "O pajé belga do rio Xingu", que mostra o cineasta belga Jean Pierre Dutilleux, que vem explorando há vários anos a imagem do índio Raoni e de vários outros índios do Brasil, vendendo na Europa as imagens fotográficas ou de cinema desses índios — o que é um absurdo. Nessa reportagem, há uma declaração do presidente da Funai dizendo que vai proibir a entrada do cineasta nas áreas indígenas. Quer dizer, depois de a casa arrombada, sob os auspícios da Funai, o presidente diz que tomará essa providência. Talvez não o faça, porque a Funai tem sido não apenas conivente,

como também tem sido o manda da por essas organizações não-governamentais internacionais presentes nas áreas indígenas e fazendo essa exploração absurda, inclusive da imagem dos índios.

A edição do jornal O Globo do dia 7 do corrente informa que uma americana está leiloando o domínio do nome Yanomami na Internet. De que forma isso é feito? A pessoa registra um nome famoso na Internet e depois cobra por esse nome — e essa americana está cobrando US\$25 mil como lance inicial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão indígena no Brasil está uma verdadeira desordem. O País perdeu o comando; enormes áreas indígenas são demarcadas sem nenhuma intervenção ou comando das instituições brasileiras. O que temos hoje é, mais ou menos, um colonialismo moderno. Os europeus e os norte-americanos, que são os europeus mais modernos, vêm para cá, roubam a imagem de nossos índios e matérias da nossa fauna e da nossa flora, promovendo a biopirataria — fato comprovado na região —, e ainda fazem experiências com vacinas não comprovadas cientificamente. E não dizemos nada. Não há nenhuma indignação contra o que essas instituições estrangeiras estão fazendo.

Entretanto, se porventura algum brasileiro desavisado entra em alguma comunidade indígena — como aconteceu com o grupo de pescadores que entrou na área dos Caiapós — é preso e ameaçado de morte. Houve um estardalhaço nacional quando o grupo de pescadores a quem me referi estava indo pescar e entrou desavisadamente na área indígena, porque lá não há sinal de demarcação da área indígena.

No entanto, o Brasil assiste de braços cruzados a essa verdadeira investida contra a Amazônia. Essas organizações internacionais — e há a idéia de que tudo que é internacional é precioso — passam a idéia de que estão defendendo os índios. No entanto, quatro publicações de nível nacional estão dizendo exatamente o contrário.

Por isso, Sr. Presidente, é mais do que urgente que façamos a CPI das ONGs e avancemos. É obrigação do Senado, como a Casa que representa os Estados, aprofundar essas investigações. Reafirmo, portanto, a denúncia que venho fazendo desde o tempo em que era Deputado Federal e para a qual até hoje não obtive uma resposta afirmativa.

Espero que, com a CPI que está instalando-se e para a qual, até agora, há a indicação dos membros do PFL e do Bloco da Oposição, possamos lançar uma luz e buscar normatizar a ação de entidades e pessoas estrangeiras nas áreas indígenas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.*

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

Discurso proferido em 22/10/00

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL/RR).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Mesa do Senado Federal requerimento subscrito por 36 Srs. Senadores que solicita a instalação de uma CPI para investigar as atividades das ONGs.

Desde que assumi meu mandato como Senador pelo Estado de Roraima, tenho me batido a respeito do tema, mais precisamente, querendo entender a figura tão mística das Organizações Não-Governamentais.

Para tanto, solicitei, de vários Ministérios e da Consultoria Legislativa da Casa, informações a respeito dessas instituições e tive o cuidado de investigar e acompanhar as publicações na imprensa a respeito das atividades dessas instituições, procurando obter um diagnóstico que, efetivamente, calcar determinadas ações que eu pudesse tomar como Senador, seja na apresentação de projetos, seja na proposição de medidas outras que, de alguma forma, buscassem uma regulamentação da atividade dessas instituições, muitas delas com sede no exterior e trabalhando a favor de comprovações financeiras internacionais.

Portanto, hoje lerei alguns tópicos dos documentos que consegui obter a respeito dessas instituições.

O primeiro deles é um estudo feito pela Consultoria Legislativa do Senado, em que o consultor legislativo José Roberto Campos, em 11 páginas, faz um apanhado tentando definir o que é ONG, os aspectos jurídicos do seu funcionamento, quantas são, quais são e onde atuam. Um longo estudo, inclusive abordando como são financiadas e fiscalizadas. Esse estudo merece ser analisado, inclusive pela CPI que será instalada, creio eu, até o mês de outubro, para apurar exatamente as atividades dessas ONGs.

Preliminarmente, é preciso dizer que todos acreditamos, conhecemos organizações não-governamentais que atuam seriamente, que cuidam efetivamente de atividades, tanto no campo social como em outros, de maneira muito positiva para o País; mas também sabemos que existem instituições que representam interesses internacionais em setores estratégicos do desenvolvimento do País. Como relata o consultor: "O conceito de ONG não é pacífico. Entre os autores, quase sempre acadêmicos e militantes desses movimentos sociais, alguns poucos entendem essas organizações como decorrência lógica da própria negação que sua denominação encerra: *não-governamentais*. Sob esse ponto de vista, todas as instituições privadas, não criadas pelo poder público e constituídas sem objetivo de lucro – vejam bem, sem objetivo de lucro –, mereceriam a qualificação de organizações não-governamentais; o que abarcaria, por exemplo, igrejas, sindicatos, partidos políticos, clubes, grupos de bairros. Excessivamente elástica, esse conceito pouco ajuda na caracterização das ONGs tal como as reconhecemos socialmente. Ajuda ainda menos quando se sabe que grande parte das ONGs africanas, por exemplo, foi criada pelo próprio governo e nem por isso elas deixam de ser consideradas ONGs no âmbito dos movimentos sociais".

A denominação de "Organização Não-Governamental" surgiu na Organização das Nações Unidas, uma entidade governamental. Por meio da Resolução 288, de 1950, do Conselho Econômico e Social, ONG foi definida, no âmbito das Nações Unidas, como sendo uma "organização internacional não estabelecida por acordos governamentais".

Essa definição buscava diferenciar as ONGs das instituições decorrentes de acordos entre governos nacionais, como a própria ONU. No entanto, Sr. Presidente, na Alemanha, o termo teria nascido "mais dentro do governo que fora dele", quando, na década de 60, o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) daquele país começou a repassar subsídios da chamada "ajuda para o desenvolvimento" para organizações não estatais, em geral ligadas às igrejas católicas e evangélicas.

Após seu surgimento, a função dessas instituições, que datam da década de 50, 60, na ONU e na Alemanha, foi sendo elastecida. Passaram a exercer atividades de influência política, a funcionar como grupos de pressão ante os respectivos governos, atitude que passou a configurar outra característica dessas organizações. As ONGs se multiplicaram e adquiriram características que não correspondem ao objetivo inicial da sua concepção.

Sr. Presidente, ao analisarmos os aspectos jurídicos das organizações não-governamentais, percebemos falhas mais graves. Não há uma norma legal que obrigue ou condicione o funcionamento das ONGs, salvo na hipótese de operação com recursos públicos. Neste ponto, temos que mencionar a Lei nº 9.637, de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais (OS), e a Lei nº 9.790, de março de 1999, que trata de qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Tais leis também não alteraram o quadro, porque as ONGs, querendo e satisfazendo certas condições, podem se transformar em OS ou OSCIP, mas não estão obrigadas a isso; e a grande maioria delas não está dependente dessa condição de ser, digamos assim, abrangida pela legislação e, portanto, fiscalizadas.

Algumas delas já se tornaram OSCIP, outras não, mas têm recebido recursos públicos, e, portanto, merecem uma investigação profunda. Sr. Presidente, entendo que não só aquelas que recebem recursos públicos mas também as que recebem recursos do exterior devem ser investigadas, e de forma profunda. Há inclusive, Sr. Presidente, uma proibição legal de que qualquer partido político receba recursos do exterior e que haja financiamento de campanhas com esses recursos. No entanto, essas instituições não-governamentais recebem recursos que não são declarados e são aplicados de forma desordenada e fora de qualquer fiscalização governamental.

Mais sério ainda, Sr. Presidente, é identificar quais são elas, quantas são e onde atuam. Não tive uma resposta conclusiva de nenhum dos órgãos federais a esse respeito. Todavia, o estudo feito pela Consultoria Legislativa estima, baseando-se numa informação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, que cerca de 1.400 ONGs atuam no País. Já a revista *Veja*, na edição de 31 maio de 1995, afirma, sem revelar a fonte, a existência "no Brasil de 3.000 a 5.000 ONGs". A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), uma espécie de federação dessas instituições, congrega apenas 213 ONGs de variados portes e áreas de atuação.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

A ABONG mantém um cadastro das ONGs de acordo com a área de atuação, qual seja educação, profissionalização, saúde, DST/Aids, criança e adolescente, área agrária ou agrícola, ambiental e ecológica, desenvolvimento regional, povos indígenas, racismo etc.

Sr. Presidente, há um fato interessante. Por meio do registro da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, conseguiu-se relacionar 13 instituições que atuam nas áreas indígenas. No entanto, em resposta a requerimento formulado por mim ao Ministério da Justiça, a Funai informou que atuam nas áreas indígenas no País, com conhecimento e autorização dessa fundação, 332 Organizações Não-Governamentais. Portanto, uma flagrante disparidade com o que está registrado na Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

Quarenta e seis por cento dessas organizações atuam no âmbito nacional, 50% no âmbito estadual, 38% no âmbito municipal, 3% no âmbito regional, 4% no metropolitano e 1,63% no âmbito internacional. Então, como se vê, são muitas e variadas as informações, o que não nos permite ter certeza quanto ao número de entidades não-governamentais atuantes no Brasil.

Como elas são financiadas? O financiamento das ONGs é objeto de permanente dificuldade. As fontes mais freqüentes são: agências internacionais de "cooperação", agências multilaterais e bilaterais, órgãos do Governo brasileiro e comercialização de produtos e venda de serviços. Embora cada ONG tenha orçamento específico, e cerca da metade delas até independam de financiamento, pode-se assegurar que as maiores parcelas de receitas advêm das agências internacionais (entre 30% e 70% dos orçamentos de cada ONG) e dos órgãos do Governo brasileiro (entre 10% e 50%).

As fichas cadastrais das ONGs filiadas à ABONG, portanto, só as filiadas, que constituem anexo deste trabalho, permitem aferir com maior acuidade o perfil das fontes de recursos diversos das ONGs.

Só para ilustrar, Sr. Presidente, é bom observar o total de recursos, a receita prevista e a origem desses recursos. Vou me ater, por exemplo, àquelas que atuam com valores superiores, de R\$300.000,00 até R\$1 milhão de reais. Nessa faixa de R\$300.000,00 a R\$600.000,00, são 25 instituições, segundo o registro da ABONG; de R\$600.000,00 a R\$ 1 milhão, 16 instituições; mais de R\$ 1 milhão, 13 instituições.

Como são fiscalizadas? Como instituições de natureza privada, as ONGs estão sujeitas apenas à responsabilização que alcançam os particulares em geral, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

Quando operam com recursos públicos, contudo, estão sujeitas ao controle externo da Administração Pública, exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas e da fiscalização de que se incumbe o Ministério Público.

Na verdade, vemos que, pela nossa legislação atual, essas ONGs estão completamente à vontade para atuar no Brasil, sem prestar contas da origem dos recursos que recebem e nem dos recursos que conseguem auferir no exercício de suas atividades.

Portanto, isso é um verdadeiro portão aberto para que o Brasil esteja sendo surripiado, tanto na questão da biopirataria, da nossa fauna, flora, como também em uma verdadeira articulação de um **apartheid** no Brasil, no que tange à questão indígena e à ambiental, de forma a promover no País uma estagnação e, o que é pior, uma forma de colonialismo moderno, levando não só essas riquezas da nossa biodiversidade, como também colhendo informações preciosas, inclusive junto

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

aos índios, na obtenção de medicamentos e outros bens, como por exemplo no caso dos cosméticos.

Em Roraima, Sr. Presidente, foi constatado um caso muito interessante. Uma ONG, denominada Associação Amazônia, conseguiu adquirir terras de ribeirinhos, uma área de maneira não muito lícita. Conforme está dito no relatório do Assembléia Legislativa, os ribeirinhos desconhecem a área total por eles ocupadas e tampouco possuíam qualquer documento referente às terras transferidas com cláusula de constituto-possessório.

Logo após a transferência da área, os ribeirinhos foram contratados para zelar pelo local e evitar a presença de estranhos.

Os últimos endereços da Associação coincidem com os endereços do sócio argentino Hector Daniel Garibotti, que reside juntamente com os sócios Christopher Julian Clarck e Roberto Paolo Imperialli. Portanto, os três sócios dessa ONG são estrangeiros e têm o endereço dessa instituição de maneira ilegal, sem comprovação inclusive.

A Associação se constituiu com endereço na cidade de Manaus e adquiriu cento e setenta e dois mil hectares de terras desses ribeirinhos no sul do Estado de Roraima.

Então, o que se conclui da análise da CPI da Assembléia Legislativa é que a instituição criada por esses três estrangeiros adquiriu de forma ilegal esses 172 mil hectares, sob a alegação de desenvolver um projeto de preservação ambiental e uso da biodiversidade. Na verdade, estavam fazendo uma reserva privada, o que foi constatado não só pela CPI, mas também pela própria Universidade do Amazonas. A propósito, essa instituição vai ser objeto de investigação de CPI do Senado.

Sr. Presidente, esses fatos são decorrentes de investigações e informações do Ministério da Justiça e mostram que realmente precisamos aprofundar esse estudo sobre as ONGs. Embora já existam projetos de leis no sentido de o Governo regulamentar a atuação dessas instituições no Brasil, devemos fazer uma convocação – vamos dizer assim – à nossa nacionalidade, à nossa dignidade como brasileiros e dar um basta a esse verdadeiro colonialismo moderno exercido por essas instituições que estão a serviço de corporações internacionais, como as da área de medicamentos e cosméticos e as grandes mineradoras.

Sr. Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento leio trecho do artigo publicado na revista *Época* última edição, assinado pelo filósofo Olavo de Carvalho:

A política de dominação global age em quatro frentes: a abertura econômica, a implantação de padrões culturais, a conquista da hegemonia territorial e o enfraquecimento divisionista dos Estados nacionais. Dos quatro pontos, o menos perigoso é o primeiro: a experiência mundial já provou que qualquer país pode beneficiar-se da globalização econômica sem perder nada de identidade cultural e da soberania territorial e política. Mas nosso nacionalismo oferece obstinada resistência à penetração estrangeira no campo econômico e se abre gostosamente, deleitosamente, canalhamente a ela em tudo o mais. Por exemplo, quem não viu, ainda há pouco, as mesmas pessoas que fervem de indignação ante a venda de empresas estatais irem engrossar o cordão do indigenismo importado, que além de lutar pela transferência de fatias do nosso território para a administração de ONGs estrangeiras ainda têm a impérvia cara-de-pau de negar, em nome de direitos ancestrais recém-inventados em Nova Iorque e Genebra, a unidade da cultura brasileira e a legitimidade mesma da existência do Brasil como Nação? Nada neste mundo pode explicar que uma ou duas ou cem empresas públicas sejam bens tão mais vitais e mais dignos de ser preservados que a unidade cultural, o território e a soberania juntos.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

Na mesma linha de conservar os anéis sacrificando os dedos, os apóstolos de estatais não vêm nada de mais em que parcelas da Administração Pública sejam transferidas para as ONGs financiadas do Exterior, como se vem fazendo com o "serviço civil", que anualmente porá a mão-de-obra gratuita de milhões de jovens brasileiros à disposição de entidades notoriamente ligadas a interesses estrangeiros.

Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, quero agradecer aos Senadores que assinaram o requerimento de criação da CPI das ONGs, não com o objetivo de fazermos caça às bruxas. O que queremos, na verdade, é separar o joio do trigo, identificar quais são aquelas instituições que trabalham seriamente a favor do Brasil, a favor das diversas causas sociais ou ambientalistas no País, e aquelas que estão a serviço de interesses internacionais, buscando fazer um verdadeiro assalto à nossa biodiversidade e às nossas riquezas minerais, num plano adrede preparado e comandado pelos Estados Unidos e pelos países da Europa, principalmente os grandes grupos econômicos que compõem e que comandam o famoso G-7. Nós, como brasileiros, temos de ter a coragem e a dignidade de defender o que é nosso, principalmente a nossa Amazônia e os bens materiais do Brasil.

Muito obrigado.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

**PUBLICAÇÕES
2000**

Mozarildo

Mozarildo pede CPI para ONGs na Amazônia

Senador diz que é preciso "separar o joio do trigo" e acusa diversas organizações de servirem de fachada para atos de biopirataria. Gilberto Mestrinho acha que 98% das ONGs na região são "picaretagem"

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na Amazônia. Em discurso proferido na sexta-feira da tribuna do Plenário, o parlamentar anunciou que fará, em breve, o pedido da CPI.

Para o senador, é necessário "separar o joio do trigo, para saber quais são as entidades que se servem desta causa para auferir lucros para si e para seus proprietários". Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) apoiou a criação da CPI e afirmou que 98% das ONGs que cuidam de índios e do meio ambiente "são picaretagem".



Mozarildo acredita que muitas ONGs só servem para gerar lucros para seus proprietários

Mozarildo relatou ao Plenário informações fornecidas pelo Ministério da Justiça e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a seu pedido. Ele disse ter considerado vagas e imprecisas as informações, que ainda irá analisar detalhadamente. O senador citou o convênio entre a

Funasa e a organização Urihi – Saúde Yanomami, de 17 meses de duração, no valor total de R\$ 7,2 milhões:

– As informações não especificam qual o critério adotado para a escolha desta entidade. Foi feita uma avaliação de sua capacidade técnica? Houve uma licita-

ção? – indagou o senador. Para ele, muito mais eficiente seria fazer esse convênio com o Exército brasileiro, que tem profissionais competentes e já está presente na região.

Mozarildo reclamou da demora do Ministério da Justiça em encaminhar as informações prestadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O relato da Funai ao ministério foi feito em 21 de janeiro, mas a correspondência somente foi enviada ao senador quase três meses depois, em 19 de abril. Nela, estão arroladas mais de 200 organizações não-governamentais que têm convênio com a entidade:

– É a prova documental da necessidade de uma investigação,

que espero seja feita pelo Ministério Público Federal. Mas conclamo o Senado a fazer também essa investigação, para saber como estão essas entidades – afirmou o parlamentar.

Para Mozarildo, muitas ONGs são "agentes a serviço dos interesses internacionais" que praticam a biopirataria e tomam "atitudes nocivas ao interesse do país", sendo que agora são pagas pelo governo federal. As informações prestadas pelo governo, afirmou, acabam com a justificativa dos defensores das ONGs de que elas trazem dinheiro para o Brasil. O senador lembrou que, além de Mestrinho, também o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defende a CPI.

34

5.800
PB

Manica
CORRUPÇÃO

ONG QUER VIGIAR LICITAÇÕES

■ O presidente da organização não-governamental Transparência Internacional, Peter Eigen, defendeu ontem, durante encontro com empresários na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo, maior abertura nos processos de licitação que envolvem governos e empresas. Para Eigen, essa é a forma mais eficiente de combater a corrupção nos países onde suborno e propina sejam práticas habituais. "A sociedade tem de poder monitorar as relações entre o poder público e o setor privado", afirmou Eigen aos empresários.

Ele evitou fazer comentários sobre os recentes escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários, papel que cabe, segundo ele, ao braço nacional da organização, a Transparência Brasil.

O vice-presidente da instituição no Brasil, Neissan Monadjem, do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), informou que a organização esteve quinta-feira no Ministério da Justiça e propôs um convênio que permita à ONG fazer um monitoramento ético das licitações públicas. "É uma forma de garantir a participação da sociedade nos processos de contratação de serviços entre governo e empresas", disse Monadjem. (Agência Estado)

O NÚMERO

Entidade pede licitações mais transparentes

O presidente da organização Transparency International, Peter Eigen, defendeu ontem, durante encontro com empresários na Câmara Americana de Comércio, em São Paulo, maior abertura nos processos de licitação que envolvem governos e empresas. Para Eigen, essa é a forma mais eficiente de combater a corrupção nos países onde suborno é propina sejam práticas habituais. "A sociedade tem de poder monitorar as relações entre o

poder público e o setor privado", afirmou Eigen aos empresários.

Eigen evitou fazer comentários sobre os recentes escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários, papel que cabe, segundo ele, ao braço nacional da organização, a Transparência Brasil. Entretanto, quando questionado sobre se é possível eliminar a corrupção, afirmou: "Não há como extinguir completamente a corrupção, a prática de propi-

nas; isso porque eliminar 98% da corrupção no mundo é muito menos custoso do que acabar com os 2% que sobram", afirmou.

A Transparência Internacional, organização não-governamental (ONG) criada em 1993 por iniciativa de Eigen, que deixou o Banco Mundial (Bird) depois de 25 anos de carreira para se dedicar à luta contra a corrupção, adota o princípio segundo o qual nem governo, nem empresários e nem sociedade

conseguem reduzir, sozinhos, a corrupção. A ONG, presente em 77 países, elabora o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) e o Bribe Payers Index, que enfoca o comportamento de grandes empresas multinacionais. "Os governos, muitas vezes, são reféns dos negócios e acabam permitindo que as empresas ajam como piratas; a empresa, por sua vez, pode até ter um comportamento ético, mas o que interessa a ela é seu acionista, e não o

público", explicou.

A Transparência Internacional defende um pacto de integridade entre as três maiores forças que existem no mundo, os governos, as empresas e a sociedade. "A corrupção não pode ser tolerada como uma questão cultural." No IPC, que reúne 85 países, o Brasil divide com Malawi, Marrocos e Zimbábue a 45ª posição, com nota 4,1, de um universo que vai de 0 a 10. O último IPC foi divulgado em 1998.



ASSOCIAÇÃO DE ONGS DE

ISCALIZAÇÃO

Presidente da Abong admite casos isolados de atuação irregular e quer discutir atuação

MARTA AVANÇINI

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) está defendendo a realização de uma audiência pública no Congresso Nacional para discutir a atuação dessas entidades no País. A idéia é que a audiência funcione como uma alternativa a outros canais de debate sobre o tema, como uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Desde a semana passada, tramita no Senado um pedido de abertura de CPI para verificar as estratégias de trabalho das

ONGs no Brasil, especialmente na Amazônia. A solicitação está sob avaliação da presidência, que deverá se pronunciar, até o fim da semana, se aceita ou não o pedido do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), autor da proposta.

O temor dos parlamentares da Região Norte é que as ONGs estejam se aproveitando da liberdade de atuação que lhes é conferida pela legislação brasileira para defender interesses de governos ou corporações estrangeiras. Um dos pivôs que motivaram o pedido de abertura de CPI é o caso do Instituto Amazônia, uma ONG que comprou irregularmente as benfeitorias de diversos lotes no sul de Roraima. Juntos, eles somam 172 mil hectares, uma superfície maior que a da Bélgica.

A entidade alega que está na região desde 1992 e desenvolve, desde então, trabalhos voltados para o desenvolvimento sustentável. O governo do Estado está tentando reaver o controle da área.

Mal-entendidos "Existe muito desconhecimento sobre as ONGs e pouca visibilidade de suas ações", avalia o presidente da Abong, Sérgio Haddad. A falta de informação dá margem a uma série de mal-entendidos, na opinião do dirigente.

Ele admite, porém, que o universo do terceiro setor é amplo e diversificado, o que pode causar problemas. Esses casos são isolados, diz Haddad. "Há um compromisso ético na base da atuação das ONGs", conclui. Paralelamente, ele lembra

que os mecanismos de prestação de contas, sobretudo dos financiadores internacionais, são rígidos e suficiente para inibir desvios. Avaliação da Abong revela que 80% das ONGs de suas filiadas dependem de dinheiro internacional. Além dis-

so, a transparência das ONGs ligadas internacionais, com a publicação de suas atividades anuais. Esses mecanismos, não são su-

o, a transparência das ONGs ligadas internacionais, com a publicação de suas atividades anuais. Esses mecanismos, não são su-

trabalho e ter um mapeamento preciso de quantas ONGs atuam no País - as estimativas variam de 250 a 500 mil.

LEIA AMANHÃ
Como funcionam as ONGs na Inglaterra



PARTE
01800
01800

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

Brasil

A TRIBO FERROZ DA ANTROPOLOGIA

Acusações de que cientistas abusam dos ianomâmis transformam-se em guerra acadêmica

Gabriela Carelli

Os ianomâmis estão no cerne de uma furiosa batalha acadêmica, mas nenhum deles disparou uma só flecha. A guerra está sendo travada nas cátedras de antropologia, a ciência que estuda povos primitivos, como os ianomâmis. Em lugar de bordunas e cabeças quebradas das brigas na floresta, ataques e contra-ataques são desferidos pela internet e as baixas se contam em quantidade de reputações enlameadas. A razão é um livro que só será lançado em novembro: *Darkness in El Dorado: How Scientists and Journalists Devastated the Amazon* (Escridão em Eldorado: Como Cientistas e Jornalistas Devastaram a Amazônia). O autor, o jornalista americano Patrick Tierney, acusa os cientistas não apenas de publicarem pesquisas fraudulentas mas também de abusos sexuais e experiências desumanas, como disseminar doenças só para observar quem entre os ianomâmis iria sobreviver ou morrer. Dois professores de renome, aos quais Tierney submeteu o texto, foram os primeiros a correr às barricadas. Num longo memorando enviado à Associação Americana de Antropologia, Terence Turner, da Universidade Cornell, e Leslie Sponsel, da Universidade do Havaí, dão crédito ao livro e alertam que a antropologia nunca mais será a mesma. "Essa apavorante história é o verdadeiro coração das trevas antropológicas, até mesmo além da imaginação de Joseph Conrad (ou, talvez, de um Josef Mengele)", escreveram.

O e-mail ricocheteou de universidade em universidade. Um antropólogo da Universidade de São Paulo computou o recebimento de cinquenta mensagens eletrônicas diárias durante a semana passada. Tierney faz acusações que vão além das rivalidades acadêmicas: ele escreveu que durante uma pesquisa financiada pela Comissão de Energia Atômica americana



O antropólogo Chagnon com os ianomâmis: uma polémica descrição do "povo feroz"

Há um ano, instituímos o Prêmio Nacional Prof. Galba de Araújo com o objetivo de estimular e destacar os estabelecimentos de saúde que adotam um atendimento humanizado às mulheres brasileiras aos seus filhos, durante a gestação, parto e pós-parto.

Nesse período, outras ações vêm demonstrando, na prática, que a humanização do atendimento aos usuários do SUS é meta prioritária do Ministério da Saúde. São exemplos a criação do Programa de Humanização do Pré-Natal e do Nascimento e a constituição de um Comitê de Humanização dos Serviços de Saúde.

É, sem dúvida, um desafio que aceitamos: provocar mudanças na assistência obstétrica que valorizem a qualidade e estimulem as escolas que formam profissionais de saúde a se adequarem a um novo referencial no cuidado à saúde. Saber dispor da tecnologia existente sem esquecer que o acolhimento e o respeito são

fundamentais em uma relação cidadã entre os serviços de saúde e a população. Essa é a contribuição institucional que o Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde, deseja dar à população brasileira.

Também esperamos estar oferecendo condições para que as usuárias do SUS encontrem suporte para dar à luz naturalmente e possam preparar seus filhos e filhas para este novo contexto.

Neste ano, o Ministério da Saúde está premiando mais cinco maternidades que estão nesse caminho, e que, por isso, merecem um incentivo. São instituições que estão demonstrando que se pode, dentro de realidades diferentes e com os recursos possíveis, oferecer um atendimento seguro e humanizado. Por isso, merecem ser apresentadas ao país.



Ianomâmis:
no centro do
debate sobre a
violência humana

em 1968 o geneticista americano James Neel usou uma vacina para provocar uma epidemia de sarampo entre os ianomâmis na Venezuela. O objetivo seria comprovar que os homens em posição de comando — dotados de um suposto "gene da liderança" — sobrevivem melhor a uma epidemia que a arraia comum da tribo. Neel, um figurão da Universidade de Michigan e membro da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, morreu em fevereiro — mas a lama atinge outro membro da expedição, o antropólogo Napoleon Chagnon. Professor emérito na Universidade da Califórnia, ele não apenas é o mais controverso membro de sua profissão como também o mais birrento.

Chagnon foi o primeiro cientista a estudar os ianomânis. Seu livro *Ianomâmi, o Povo Feroz*, lançado em 1968, vendeu mais de 1 milhão de exemplares. Com isso, ele colocou os ianomânis — 25 000 índios vivendo na fronteira entre o Brasil e a Venezuela — no centro das atenções internacionais. Não há tribo mais estudada, pois ela se tornou o modelo do que devem ter sido as culturas da Idade da Pedra. A dificuldade nessa lufa-lufa é saber quem é mais feroz e primitivo — os índios ou os antropólogos. Tierney diz que cada um dos pesquisadores forma uma espécie de império com suas aldeias. Ele garante que o antropólogo francês Jacques Lizot, que há 25 anos estuda a arte ianomâmi, tem um harém de rapazinhas na selva venezuelana. Ouvido por VEJA em Paris, Lizot, que é homossexual assumido, admite

que, depois de tanto tempo na floresta, convivendo com os índios, é difícil manter a distância profissional, mas garante que nada fez de aéreo. "Os ianomâmis são seres humanos e acho que Tierney não percebeu isso", diz.

Chagnon descreveu uma sociedade na qual o homicídio e a guerra são comuns e o guerreiro mais violento tem mais esposas e filhos. Em sua visão, os ianomâmis — e por extensão todos os seres humanos — lutam não porque isso seja essencial para a sobrevivência, mas porque são geneticamente programados para a violência numa sociedade sem lei. A sobrevivência do mais apto, ao menos nos termos ianomâmis, significaria a sobrevivência do mais malvado. Quase todos os antropólogos brasileiros e muitos americanos acusam Chagnon de ter dado munição aos inimigos dos indígenas, os políticos e garimpeiros que na Venezuela e no Brasil querem tomar suas terras. Os ambientalistas, que estenderam aos ianomâmis o fervor preservacionista que destinam às árvores, preferem que eles sejam vistos como gente inocente e pacífica, um retrato idílico que é apreciado por muitos antropólogos. O debate de idéias tem implicações mais complexas, até religiosas: a agressão e

a violência são partes da natureza humana, como diz Chagnon, ou o homem é levado à batalha por razões culturais?

Turner, co-autor da denúncia à Associação Americana de Antropologia e inimigo de longa data de Chagnon, chama o colega de "sociopata" e vê semelhança entre suas teses e a idéia nazista da existência de um gene de liderança que tornaria os alemães um povo destinado a comandar. "Ao contrário do que diz Chagnon, os ianomâmis são alegres, inocentes e festivos", sustenta a professora Alcida Ramos, da Universidade de Brasília, uma de suas desafetas. Mas nem ela acredita que Chagnon possa ter disseminado doenças entre os índios. Na verdade, mesmo aqueles cientistas que discordam de suas idéias tendem a concordar com Chagnon quando ele se declara vítima de uma "vendeta acadêmica".

O geneticista gaúcho Francisco Salzano, que participou da pesquisa de James Neel, garante que a acusação não tem pé nem cabeça. Ele conta que, ao chegar à Venezuela, o cientista americano ficou sabendo da epidemia, conseguiu as vacinas, que eram as melhores existentes na época, e foi socorrer os índios. O objetivo não era encontrar o "gene da liderança", mas identificar diferenças genéticas existentes entre os indígenas sul-americanos e brancos e índios norte-americanos. Parte das amostras de sangue coletadas durante a pesquisa está sendo estudada atualmente por Salzano, em Porto Alegre.

Talvez seja o momento para um antropólogo adotar como objeto de estudo o comportamento dos membros de sua própria tribo e explicar a ferocidade com que jogam lama na reputação uns dos outros. ■



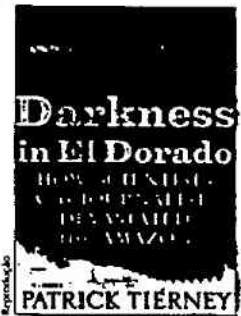
Com reportagem de Eduardo Salgado,
de Londres



POLEMICA

TRIBO BINACIONAL

Há cerca de 10 mil ianomâmis no Brasil e 12 mil na Venezuela



VÍTIMAS
O livro americano (acima) afirma que uma vacina experimental contaminou índios ianomâmis (à esq.)

ÍNDIOS

Laboratório humano

Jornalista acusa pesquisadores americanos de usar ianomâmis como cobaias e incitar a violência

Um livro recém-lançado nos Estados Unidos caiu como uma bomba na comunidade científica, dividindo antropólogos e indigenistas. Em *Darkness in El Dorado* ("Trezas no Eldorado"), o jornalista Patrick Tierney acusa pesquisadores de ter disseminado doenças e violência entre os índios ianomâmis do Brasil e da Venezuela na década de 60. As principais denúncias pesam sobre o antropólogo Napoleon Chagnon, professor emérito da Universidade da Califórnia em Santa Barbara, e sobre o geneticista James Neel, da Universidade de Michigan, que morreu em fevereiro. A Associação Antropológica Americana (AAA) publicou um alerta na internet, em que manifestou preocupação. Comitês de direitos humanos já discutem o livro.

Baseando-se em documentos e declarações, Tierney acusa Chagnon de ter encenado brigas entre ianomâmis e forjado as cenas registradas em seus filmes, usadas para comprovar sua teoria. O antropólogo causou alvoroço em 1968 com

a tese de que os ianomâmis seriam naturalmente inclinados à guerra e conflitos mortais serviriam para selecionar os mais fortes. Segundo o jornalista, as agressões incitadas pelo pesquisador acabaram promovendo uma matança real nas tribos. "Todas essas afirmações são absurdas", garantiu Chagnon a ÉPOCA. "Só estou sendo atacado porque incomo-

do os que têm uma idéia romântica do bom selvagem", afirmou. O antropólogo deve processar Tierney. "Decidirei quando acabar de ler o livro", avisou.

O livro-bomba de Tierney também mostra evidências de que o geneticista Neel teria testado, nos índios, uma vacina insegura contra sarampo, provocando uma epidemia e matando 20% da população. A experiência foi financiada pela Comissão de Energia Atômica dos EUA, que pretendia medir as mutações naturais entre os índios. As acusações são rebatidas pelo geneticista Francisco Salzano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que trabalhou 40 anos com o americano. "As pesquisas de Neel foram publicadas por uma respeitada revista científica, que não teria endossado um trabalho que resultasse em genocídio", disse Salzano.

Centenas de cientistas americanos se apressaram a apoiar Chagnon e Neel. A historiadora Susan Lindee, da Universidade da Pensilvânia, descobriu documentos que contradizem Tierney. Entre eles, uma autorização do governo venezuelano para aplicar as vacinas. Enquanto a polémica cresce, as entidades que trabalham com os ianomâmis brasileiros temem que ela prejudique o programa de vacinação desenvolvido hoje na região. ■

ALEXANDRE MANSUR E SILVIO FERREIRA, DE PORTO ALEGRE



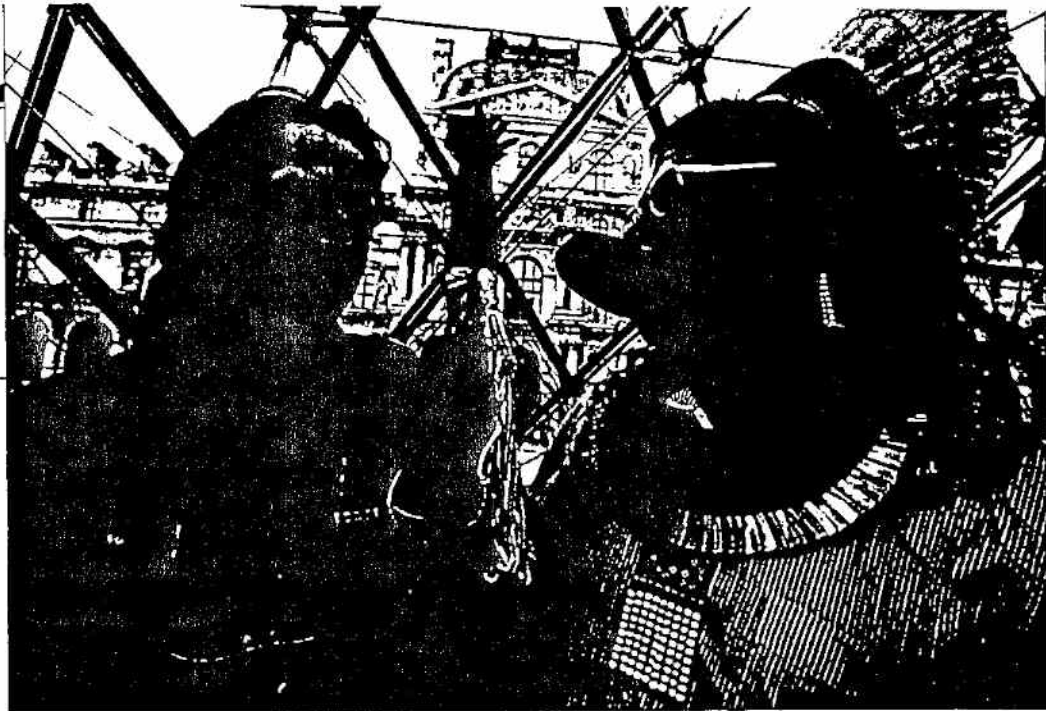
SAÚDE
James Neel estudou as características genéticas dos ianomâmis

Divulgação

AMBIENTE

CINEASTA POLEMICO

Dutilleux tornou-se amigo de Raoni no início da década de 70. Conheceu o Xingu com a ajuda dos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Bôas. Ciceroneou o índio no Louvre (foto)



Arquivo Senado Federal

AMAZÔNIA

O pajé belga do Rio Xingu

Quem é Jean Pierre Dutilleux, cineasta que há três décadas ganha fama e dinheiro explorando a imagem de Raoni e outros índios brasileiros

CARLOS ALBERTO JR., DE BRASÍLIA

O cineasta belga Jean Pierre Dutilleux tem o nome ligado às causas indígenas. Nos anos 70, produziu o documentário *Raoni*, biografia romancçada do líder caiapó. Narrado pelo ator Marlon Brando, foi indicado ao Oscar e exibido no Festival de Cannes, além de ter recebido três kikitos de ouro no Festival de Gramado de 1979. Há mais de duas décadas Dutilleux ganha dinheiro explorando a imagem de nativos do Brasil, da Nova Guiné e das Filipinas. Em 1989, organizou a viagem do

roqueiro inglês Sting pela Amazônia e apresentou-o a Raoni. Formou-se uma parceria improvável. Graças aos contatos de Dutilleux, roqueiro e cacique saíram em turnê mundial para denunciar a destruição da floresta e o desca-

so brasileiro com as populações indígenas. Do encontro resultou a Fundação Mata Virgem, criada com o objetivo de obter recursos para demarcar áreas indígenas. O cineasta voltou ao cenário dos conflitos em julho. Um grupo de caiapós liderado por Raoni seqüestrou e saqueou 15 turistas que pescavam no Rio Xingu. Sob a mira de espingardas, os pescadores surpreenderam-se com a presença de estrangeiros entre os índios. Dutilleux era um deles. "Estou aqui para resolver a zorra que vocês, brasileiros, fazem na Amazônia", anunciou o belga aos reféns amedrontados.

A presença de Dutilleux no cenário fora autorizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ele se apresentara como representante da embaixada francesa para escolher a área do futuro Instituto Raoni, financiado pelo governo francês. No início de 2000, Dutilleux estivera no Xingu sem o conhecimento da Funai. ▶

EMBAIXADOR

Em maio, o cineasta promoveu um encontro em Paris entre Raoni e Jacques Chirac. O presidente francês prometeu verba para a criação do Instituto Raoni, um projeto social para os caiapós



Arquivo Senado Federal

AMBIENTE

Governo investiga pesquisas na selva

Livro levanta polêmica sobre o trabalho dos antropólogos

As acusações feitas pelo jornalista Patrick Tierney no livro *Darkness in El Dorado* ("Trevas no Eldorado") provocaram reação da Funai. A entidade fará um levantamento das pesquisas realizadas pelo geneticista americano James Neel e pelo antropólogo Napoleon Chagnon com os índios ianomâmis na década de 60. Como os arquivos não são informatizados, serão necessários alguns dias para encontrar as propostas de trabalho feitas pelos dois ao governo brasileiro.

Professor emérito da Universidade da Califórnia, em Santa Barbara, nos Estados Unidos, Chagnon só voltará a falar sobre o assunto quando terminar de ler o livro. Ele criou um site na internet para rebater as denúncias e processará o jornalista caso se considere prejudicado.

Tierney acusa o antropólogo de ter encenado brigas entre os ianomâmis para comprovar a teoria de que os índios travam lutas mortais para selecionar os mais fortes. Como resultado, segundo o jornalista, ocorreram matanças reais. Neel morreu em fevereiro deste ano. É acusado no livro de haver inoculado uma vacina ineficaz contra sarampo nos índios. Numa epidemia, 20% dos ianomâmis morreram.

DENÚNCIA
Chagnon (com ianomâmis) é acusado de abusar de índios brasileiros e venezuelanos



"Não vamos mais permitir a entrada de Dutilleux em áreas indígenas. Precisamos aumentar o controle sobre a presença de estranhos nas reservas indígenas brasileiras"

GLÊNIO DA COSTA ÁLVARES,
presidente da Fundação Nacional do Índio

O belga filmou a agressão de Raoni aos pescadores e cedeu as imagens para emissoras de TV do mundo inteiro. "É um desserviço à causa indígena", diz o presidente da Funai, Glênio Álvares. "Dutilleux não nos representa", afirma Yves Lo-Pinto, adido de imprensa da Embaixada da França em Brasília.

Entre 1977 e 1982, Dutilleux cruzou o mundo num veleiro. Trabalhou como assistente do diretor grego Konstantinos Costa-Gavras no Chile e desembarcou na Amazônia para filmar a vida de Raoni. "Tenho paixão pelos índios brasileiros", assegura. Criado na região da Floresta Negra, fronteira da Bélgica com a Alemanha, diz que sonhava com a maior selva do mundo. "Queria conhecer as pajelanças da Amazônia."

Aos 51 anos, Dutilleux mora em Paris e preside a Fundação Selva Virgem, criada para defender interesses indígenas. Escreve o quinto livro sobre o assunto e negocia com a TV a exibição da série *O Mundo Tribal de Jean Pierre Dutilleux*, sobre os problemas das etnias mais ameaçadas do planeta. Na internet, vende fotos de caiapós brasileiros produzidas nas viagens à Amazônia. Ca-

MÍDIA
Raoni aparece de quepe militar em gravação feita por Dutilleux, a pedido dos índios, durante o seqüestro dos pescadores



da uma custa US\$ 150. A procuradoria-geral da Funai desconhece o negócio eletrônico. "Se for verdade, vamos exigir indenização", diz a procuradora Tânia Barreto. O cineasta não se considera um espertalhão. "Não recebo nada pelas fotos nem fiquei rico."

As conversas entre Raoni e Dutilleux são em português e caiapó, dois dos seis idiomas dominados pelo belga. Além de francês, ele se comunica em espanhol, italiano e indonésio. O cacique faz as ligações internacionais para o amigo europeu do posto da Funai em Colíder, em Mato Grosso. São autorizadas por Megaron Txucarramãe, chefe da entidade na região e sobrinho de Raoni. Ambos consideram o belga um defensor das causas indígenas. "Os dois recebem 10% dos direitos autorais do filme", garante o cineasta. Megaron confirma a existência da conta numa agência do Banco do Brasil em São Paulo, mas nega a comissão. "Nunca recebemos nada", diz. ■





RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

MÍDIA IMPRESSA

O GLOBO

DIÁ 7

MÊS/ANO
OUTUB/00

CADERNO 10

Americana leiloa domínio do nome Yanomami

Rubens Valente

• SÃO PAULO O domínio do nome Yanomami na Internet está sendo leiloado na rede por uma mulher que mora em Cape Coral, na Flórida (EUA), seguindo denúncia da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), que

atua em Brasília e Roraima. Na página colocada na Internet, o lance mínimo anunciado para o domínio yanomami.com é de 25 mil dólares. Em carta à CCPY, a autora do registro do domínio, Mercedes Meier, não só confirmou o leilão como informou que já recebeu três pro-

postas, todas recusadas, sendo uma de 18 mil dólares. Mercedes, também dona do registro yanomami.net, se recusou a doar o domínio à CCPY.

A atitude da americana indignou o líder yanomami Davi Kopenawa que, de Roraima, mandou um fax pedindo que

ela abra mão do domínio.

"O nome dos Yanomami não é para negociar. Yanomami é nome de um povo muito antigo. A senhora não é de nossa confiança, nós não conhecemos a senhora", diz o fax.

O secretário-executivo da CCPY, Fernando Bittencourt,

disse que os yanomamis lutarão por seus direitos porque, no futuro, terão conhecimento para criar sua própria página na Internet. A CCPY estudará, com o Ministério Público Federal, uma medida jurídica para recuperar os domínios.

O antropólogo Bruce Albert,

que há 25 anos trabalha com os yanomamis, disse que o registro é uma agressão aos índios.

— É a nova versão do mesmo antigo processo de desrespeito cultural e exploração colonial do qual são vítimas os yanomamis há décadas. ■

Índios são vítimas de cybersquatting

Gilberto Scofield Jr.

• A prática de registrar um nome notório na Internet — o chamado nome de domínio (aquele amontoado de letras www.qualqueroi-sa.com) — e exigir dinheiro para que o verdadeiro proprietário da marca possa usá-la é conhecido mundialmente como cybersquatting. Numa tradução livre, a prática pode ser chamada de cyberinvasão.

Quando a Internet começou a se expandir mais aceleradamente, em meados da década de 90, e o comércio eletrônico passou a girar alguns bilhões de dólares por ano, muitos anônimos aproveitaram a ocasião para registrar em organismos de propriedade intelectual de seus países e do mundo os domínios com marcas notórias de olho no dinheiro fácil.

Mas o fato é que o Centro de Arbitragem da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), órgão ligado às Nações Unidas (ONU), vem dando ganho de causa para os donos de marcas notórias ao redor do mundo.

Recentemente, por exemplo, a TV Globo venceu a disputa pelo domínio redglobo.net com uma empresa chamada Green Card Transportes e Eventos Ltda.

No último dia 3, a grife Chanel, a agência de notícias Reuters e a escritora inglesa Helen Fielding, autora dos livros sobre a personagem Bridget Jones, também ganharam no Centro de Arbitragem da Ompi o direito de uso de suas marcas pontocom.

Desde que o organismo começou a fazer este tipo de arbitragem, em dezembro passado, 1.300 casos foram analisados. Mais da metade já foi julgada e, em 80% dos casos, o direito de uso da marca notória foi devolvida ao verdadeiro dono da marca.

No caso da grife Chanel, uma empresa americana chamada Estco Technology havia registrado os domínios chanelstore.com e chanel-fashion.com, alegando que pretendia montar um portal com as grandes grifes do mundo da moda.

A Ompi considerou o registro dos domínios (e a cobrança de alguns milhões de dólares para devolvê-los à grife) como típico ato de má-fé e devolveu, na marra, os endereços na Internet à Maison Chanel.



RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

MÍDIA IMPRESSA

O GLOBO

PÁG. 7

MÊS/ANO
OUTUB/00

NÚMERO 10

PÁG. Nº
10A

é vice-presidente. Paulo Henrique, segundo o seu advogado, só desempenhou a função de consultor de idéias. "Paulo Henrique somente contribuiu com idéias estritamente vinculadas ao tema da exposição (homem, natureza e sustentabilidade)", diz Yarshell na petição. O advogado classificou a ação na Procuradoria da República no Distrito Federal como "uma tentativa lamentável de exploração política de um evento de êxito", argumentando ser sintomático que as investigações sobre supostas irregularidades tenham se iniciado em maio deste ano e a ação somente tenha sido proposta no mês passado, a apenas uma semana das eleições municipais.

A petição está sendo analisada pela juíza Lília Botelho Neiva, da 4ª Vara federal, que pediu vistas ao MP. Ontem, o procurador Luiz Francisco afirmou que Paulo Henrique não deve ser excluído da ação porque fez parte do núcleo decisório que estruturou o pavilhão brasileiro em Hannover.

"Acusações inconsistentes e incompletas", diz advogado

O advogado de Paulo Henrique, porém, classifica as acusações dos procuradores de inconsistentes e incompletas para. "no mínimo de forma equivocada — para não dizer com má-fé — arrastar para o processo alguém que nenhuma participação efetiva ou juridicamente relevante teve". Yarshell frisa que, como membro do CERDS, Paulo Henrique não tinha "nenhum poder de empenho ou comprometimento de verbas, nenhum poder para determinar cláusulas ou condições contratuais, nenhuma ingerência sobre licitação" ■

Verdes alemães querem o desmonte de Angra I e II

Partido é contra venda de usinas ao Brasil

Graça Magalhães-Ruether
e Adriana Vasconcelos

Correspondente e
Enviada especial

• BERLIM A presidente do Partido Verde da Alemanha, Renate Künast, disse ontem, depois de uma conversa de cerca de uma hora com o presidente Fernando Henrique, que o seu partido vai atuar junto ao Governo da Alemanha, do qual faz parte, para que seja posto um ponto final na exportação de tecnologia nuclear para o Brasil. O maior interesse dos verdes, disse Künast, é que os alemães financiem mais tarde, quando o Brasil resolver deixar de usar a energia nuclear, o desmonte das duas usinas existentes no Brasil: Angra I e II.

— Desmontar usinas atômicas é a ocupação predileta dos verdes — disse Künast.

Ela lembrou, por outro lado, que os verdes vão usar a sua influência junto ao Governo para que o Brasil seja ajudado na reformulação do seu sistema energético, na busca de fontes alternativas e na construção de usinas ecológicas.

— Mas não se trata de desmontar as usinas nucleares e construir outras centrais gigantes, como as hidrelétricas que têm sido

construídas no Brasil nos últimos anos. Também o Brasil precisa refletir sobre a economia de energia. Apesar do crescimento da população, há um potencial para a economia de energia, o que tornaria as poucas usinas atômicas existentes no país desnecessárias.

O tema produção de energia foi o predominante da conversa entre a alemã, que acaba de ser eleita para chefiar o partido, e o presidente brasileiro. Reagindo à informação de que a firma Siemens planeja construir mais uma usina atômica no Brasil, Künast disse:

— A única coisa que não queremos é, enquanto na Alemanha abandonamos essa forma perigosa de produção de energia, fechar os olhos quando firmas alemãs ganham dinheiro vendendo essa tecnologia perigosa para países estrangeiros.

Ela afirmou ainda que como verde e integrante do Governo, vai prestar atenção para que a indústria alemã exporte apenas forma de energia e centrais que não ofereçam risco à população.

— Não podemos querer que o Brasil, de um lado contribua para melhorar o clima, ao preservar a sua floresta tropical, e de outro seja um país de importação da indústria alemã.

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

**DISCURSOS
2001**

— Ainda no dia 28 de dezembro de 2000 a ADECODIL apresentou denúncias à Promotoria Pública e à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Macau/RN.

— Posteriormente à denúncia, no dia 2 de janeiro de 2001, uma comitiva de cerca de 50 moradores da comunidade de Diogo Lopes esteve na ilha para impedir a devastação que já estava em estágio de escavação de valas, quando foi registrado fotograficamente a agressão ambiental.

Em seguida a Prefeitura Municipal de Macau enviou um fiscal, que fez uma notificação de embargo da obra para o trabalhador responsável Eronildes Torres da Silva.

No dia seguinte um fiscal do IBAMA de Mossoró/RN compareceu à região aplicando uma advertência verbal ao Eronildes Torres da Silva.

No dia 10 de janeiro de 2001 uma representação da comunidade, formada por 20 membros denunciou a devastação na imprensa, em especial ao *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte* (Conforme anexos). No mesmo dia essa representação foi à Delegacia do Patrimônio da União a fim de obter informações sobre a legalidade da área devastada, apresentando a mesma denúncia. Ainda no mesmo dia a representação foi ao IDEMA/RN, onde apresentou as denúncias, solicitando a esse órgão que a região fosse transformada em área de preservação ambiental. Em seguida a comissão se dirigiu-se ao IBAMA, onde entregou um abaixo-assinado da comunidade reivindicando providências urgentes para impedir a devastação da região e preservação da área.

No dia 13 de janeiro de 2001 a comunidade recebeu a visita do senador Júlio Eduardo (PV/Acre), do prefeito municipal José Antônio Menezes e de representantes da Câmara Municipal de Macau, que visitaram a área com o objetivo de presenciar a devastação. O Senador já tomou medidas cabíveis ao assunto, se propondo a apresentar no Senado a agressão ambiental que está ocorrendo na região.

O que queremos:

Sensibilizar as autoridades competentes, IDEMA/IBAMA, Patrimônio da União, para que possam tomar medidas para garantir a preservação da área; Solicitar ao Ministério Público abertura de um processo contra os agressores do meio ambiente;

— Solicitar ao Governo do Estado, através do IDEMA, uma inspeção ambiental nas empresas já instaladas na área e nas obras que estão em andamento no local;

— Apelar à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte para que se crie uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os danos ambientais aos manguezais do Estado, em especial, o ecossistema de Diogo Lopes;

— Sensibilizar a imprensa e a Opinião Pública para a importância da preservação do mangue e do ecossistema;

— Que não se autorize a construção de viveiros de camarões em áreas de manguezal, quando esses impliquem em desmatamento da vegetação de mangue;

— Que o desenvolvimento da carcinicultura no Estado se dê de forma sustentável, respeitando a natureza, obedecendo aos preceitos da Agenda 21. Conforme o Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN "O desenvolvimento sustentável deve contemplar o homem, em primeiro lugar, suas condições de vida e relações sociais, que são a razão de ser do planejamento e da estratégia de desenvolvimento".

Conclusão:

Com a mobilização desenvolvida pela comunidade de Diogo Lopes a devastação no mangue foi impedida, mesmo estando evidente que outros projetos estão sendo desenvolvidos à margem da estrada do distrito de Barreiras, com destruição de dunas e aterramento do rio Tubarão para construção de paredes de retenção de águas.

Mesmo com toda a fiscalização da comunidade o risco da contínuia da devastação é eminente e preocupante, devido a área ser de grande extensão e de difícil acesso, além de ser uma área distante das sedes nas quais se localizam os órgãos fiscalizadores.

Com este relatório a comunidade de Diogo Lopes e adjacências espera que os órgãos competentes tomem medidas que proíba definitivamente a devastação do mangue sob qualquer alegação ou para qualquer finalidade.

Diogo Lopes, 20 de janeiro de 2001. _ Associação de Desenv. Comum. De Diogo Lopes _ ADECODIL.

Entidades de apoio e solidariedade da Comunidade:

Colônia de Pescadores Z-41
 Fundação A-mangal
 Escola de Artistas de Diogo Lopes
 Fundação de Assistência Social Oscar Paulino
 Escola Estadual Isolada de Diogo Lopes
 Escola Municipal José Ribeiro da Costa
 Escola Municipal Luzia Bonifácio de Souza
 Escola Municipal Maria da Salete
 Centro Social José Arão de Santana
 Capela de São Francisco _ Paróquia de Macau
 Associação de Mulheres Lulza Gomes
 Comissão de Justiça e Paz

Durante o discurso do Sr. Júlio Eduardo, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª será atendido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, ao longo desses dois anos de mandato como Senador pelo Estado de Roraima, tenho feito sucessivas denúncias a respeito da atuação de organizações não-governamentais em todo o Brasil, mais especificamente na Amazônia e no Pantanal. Porém, ressalto a intensidade com que algumas organizações, de maneira muito especial, atuam em relação à questão das reservas indígenas e ecológicas na Amazônia, a ponto de, em alguns Estados, como no meu, áreas pretendidas pela Funai atingirem 57% da área do meu Estado.

As áreas destinadas às reservas ecológicas, aos parques ambientais, parques nacionais e outros, complementam esse quadro, restando, portanto, de área livre para o Estado de Roraima apenas 12% da sua área territorial. Não é diferente no Amazonas, um Estado que tem 1 milhão e 600 mil quilômetros quadrados e que possui atualmente 21% da sua área pretendida apenas para reservas indígenas, fora as reservas ecológicas, ambientais, etc.

Na verdade, se observarmos sob uma luz isenta essa questão, temos que fazer pelo menos alguns comentários. Primeiro: o comando dessas organizações não-governamentais, que hoje dominam as questões indígena e ambiental no País, tendo à frente o **Greenpeace**, a **WWF** e outras subsidiárias na região, causa realmente algum espanto. Porém, mais do que nessa área ecológica, ambiental, indigenista, de repente, como brasileiros, ficamos muito admirados de ver como os países que dominam o mundo, o chamado G-7 – que nos seus países acabaram como o meio ambiente – continuam produzindo poluição de maneira assustadora, a ponto de países industrializados, como os Estados Unidos, não assinarem e não executarem as decisões da Declaração de Kyoto. Mas, no Brasil, de repente, viraram os patronos, os benfeitores e os zelosos guardiães das nossas florestas, das nossas reservas minerais e dos nossos indígenas. Não vejo esse tipo de cuidado com outros problemas. De repente, em um sistema financeiro e de poder político, nos quais o único idioma é o inglês, essas instituições não-governamentais querem fazer com que os nossos índios continuem falando o tupi-guarani, o macuxi e o wapixana, que não servem nem para eles mesmos se entenderem.

E o mais grave, Sr. Presidente, além dessas instituições que comandam órgãos federais como a Funai e o Ibama, fora dessas áreas institucionais existem organizações que estão atuando à sorrelfa, inclusive comprando terras, conforme denúncias existentes no Pará. Em Roraima, houve a constatação de

que uma organização não-governamental, intitulada Amazônia, comprou, de posseiros e ribeirinhos, no sul do meu Estado, uma área equivalente a 172 mil hectares – pelo menos é a área registrada no cartório do Amazonas. É interessante que eles compraram terras em Roraima e foram registrá-las no Estado do Amazonas, fugindo de qualquer tipo de controle dos cartórios do Estado de Roraima.

A Assembléia Legislativa do Estado fez uma CPI, constatou essas irregularidades, denunciou-as, recomendou providências e até hoje nenhuma providência concreta foi de fato tomada por parte do Ministério Público Federal ou Estadual.

Ano passado, apresentamos um requerimento no qual solicitávamos uma CPI das ONGs, justamente para identificar ONGs sérias, que tratam, por exemplo, da questão da criança e do adético e aquelas que se interessam muito pela biodiversidade da Amazônia, pelos minerais, pela água e que estão camufladas.

Recebi, Sr. Presidente, do Promotor de Justiça Substituto de Roraima, uma correspondência denunciando, claramente, que, na região do Rio Japueri, a Associação Amazônia, ONG dirigida por um argentino e por um italiano, além dos 172 mil hectares que já "comprou" de posseiros, está forçando os moradores que ainda não lhe vendam suas terras a sair de lá.

Diz S. S^a:

Sr. Senador,

Apraz-me cumprimentar V. Ex^a, ao tempo em que, conhecendo seu trabalho em defesa dos interesses da Amazônia, em especial do Estado de Roraima, encaminho cópias de denúncias de ribeirinhos noticiando que a **Associação Amazônia** vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do **Rio Juaperi**, impedindo que os mesmos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Na oportunidade, informo que as referidas denúncias ocorreram por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante ao Baixo Rio Branco, período de 13 a 25 de novembro de 2000, e que já foram expedidos ofícios solicitando providências junto à Procuradoria da República e à Polícia Federal no Estado de Roraima.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento protestos de alto apreço e distinta consideração.

Ricardo Fontanella, Promotor de Justiça Substituto.

S. S^a anexa várias declarações dos ribeirinhos a respeito e, por fim, dá notícia de um cidadão francês chamado Cedric de Giraudy Du Grey, portador de visto de turista e passaporte da Comunidade Européia, que estaria filmando na região com equipamento profissional, com certeza para vender seu trabalho às televisões européias e norte-americanas, tirando, portanto, de maneira pirata, uma coisa que poderia, inclusive, render dividendos para aqueles moradores.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres, com muito prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, qual é a titularidade das terras ocupadas por essa ONG? V. Ex^a disse que essa organização teria comprado as benfeitorias dos posseiros. As terras estão registradas, no Incra, como propriedade dessa ONG? Essas terras são de domínio dessa organização? O que a CPI realmente apurou? Essa ONG exerce atividade econômica na área, ou diz apenas que a utiliza como reserva ambiental? Realmente, não conheço o problema em toda a sua extensão e gostaria que V. Ex^a me esclarecesse, porque isso nos preocupa, a nós, do Amazonas, tanto quanto aos roraimenses.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Jefferson Péres, a CPI da Assembleia Legislativa do Estado constatou que essa organização apenas registrou os recibos de compra das terras num cartório no Amazonas, mas não o fez no Incra. Portanto, toda a operação foi feita de maneira duvidosa. Não há registro certo, por exemplo, da origem dos recursos para a aquisição dessas terras, assim como a respeito da sua utilização, que, segundo a organização, seria para a preservação do meio ambiente.

É de se admirar, Sr. Senador, que, tendo o Ibama várias reservas ecológicas ambientais em Roraima, essa instituição "compre" terras justamente numa área incluída nos 12% que, como eu falei, restam ao Estado, e, de posse do seu registro, esteja coagindo os moradores, ribeirinhos e extrativistas, que não lhes venderam as suas terras.

Portanto, essa denúncia, feita por um Promotor de Justiça, é muito séria porque se, por um lado, essas instituições forçam o Governo Federal, por intermédio da Funai, do Ibama, etc, a fazer grandes reservas, de maneira a inibir qualquer tipo de desenvolvimento sustentado naquela região, como está na

moda dizer, agora, paralelamente, fazem esse tipo de ação nefasta. Há pouco tempo, li no jornal que, de maneira semelhante, foi feita a aquisição de uma gleba enorme no Pará, mas estou, especificamente, trazendo a documentação de uma autoridade com fé pública, um Promotor de Justiça Substituto do Estado, que, ao fazer uma viagem da Jornada da Justiça Itinerante, constatou essa realidade.

Ao registrar mais essa denúncia no Senado, quero pedir ao Governo Federal que tome providências, porque, no âmbito estadual, o Promotor já está começando a fazê-lo. Como o Senado representa os Estados e cuida de lhes dar condições de se defender nessas ações, inclusive no caso de entidades estrangeiras, é preciso que instalemos a CPI das ONGs, o que, infelizmente, não ocorreu no ano passado, para que se façam um raio x e um diagnóstico preciso, regulamentando-se a ação dessas instituições no País.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Complementando, congratulo-me com V. Ex^a por haver renovado o requerimento de criação da CPI, porque está em tempo de se separar o chamado joio do trigo. Existem ONGs realmente sérias, existem ONGs de picaretagem e existem ONGs a serviço de interesses que não sabemos quais são. Creio que a Comissão Parlamentar de Inquérito servirá para fazer essa separação e isso será muito útil para todo o País, mas principalmente para a nossa Região. Parabéns pelo seu novo requerimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, entendo que a maioria das ONGs que conhecemos é formada por pessoas que têm bons propósitos e preocupam-se com a distribuição justa da riqueza mundial e a preservação do meio ambiente, merecendo o nosso respeito e toda nossa consideração. Exceções existem, é claro, mas, na sua maioria, essas entidades são altamente respeitáveis. No entanto, acredito que alguma delas cometem excessos quanto ao seu conhecimento técnico a respeito de determinadas matérias, ou quanto a sua visão política, como, por exemplo, ocorre com as ONGs que, hoje, manifestam-se contra a implantação da hidrovía Araguaia/Tocantins, ou o asfaltamento da Transamazônica e da Rodovia Santarém/Cuiabá, entre tantas outras obras na Região Norte, na nossa Ama-

zônia. Creio que uma decisão do Governo seria uma forma muito mais simples e fácil de resolver todos esses problemas. Primeiramente, as ONGs deveriam trabalhar nesse sentido, porque, da forma como atuam, terminam tendo contra si toda a sociedade. No momento em que uma organização não-governamental, por melhores propósitos que possa ter, se manifesta contra a conclusão da hidrovía Araguaia/Tocantins, o asfaltamento da Santa-rém/Cuiabá ou da rodovia Transamazônica, ela coloca contra si todos os moradores da região. As ONGs deveriam somar-se a nós e ao interesse do povo, exigindo do Governo uma posição definitiva sobre as suas questões. Por exemplo: por que no Governo de Fernando Henrique, e em todos os Governos que o antecederam, até hoje não se concluiu a demarcação das terras indígenas? Por que as organizações não-governamentais, assim como nós, não exigem do Governo o cumprimento da determinação Constitucional, para que se demarquem, de uma vez por todas, as reservas indígenas do nosso País, impedindo qualquer tipo de acesso a essas áreas por parte dos exploradores, tanto dos de madeira como dos de minerais, a não ser por consentimento dos próprios índios ou da Funai ou pelo que é permitido por lei? O segundo ponto é o seguinte: se queremos preservar, temos que determinar o que e o quanto preservaremos. Se entendermos que as reservas florestais nacionais existentes são poucas, em primeiro lugar temos que vigiá-las e protegê-las. Além disso, há necessidade de um maior número de funcionários do Ibama para desempenhar tal função, assim como é preciso obter os recursos federais necessários para o efetivo cumprimento da lei. Mas com isso o Governo não a cumpre! Em segundo lugar, se é pouco o que já está preservado, por que não criamos mais reservas florestais? Por que não fazemos um debate sobre a matéria a fim de tornarmos reserva aquilo que essencialmente precisa ser tido como reserva na Amazônia? O Governo – desculpem-me a expressão – age de maneira imbecil e inconseqüente ao modificar leis. Por exemplo, hoje, o proprietário rural tem que preservar 80% de sua propriedade. Nunca vi algo tão idiota e imbecil quanto isso! Como que, em uma área de 500 hectares, 400 hectares serão preservados e apenas 100 hectares poderão ser trabalhados? Então, se existem áreas que precisam ser preservadas, vamos defini-las e não transformá-las em peneiras, a exemplo do que ocorre na Amazônia, onde cada proprietário tira um pedaço de sua área. Isso tem ocorrido até nos assentamentos rurais do Ministério da Reforma Agrária. Num assentamento, o Go-

verno deveria determinar a área comum, que seria preservada e pertenceria a todos os assentados, cabendo a cada um explorar o total de sua área. No entanto, o Governo permite que cada um explore uma parcela e, no final, faz uma peneira na floresta, acabando com a flora, a fauna. O Governo age erradamente, e as organizações internacionais não compreendem qual é a saída. Talvez esses erros ocorram por desconhecimento sobre a matéria e por falta de vivência prática na nossa região. Creio que essas ONGs deveriam se somar aos interesses da sociedade brasileira, do povo trabalhador que vive na Amazônia. O Governo deveria demarcar definitivamente as terras indígenas, preservar as reservas florestais e até ampliá-las se necessário fosse. O Governo não deveria criar essas leis idiotas, que, na verdade, não são respeitadas, como é o caso da recente medida provisória que se transformou em lei e que determina que o proprietário deve preservar 80% da sua área. Ninguém respeita isso. Além do mais, o Ibama não tem condições de fazer essa fiscalização na nossa Amazônia, até porque se trata de um órgão falido, sem recursos e com poucos funcionários. O Governo fala tanto em meio ambiente e não cumpre com suas obrigações! Hoje fiz um discurso sobre as eclusas de Tucuruí. O Governo barrou um rio e não permite a procriação dos peixes, porque os que estão a jusante não podem ir a montante. Faz quinze anos que esse rio foi barrado. No entanto, a lei proíbe o barramento de qualquer curso d'água no nosso País. O Governo descumpriu a lei e até hoje não fez as eclusas de Tucuruí. Penso que as ONGs pecam por excesso, por desconhecimento e por falta de tática e estratégia de luta nos seus propósitos. Ressalvo que os seus propósitos são, na maioria, importantes e merecem nosso respeito. Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Senador Ademir Andrade, defendendo a instalação da CPI das ONGs. Concordo com V. Ex.^a no sentido de que a maioria dessas organizações não-governamentais efetivamente tem bons propósitos. Trata-se daquela velha história: quando a esmola é grande o santo desconfia.

Essas organizações, originadas na Inglaterra e na França, financiadas por corporações internacionais, discursam em defesa do meio ambiente e da causa indígena. Inclusive, chegou-se ao ponto de, no Estado de Roraima, a Funasa, um órgão do Ministério da Saúde, fazer um convênio com uma organização não-governamental ao invés de, por exemplo, cele-

brar convênio com o Exército, que há muito está nas regiões de fronteira atendendo àquela população.

Mais longe ainda chegaram essas instituições – e aqui vou citar como exemplos o Cimi e o Sine –, que mobilizaram a população indígena do Município de Uiramutã, na fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, no sentido de que não fosse construído ali um quartel do Exército. Vejam V. Ex^{as}: chegamos a esse ponto! E a Nação, muda e surda, assiste ao avanço dessas instituições.

A parceria com a sociedade civil, com o terceiro setor, deve ser feita de forma que os interesses nacionais e o comando da coisa pública estejam de fato nas mãos do Governo. O Governo não pode abrir mão desse comando e entregá-lo a essas instituições, que, como disse V. Ex^a, ditam como e o que se deve ou não fazer em determinadas áreas.

Senador Ademir Andrade, debater e discutir a conveniência ou não do que deve ser feito em determinada região é válido, mas entregar a essas instituições o comando da questão ambiental e indigenista do País, coincidentemente na Região Amazônica, é bastante preocupante, principalmente se olharmos o que está ocorrendo na Colômbia. O descaso do Governo colombiano com a sua Amazônia culminou com o domínio do narcotráfico na região e com o surgimento da guerrilha, misturando-se essas duas facções – guerrilha e narcotráfico –, pois dizemos guerrilheiros que não estão envolvidos. Na verdade, na quele país, há uma balbúrdia, inclusive estimulada por países poderosos, os quais hoje estão comandando a Colômbia e amanhã poderão estar dentro do Brasil, justamente porque estão plantando essa semente da discórdia.

É preocupante o fato de o Exército brasileiro estar impedido de construir um quartel na fronteira em uma área estratégica – é bom ressaltar que a Venezuela e a Guiana têm uma questão de litígio por uma área de terra na fronteira com o Brasil – tendo em vista uma liminar de um juiz federal.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, não tive o privilégio de ouvir o pronunciamento de V. Ex^a desde o início. Ouvi a intervenção do eminente Senador Ademir Andrade, quando S. Ex^a abordava a questão das organizações não-governamentais. Pareceu-me que o tema abordado por V. Ex^a foi a necessidade de investiga-

ção das ações das ONGs no Brasil. Louve-se a atitude de V. Ex^a! Louve-se a atitude das organizações não-governamentais que se inspiram no desejo e na necessidade da preservação ambiental! Ninguém mais do que os produtores brasileiros se interessam preservar o meio ambiente. Quem deseja matar a sua "galinha dos ovos de ouro"? Porém, na verdade, é imperativa essa investigação, para saber quais são os interesses efetivos que se escondem nesse escudo de preservação ambiental. Não podemos ficar em atitude contemplativa, verificando o potencial produtivo que tem o País, em razão da preocupação exclusiva em se preservar o meio ambiente. Aliás, a natureza está aí para ser explorada de forma sustentável. E o homem faz parte do ecossistema; ele não pode ser marginalizado. Então, é importante o que V. Ex^a traz para a discussão no Senado. Ainda há pouco, tomamos conhecimento – e fiz um registro nesta Casa sobre o assunto – de um expediente de uma organização não-governamental dirigido a diversas autoridades brasileiras, inclusive ao Ministério das Relações Exteriores, com o propósito de admoestá-las sobre a intenção de ampliar a produção de soja no Brasil e de utilizar os rios como uma modal viária. Ora, o que as organizações não-governamentais estrangeiras têm para poder interferir na autonomia do nosso País? Não vamos admitir isso! Concordo com V. Ex^a e pretendo auxiliá-lo no seu trabalho.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha.

Sr. Presidente, para finalizar, ressalto o registro que fiz acerca da correspondência que me enviou o Promotor de Justiça do Estado de Roraima. Até que enfim alguém da área oficial, do Judiciário pelo menos, toma uma iniciativa concreta ao pedir a apuração do caso! O que se está querendo fazer aqui não é uma prévia condenação de nenhuma organização não-governamental. O que se quer é justamente fazer a investigação, para, como disse o Senador Jefferson Péres, se parar o joio do trigo. Creio que deve ter prioridade as instituições efetivamente nacionais, e aquelas estrangeiras que pretendem agir no Brasil que o façam, desde que seja para ajudar e não para assaltar o Brasil, tendo em vista que já há fatos comprovados de biopirataria.

Nesse caso, Senador Jefferson Péres, em Roraima, já existem denúncias de que essa instituição está fazendo contrabando de peixes ornamentais, entre outras coisas.

Precisamos defender a nossa Amazônia, para que não ocorra o que aconteceu com a Amazônia da Colômbia e o que está acontecendo com a Amazônia do Peru.

Portanto, devemos deixar claro que a Amazônia é brasileira e que somos nós que iremos definir quem e de que forma deverá atuar em sua defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCAN-
TI EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

Ofício nº 5/01—/PJ/CCI

Caracará, 10 de janeiro de 2001

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. Mozarildo Cavalcanti
MD. Senador da República do Congresso Nacional
Brasília

Senhor Senador,

Apraz-me cumprimentar Vossa Excelência, ao tempo em que conheço seu trabalho com defesa dos interesses da Amazônia, em especial do Estado de Roraima, encaminhando cópias de denúncias de crimes noticiados que a Associação Amazônia vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibindo o tráfego de pessoas na região do Rio Juaperi, impedindo que os mesmos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Na oportunidade, informo que referidas denúncias ocorreram por ocasião da jornada da Justiça Itinerante ao Baixo Rio Branco, período de 13 a 25.11.2000, e que já foram expedidos ofícios solicitando providências junto à Procuradoria da República e à Polícia Federal no Estado de Roraima.

Sendo que se apresenta para o momento, apresento protestos de alto apreço e distinta consideração.

Ricardo Fontanella, — Promotor de Justiça Substituto.

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 22 de novembro de 2000, na Vila de Itaquerá, município de Rorainópolis/Roraima, perante o Promotor de Justiça Substituto da Justiça Itinerante, compareceu o Sr. Rozan Dias da Silva, brasileiro, solteiro, natural Manaus/AM, nascido em 09-11-69, declarou que reside na Vila Itaquerá há sete anos, que existe uma área de terras próxima ao Rio Xixiau, próximo Rio Japeri, em nome da Associação Amazônica e administrada pelos Gringos, que querem fechar o Rio Japeri, que querem mandar e estão mandando no Rio Japeri, que qualquer membro da comunidade está proibido de entrar na área, que o limite são as placas de sinalização, que os gringos estão invadindo a área pertencente a Roraima, que não podem

pesca, nem caçar, nem tirar castanha, nem tirar varas, que a Associação saiu e invadiu a área da Comunidade em aproximadamente 1 hora e vinte minutos de voo de avião. Que o limite era inicialmente o Rio Alalau e há dez anos fecharam o rio que é o Japeri. Que já tentaram entrar em contato com a Funai. Que a Funai usava de avião para indicar as pessoas na área, que rendo para onde vai, o que faz, que tipo de peixe pega... que a Funai diz que não manda mais nos índios. Que a comunidade não quer que os índios saiam da sua área e nem invadam terras que não sejam delas. Que o chefe de administração dos índios é José Maria. Que da Associação Amazônica é um estrangeiro de nome Cris. Nada mais a declarar.

Rozan Dias Silva, **Ricardo Fontanella**, — Promotor de Justiça Substituto.

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos 22 de novembro de 2000, na Vila de Itaquerá, município de Rorainópolis/Roraima, perante o Promotor de Justiça Substituto da Justiça Itinerante, compareceu o Sr. Manoel Ribeiro Marinho, brasileiro, solteiro, natural de Rio Branco/Acre, nascido em 26-03-1949, declarou que: reside na Vila Palestina há três anos, mas que vive na região há mais de trinta anos, que existe uma área de terras próximo ao Rio Xixiau, próximo ao Rio Japeri, em nome da Associação Amazônica e administrada pelos Gringos, que querem fechar o Rio Japeri, que querem mandar e estão mandando no Rio Japeri, que qualquer membro da comunidade está proibido de entrar na área, que o limite são as placas de sinalização, que os gringos estão invadindo a área pertencente a Roraima, que não podem pesca, nem caçar, nem tirar castanha, nem tirar varas, que a Associação saiu e invadiu a área da Comunidade em aproximadamente 15 Kilômetros, que a área é administrada pelos gringos, estrangeiros, que controlam os índios, e que tem o apoio da Funai. Que não deixam falar com a Funai, que a Funai passa todo o dia em frente a Vila. Que não sabe o nome do administrador na região. Que os índios agriem e atiram flechas nos moradores. Que o Pastor Lúcio, que mora em Moura/AM, foi pego pelos índios e fizeram ele beber tucupi, agrediram e marcaram ele de flecha na orelha e que teve de vir pelo mato, que quebraram o barco e o motor e jogaram no fundo do rio. Que tentaram denunciar a Funai, mas informaram que quem manda na área são os índios. Que nas talocali da de os brancos da região não podem se aproximar para caçar, pescar e quebrar castanha, ameaçam de morte, que já pegaram barcos de pesca dos moradores. Que no Beirão do Japeri não tem lei. Que os estrangeiros vem e empata tudo. Não deixam as pessoas viver. Que na região tem notícias de abusos de exploração ilegal de caça, pesca e madeira. Que vários lagos estão sendo cheios de malha de irã toda semana. Que os pescadores vem de Manaus tirar o peixe da região. Que o Ibama não pára nas comunidades, que quando vem é nas carreiras. Nada mais a declarar.

Manoel Ribeiro Marinho, **Ricardo Fontanella**, — Promotor de Justiça Substituto.

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 22 de novembro de 2000, na Vila da Itaquera, município de Rorainópolis/Roraima, perante o Promotor de Justiça Substituto da Justiça Itinerante, compareceu o Sr. Raimundo Nonato Dias Silva, brasileiro, solteiro, portador da CTPS nº 44428 Série 000011-AM natural de Manaus/AM., nascido em 31-8-1965, de clara que: reside na Vila da Itaquera com oito meses, mas que vive na região há mais de dez anos, que existe uma área de terras próximas ao Rio Binaua e Xixiau, afluentes do Rio Jaaperi, em nome da Associação Amazônica e administrada pelos Gringos, que o limite são as placas de sinalização, que os gringos estão invadindo a área, que já foi com vida do sair da área próxima ao local de nome na Lago do 28, saíram e invadiram a área da Comunidade de aproximadamente 15.000 metros, que a área é administrada pelos Gringos, estrangeiros, que controlam os índios, e que tem o apoio da Funai. Que tentaram denunciar a Funai, mas informaram que quem manda na área são os índios. Que nesta localidade os brancos da região não podem se aproximar para caçar, pescar que brancos apanha, ameaçam de morte, que já pegaram barcos de pesca dos moradores. Que muitos moradores são associados da Associação, mas que diversas outras pessoas podem testemunhar o abuso e a grilagem de terras na região. Nada mais a declarar.

Raimundo Dias da Silva, **Ricardo Fontanella**, – Promotor de Justiça Substituto.

OFÍCIO Nº 125/00/PJ/CCJ

Caracarái, 25 de novembro de 2000

Senhor Procurador-Chefe,

Cumprimentando-o, encaminho para o conhecimento e providências que entender cabíveis, cópias de documentos e Termo de Declarações tomadas com o Sr. Cedric de Giraudy Du Grey, cidadão Francês, com Passaporte da Comunidade Européia nº 920295013338 – República Francesa, válida de 9-3-2005, com Visto de Turista com entrada no Brasil em 19-10-2000, residindo temporariamente na sede da Associação Amazônia, encontrado em 22-11-2000, na localidade de Itaquera, margem direita do rio Jaaperi, Município de Rorainópolis, por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante naquela região.

São fortes os indícios no sentido de que mencionado estrangeiro estaria com visto de turista realizando trabalho profissional, portando uma Câmera Filmadora Profissional CANNON XL 1, de aproximadamente US\$25.000,00 e registrando supostamente imagens de pessoas adultas e crianças, bem como da fauna e flora da região do Xixuaú e Jaaperi, com 28 fitas de vídeo, em provável realização de documentários, com flagrante violação ao art. 9º e seguintes da Lei nº 6.815/95

Esclareço que o referido estrangeiro foi encontrado acompanhado do nacional Luiz Maria Pinheiro, enfermeiro, portador do RG nº 1494642-4, nascido em 22-4-50, na Tural de Belém-Pará e residente à Rua Salva, 205 – Bairro Valparaíso, Manaus/AM.

De outra sorte, em caminho também, três depoimentos colhidos na comunidade de Itaquera noticiando que a Associação Ama-

zônia vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibido o tráfico de pessoas na região do rio Jaaperi, impedindo que os ribeirinhos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

Igualmente, consta que na localidade de Caicumbi, médico Jufari, líderes da Comunidade denunciaram que um estrangeiro suíço vem fazendo pressões para que saiam da vila, vez que se diz proprietário de toda a área, testemunhados pelo Capitão PMRR Ronan Marinho e o 2º Tenente do Exército Márcio Weber.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de apreço e consideração. – **Ricardo Fontanella**, Promotor de Justiça Substituto.

OFÍCIO Nº 124/00/PJ/CCJ

Caracarái, 25 de novembro de 2000

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o, encaminho para as providências de sua alçada o Termo de Apreensão de 28 (vinte e oito) Fitas DVC, Termo de Declarações e demais documentos apreendidos com o Sr. Cedric de Giraudy Du Grey, cidadão Francês, com Passaporte da Comunidade Européia nº 920295013338 – República Francesa, validade 9-3-2005, com Visto de Turista com entrada no Brasil em 19-10-2000, residindo temporariamente na sede da Associação Amazônia, encontrado em 22-11-2000, na localidade de Itaquera, margem direita do rio Jaaperi, Município de Rorainópolis, por ocasião da Jornada da Justiça Itinerante naquela região.

Os indícios apresentados são fortes no sentido de que mencionado estrangeiro estaria com visto de turista realizando trabalho profissional, portando uma Câmera Filmadora Profissional CANNON XL 1, de aproximadamente US\$25.000,00 e registrando supostamente imagens de pessoas adultas e crianças, bem como da fauna e flora da região do Xixuaú e Jaaperi, com 28 fitas de vídeo, em provável realização de documentários, com flagrante violação ao art. 9º e seguintes da Lei nº 6.815/95.

Esclareço que o referido estrangeiro foi encontrado acompanhado do nacional Luiz Maria Pinheiro, enfermeiro, portador do RG nº 1494642-4, nascido em 22-4-50, na Tural de Belém-Pará e residente à Rua Salva, 205 – Bairro Valparaíso, Manaus/AM.

De outra sorte, em caminho também, três depoimentos colhidos na comunidade de Itaquera noticiando que a Associação Amazônia vem invadindo terras de outros moradores, bem como proibido o tráfico de pessoas na região do rio Jaaperi, impedindo que os ribeirinhos possam tirar o seu sustento da floresta e exerçam livremente a caça e a pesca.

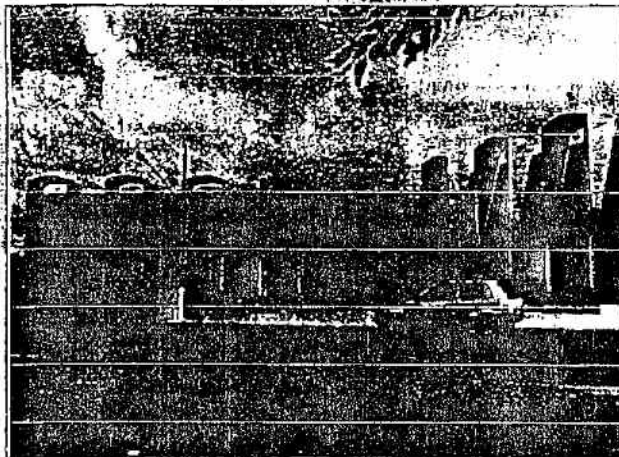
Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de apreço e consideração. – **Ricardo Fontanella**, Promotor de Justiça Substituto Integrante da Justiça Interina da Região do Baixo Rio Branco.

Autoridades federais e estaduais apuram irregularidades na Amazônia

UM GRUPO DE ESTRANGEIROS SE APOSSOU DE UMA ÁREA DE 172 MIL HECTARES, NA FRONTEIRA DO AMAZONAS COM RORAIMA

Avulsos de títulos de propriedade do meio-ambiente não existem a parte de terra griladas não é a realidade da Forever Green, organização não-governamental acusada de irregularidades pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Liderados pelo argentino Héctor Daniel Garibotti, um grupo de estrangeiros se apropriou de uma área de 172 mil hectares - um pouco maior que o município de São Paulo, na fronteira do Amazonas com Roraima, e utilizam a região, segundo a conclusão de uma CPI estadual, para obter recursos do exterior sob o espremecho de defender a natureza.

Os moradores originais da região estão perto de escaivar. Não podem passar informações sobre nada do que acontece lá. Há um controle muito forte sobre os ribeirinhos", afirmou o deputado Antônio Felício (PSDB-AP), integrante da CPI de grilagem de terras públicas, que também investiga o caso.



O caso provocou a abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa de Roraima

Denominada "Associação Amazônia", a entidade fundada por Garibotti se utiliza de terras que pertencem à União e ao Estado de Roraima. A entidade possui escritórios em Itália e na Dinamarca. O caso provocou a abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa de Roraima.

De acordo com as investigações da CPI estadual, os integrantes da "Associação Amazônia" convenciam os moradores ribeirinhos, que não tinham

títulos de propriedade, a venderem suas terras por valores que não chegavam a R\$ 15 mil. "Eles pegavam oito agricultores, compravam a documentação de posse e expandiram as terras para os 172 mil hectares", disse Antônio Felício (PST-AP).

Héctor Garibotti, de acordo com a CPI, teria usado o nome do italiano Paulo Roberto Imperiali, que pagou R\$ 70 mil apenas pela demarcação das terras. Os outros sócios seriam Chris-

topher Julian Clark e Erik Falk. Na lista de entidades que já fizeram doações para a "Associação Amazônia" estão o Banco Casa Rural, da Itália e a Fundação Kleinwoth Guaimberg, da Dinamarca. O local já marcou reportagens da RAI, italiana, e da BBC de Londres.

"As operações financeiras dessa natureza não têm o controle do Estado brasileiro, e assim sendo, seus autores estão logrando com recursos finan-

ceiros no território nacional de forma ilegal, caracterizando sonegação fiscal", afirmou a conclusão do relatório da CPI.

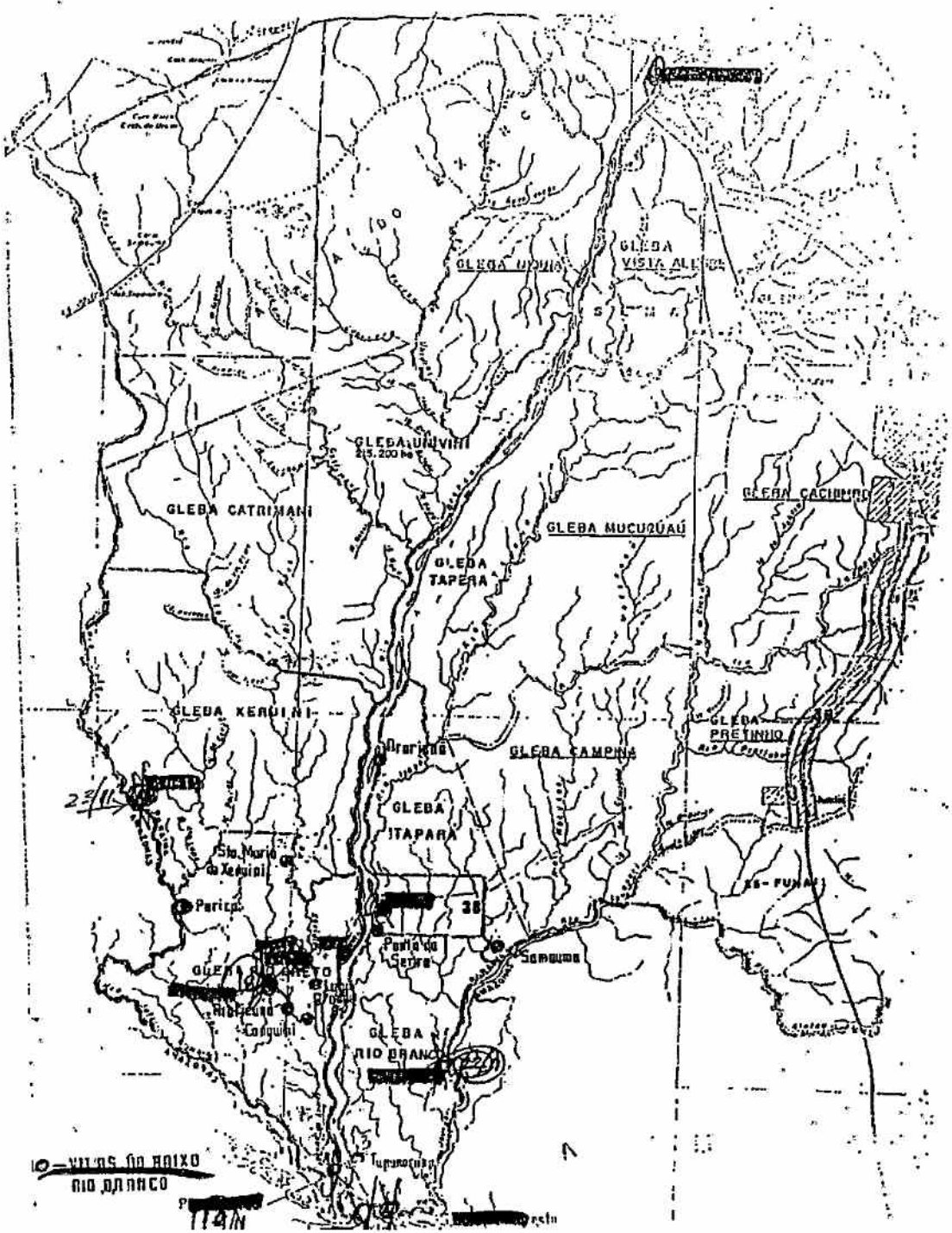
Quando depôs na CPI estadual, Héctor Daniel afirmou que não sabia que as terras da "Associação Amazônia", fundada em 1991, eram públicas. "A 'Associação Amazônia' não é um projeto para proteger as terras do senhor Paulo Roberto Imperiali. É para a preservação e o desenvolvimento sustentável", disse. O agrônomo também não considerou a área da ONG de tamanho relevante. Os deputados de Roraima acharam o depoimento de Héctor à CPI contraditório "caracterizando, inclusive, além de falso testemunho, possível descaminho, quando da entrada de recursos financeiros no país".

"A Comissão entende que a Associação está invadindo terras públicas e tentando adquirilas através de interpostas pessoas, o que é proibido pela Constituição Federal, Artigo 183", diz o relatório final da CPI da assembleia estadual.

A "Associação Amazônia" possui um site na internet onde o terreno é denominado Projeto Jufari. "Estes empreendimentos são guiados pela ideia de que a atual contradição entre a integração econômica e a proteção dos recursos naturais deve ser superada com um plano de manejo auto sustentável", afirma o texto na internet.

[Text is extremely faint and illegible in this column, appearing to be a sidebar or continuation of the article.]

BAIXO ...
63.829,02 Km² — 6.200.000 ...



O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia ao seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi hoje de Roraima algumas correspondências noticiando alguns fatos relacionados a atividades de Organizações Não-Governamentais em áreas indígenas. Como não poderia deixar de fazer, quero trazer ao conhecimento desta Casa e da Nação a forma como vêm agindo essas instituições, a pretexto de defender a causa indígena e o meio ambiente. São ações de esvaziamento, de estagnação do desenvolvimento da Amazônica.

No meu Estado, já se conseguiu tirar, de áreas habitadas e exploradas secularmente por fazendeiros, arroteiros, agricultores, madeireiros e posseiros, quase todo mundo. Embora ainda não haja nenhuma definição sobre as áreas pretendidas, já existe uma ação prévia desse esvaziamento. Estamos à espera da definição sobre a área Raposa-Serra do Sol, que nunca ocorre. Parece ser muito simples da forma como a mídia noticia e, no entanto, a situação é mais complexa do que se imagina, porque os próprios índios têm idéias discordantes sobre as propostas ali apresentadas.

Sr. Presidente, considero grave que, depois de ter vencido a possibilidade da permanência das áreas ocupadas secularmente por fazendeiros ou outros trabalhadores, a ação dessas instituições se volte contra o Exército brasileiro. De um lado, há a denúncia, excessivamente divulgada na grande mídia nacional, sobre a atuação de soldados que, segundo as manchetes, estão sendo acusados de seduzir as índias. Há reportagens que noticiam que crianças com quatro, cinco anos, são filhos desses soldados. Repito, são palavras contidas na matéria do jornal. Portanto, há cinco anos, o fato ocorreu e, agora, surge na mídia matéria dizendo que os militares estão assediando, seduzindo, as índias. Isso, na região da área lanomâmi, no Surucucus.

Do outro lado, na região Raposa-Serra do Sol, uma entidade manipulada pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o CIR (Conselho Indígena de Roraima), por meio de uma liminar na Justiça, impede a construção de um quartel do Exército, na região do Município de Uiramutã, na fronteira com a Guiana e com a Venezuela.

Então, vê-se que essa ação de desagregação, de **apartheid** étnico comandado por essas ONGs avança a tal ponto que já se pretende contestar a presença das nossas Forças Armadas naquela imensa região de fronteira.

Assim, eu, que tenho sido um assíduo denunciante das manobras dessas instituições, não me conformo ao ver o Governo brasileiro assistindo a esse avanço de maneira silenciosa, deixando acontecer, a tal ponto de, hoje, lá em Roraima, ninguém acreditar mais que o Governo tome ou tenha coragem de tomar qualquer atitude para disciplinar ou fiscalizar pelo menos a ação dessas instituições. Então, não se pode mais ter a produção agrícola, pecuária e, agora, chega-se ao absurdo de não se querer sequer a presença do Exército brasileiro naquela imensa região de fronteira, totalmente vulnerável a países que são reconhecidamente pontos de produção de tóxicos e do narcotráfico, como é o caso do Suriname, da Guiana e da Venezuela.

Há, inclusive, o absurdo de um juiz conceder liminar contrária à instalação do 6º Batalhão Especial de Fronteira, do Exército, em Uiramutã.

Sr. Presidente, ao trazer essa denúncia, ressalto aqui a reunião promovida pelo Cimi, em outra maloca, chamada Pium, onde se reuniram 180 tuxauas. O jornal **Folha de Boa Vista** noticiou que um observador afirmou ser grande o número de estrangeiros participantes da Assembléia-Geral do CIR (Conselho Indigenista de Roraima) na maloca do Pium, em Alto Alegre. Depois, índios desmentem números do CIR: "O número de tuxauas que participam na maloca do Pium, anunciado pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima), é uma ilusão, segundo afirma o presidente da Sodiur, Silvestre Leocádio da Silva". O presidente da Sodiur é um outro tuxaua, de outra entidade, que não se submete ao comando do Cimi ou do CIR.

Vejam que chega-se ao absurdo de estrangeiros participarem de reuniões dos tuxauas e de o Cimi e o CIR comandarem ações para impedir a construção de um quartel do Exército naquela região, e nenhuma ação concreta para impedi-los.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Concedo o aparte ao eminente Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Meu caro colega de região, Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª não poderia ficar só nessa análise que faz, por isso o acompanho. É interessante como, atualmente, aborda-se um assunto dessa natureza lá em cima, fazendo, pela via oblíqua, uma campanha altamente difamatória. Nos idos de 50, conheci de perto o 5º BEC, que era quem lá em cima segurava a ocupação das nossas fronteiras com esse trabalho, enquanto não

chegavam essas ONGs. De uma hora para outra, não sabemos por que, a título de que, em razão e qual a finalidade, estamos lendo o que V. Exª acaba de dar conhecimento ao Plenário: a circunstância de índias que estão sendo assediadas ou que mantêm relações sexuais, se bem que outros órgãos de imprensa relatam esse fato como consentimento das pessoas envolvidas. O importante não é, Senador Mozarildo Cavalcanti, a circunstância em si, mas o que se pretende jogar na instituição, no Exército brasileiro e, por que não dizer, nas Forças Armadas. Falta coragem para certas pessoas dizerem isto: nós lá em cima, se não tivéssemos o apoio das Forças Armadas, teríamos muito mais do que o imenso vazio que lá impera. Lembro-me de que ao ser elaborado o projeto Calha Norte, hoje é um programa, foi estigmatizado como sendo um projeto militarista. Contudo, veja V. Exª que os Ministérios civis não cumpriram, pelo menos até há bem pouco tempo, com o seu dever. Hoje, V. Exª está a apontar, para registro nos Anais do Senado, uma perspectiva lá adiante para indicar caminhos e, por certo, buscar soluções. Veja em mim, Senador Mozarildo Cavalcanti, quem, sendo lá da região, não tem receio de tomar uma posição em torno desse assunto. Meus cumprimentos!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Agradeço-lhe o aparte, que abrilhanta o meu pronunciamento e é um testemunho eloqüente de quem conhece muito bem aquela região.

O que mais me estarrece é a forma como a imprensa sulista divulga a questão: Militares acusados de seduzir índias. Realmente, qualquer pessoa fica revoltada em pensar que há militares assediando e seduzindo índias. Isso, porém, é de uma hipocrisia tamanha, pois essas ONGs não vêem, por exemplo, que, na periferia de Boa Vista, existem milhares de índias se prostituindo, porque os órgãos encarregados de defendê-las não o fazem. Não estou nem entrando no mérito da questão, se, de fato, houve ou não assédio. Conforme consta do depoimento das próprias índias, elas tiveram relações consentidas. Ressalto, entretanto, a hipocrisia diante deste assunto, porque realmente sensibiliza qualquer pessoa querer fazer com que o Exército brasileiro seja atingido por uma ação – repito – quando na periferia da Capital, existem milhares de índias se prostituindo para sobreviver.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo fazer esse registro no momento em que, novamente, apresento a este Senado requerimento de constituição da CPI para investigar as organizações não-governamentais. Digo novamente porque, tendo sido

apresentado no ano passado, não foi possível instalá-la na Sessão Legislativa que se findou. Dessa forma, estou reapresentando o aludido requerimento, com a assinatura de 43 Srs. Senadores, para que não assistamos passivamente a essa ação e não fiquemos naquela situação de quem não diz nada, não vê nada e não faz nada.

Portanto, Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa o requerimento de constituição desta CPI a fim de que a verdade seja efetivamente apurada e de que possamos distinguir o joio do trigo. Existem sim ONGs muito sérias neste País, mas existem ONGs que estão a serviço de interesses escusos e, principalmente, de interesses que não são os interesses nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.]

PATRI

Consultoria em Relações Governamentais

**PUBLICAÇÕES
2001**

62

Mozarildo denuncia ONG por exploração irregular de terras

Senador registra denúncia do Ministério Público contra organização não-governamental, cuja atuação no país, segundo ele, deve ser apurada por uma comissão parlamentar de inquérito

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou em plenário, na sexta-feira, denúncia do Ministério Público de Roraima contra a atuação da organização não-governamental (ONG) Associação Amazônia, acusada de invadir terras, proibir o tráfego de pessoas e a exploração de recursos naturais pelos moradores da região do rio Juaperi, na fronteira do estado com o Amazonas.



Mozarildo: preocupado com a interferência estrangeira no Amazônia

Providências já foram solicitadas à Procuradoria da República e à Polícia Federal em Roraima, mas Mozarildo voltou a defender a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o trabalho das ONGs no país. Ele informou que, sob a direção de um argentino e um italiano, a Associação Amazônia teria comprado 172 mil hectares de terra da população ribeirinha, que estaria sendo forçada a deixar a área.

Ainda segundo relato do senador, o episódio motivou a abertura de uma CPI na Assembléia Legislativa de Roraima, mas as providências recomendadas para coibir a exploração irregular das reservas ambientais não foram implementadas. Mozarildo também revelou outra denúncia do Ministério Público de Roraima contra um turista francês que,

com o apoio da ONG, estaria realizando filmagens profissionais, sem autorização legal, na região do rio Juaperi.

“Não queremos fazer a prévia condenação das ONGs, mas é preciso haver uma investigação profunda para separar as entidades sérias daquelas que querem apenas explorar nossos recursos naturais”, declarou. O senador cobrou do governo a fixação de limites de atuação e a concessão de prioridade às instituições nacionais, diante de casos já comprovados de biopirataria praticados por estrangeiros no país.

Mozarildo Cavalcanti mostrou desconfiar quanto aos interesses “preservacionistas” de entidades patrocinadas por países ricos, como os Estados Unidos, que degradaram seu próprio meio ambiente e se recusaram a assinar a Convenção de Kyoto, acordo para coibir o lançamento de poluentes no mundo.

“Como países que poluem podem transformar-se em zelosos guardiões de florestas, minerais e índios?”, questionou. Essa interferência estrangeira na região amazônica preocupa o senador, que adverte para os riscos de se repetir no Brasil a intervenção observada na Amazônia colombiana.

Instalação de uma CPI é apoiada por senadores

A disposição do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) de insistir na instalação da CPI das ONGs no Senado recebeu o apoio dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Ademir Andrade (PSB-PA) e Leomar Quintanilha (PPB-TO). Após conhecer detalhes da denúncia do Ministério Público de Roraima contra a Associação Amazônia, acusada de ocupar e explorar irregularmente terras no estado, Jefferson afirmou que é necessário investigar o trabalho dessas entidades.

– Existem as ONGs sérias, mas também aquelas que são picaretagem e estão a serviço de interesses escusos. Acho que uma CPI vai ajudar a fazer essa separação e auxiliar no desenvolvimento da região amazônica – disse Jefferson.

Ademir Andrade acredita que a maioria das entidades tem bons propósitos, mas observou que podem ocorrer excessos na aquisição de conhecimento técnico e na condução de estratégias de ação. Ao combater a construção da hidrovía Araguaia-Tocantins e o asfaltamento das rodovias Santarém-Cuiabá e Transamazônica, por exemplo, as ONGs podem estar sendo contrárias aos interesses da população dessas áreas disse o senador.

– As ONGs devem representar os interesses da sociedade brasileira e cobrar do governo a demarcação de terras indígenas e a preservação e ampliação das reservas ambientais – afirmou Ademir.

Na opinião de Leomar Quintanilha, “é imperativo fazer uma investigação para ver os interesses que se escondem sob o escudo da proteção ambiental”. Para o senador, não se pode admitir que as ONGs interfiram no desenvolvimento do país. Ele ressaltou que a natureza deve ser explorada de forma sustentável sendo impossível alijar o homem desse processo.

QUESTÃO AGRÁRIA Proposta do senador Mozarildo Cavalcante, do PFL de Roraima, foi aprovada em plenário na terça

CPI do Senado investiga ONGs na Amazônia

Jarbas de Oliveira/Folha Imagem



A 32ª turma do programa de treinamento da Folha, que produziu caderno sobre o analfabetismo

ANDRÉA DE LIMA
DA AGÊNCIA FOLHA

O Senado Federal instalou uma CPI para investigar a atuação das ONGs no país e, em especial, nos Estados da Amazônia. Para iniciar suas atividades, falta a indicação dos representantes de cada partido. Proposta pelo senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), a CPI foi aprovada em plenário por 43 votos na terça-feira.

"A indicação dos integrantes da comissão deve ocorrer em dez dias. As lideranças me garantiram que o farão", disse Cavalcante.

A comissão parlamentar de inquérito vai apurar a interferência das organizações não-governamentais em questões indígenas, ambientais e de segurança nacional. Ela tem 180 dias para apresentar um relatório conclusivo.

"O objetivo dessa comissão não é fazer uma caça às bruxas, mas

um raio X das organizações. Reconheço que existem ONGs importantes. Algumas delas defendem interesses internacionais, de grandes corporações, sob a tese de defesa do meio ambiente e da causa indígena", disse Cavalcante.

Para ele, as políticas indígena e ambiental são comandadas hoje no país por essas organizações. "A gente não sabe como elas aplicam seu dinheiro".

"Não acho que exista um fato concreto para se criar uma comissão dessas. Se há irregularidade, não é caso de CPI mas de polícia. Deveria se criar uma CPI a partir do que o chefe dele (ACM) acaba de declarar", afirmou Sérgio Haddad, presidente da Abong (Associação Brasileira de ONGs).

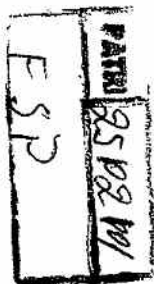
Para o CIR (Conselho Indígena de Roraima), essa proposta de CPI está associada à estratégia de inviabilização da homologação das reservas indígenas.

"Eles querem desacreditar as organizações que dão apoio aos povos indígenas, sob o argumento de que estamos contrariando os interesses da segurança nacional", disse André Vasconcelos, assessor do CIR.

Para Roberto Liebgott, secretário-adjunto do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), o senador defende interesses contrários aos dos índios, advogando a favor de mineradoras.

Cláudio Esteves de Oliveira, presidente da ONG Urihi (RR), de atendimento à saúde dos ianomâmis, afirmou que, se essa CPI for feita de maneira idônea, ela só vai ajudar.

O senador pefelista declarou que vai exigir que as lideranças das ONGs que o criticaram provejam suas acusações. "Se elas não tem nada a temer, vamos reconhecer que seu trabalho é bom e necessário."



Novo

As ONGs e a opinião pública

SILVIO CACCIA BAVA

PESQUISA sobre a influência das organizações não-governamentais, as ONGs, em cinco países industrializados (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e Austrália), encomendada à empresa americana de relações públicas Richard Edelman por empresas multinacionais e publicada em dezembro do ano passado, apresenta resultados impressionantes quanto ao prestígio das ONGs na opinião pública.

Em termos gerais, o que se destaca é que as pessoas têm o dobro de confiança nas ONGs do que nos governos, nas empresas e na mídia. Na França essa diferença é ainda mais gritante. Lá as ONGs são três vezes mais credíveis que o governo, cinco vezes e meia mais credíveis que as empresas privadas e nove vezes mais credíveis que a imprensa.

Para os europeus, os nomes que inspiram mais confiança são ONGs como Greenpeace, Anistia Internacional e Médicos Sem Fronteiras. A metade das pessoas entrevistadas declarou que as ONGs representam os valores nos quais elas também crêem. As razões do sucesso: as ONGs estão sempre na ofensiva, difundem suas mensagens diretamente ao público, são capazes de formar coalizões, têm causas claras e compreensíveis, agem com a velocidade da Internet e sabem falar para a mídia.

A pesquisa detectou também que esse enorme poder que as ONGs hoje possuem de mobilizar a opinião pública, aliado às suas críticas às políticas públicas, inquieta os governos, cuja tendência, para se defenderem, é denegrir a imagem daquelas que passam a considerar suas adversárias. Essas resistências começam a se desarmar lentamente,

O enorme poder que as ONGs hoje possuem de mobilizar a opinião pública inquieta os governos

como reconhece um diplomata francês, que diz: "todo mundo sabe hoje em dia que a ação não-governamental é indispensável e que as ONGs fazem parte do debate democrático. A polêmica em torno delas é simplesmente uma reação ao seu sucesso".

E quanto menos democráticos e mais atingidos pelas críticas das ONGs, mais os governos reagem virulentamente. Até uma CPI no Congresso os setores conservadores brasileiros criaram para atacá-las. Esses parlamentares ampliam o fosso entre o mundo da política e a sociedade, pois também aqui a opinião pública apóia e legitima as ONGs.

Na mesma época em que a empresa Richard Edelman divulga os resultados da sua pesquisa, a Associação Brasileira de ONGs, Abong, divulga pesquisa realizada pelo Ibope.

Espelhando o perfil de escolaridade do brasileiro, conhecem as ONGs 81% dos que já frequentaram a universidade, 45% dos que frequentaram o colégio, 26% dos que frequentaram o ginásio e apenas 11% dos que terminaram seus estudos no primário.

Declararam que as ONGs ajudam a sociedade brasileira 58% dos brasilei-

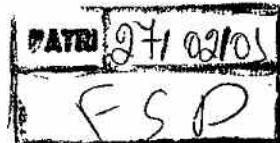
ros. Declararam que as ONGs atrapalham 13%. Nada menos que 27% dos brasileiros afirmaram que gostariam de participar de uma ONG. No caso da juventude, essa manifestação é ainda mais forte: 36% dos jovens de 16 a 24 anos manifestam seu desejo de integrar uma organização não-governamental.

Seus principais argumentos são: possuem um papel fundamental no Brasil de hoje, atendem as necessidades que não são atendidas pelo Estado, organizam a sociedade civil para lutar por seus direitos, existem para defender os interesses dos mais necessitados e existem para fiscalizar a ação do Estado.

As ONGs, grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos, contam com o apoio de grande parte da sociedade, mas têm limitado seus trabalhos porque vivem sempre em tremendas dificuldades de sobrevivência. Poderiam fazer muito mais e engajar maior número de pessoas nos seus trabalhos se o reconhecimento público que têm fosse materializado no apoio de fundos públicos ao seu fortalecimento institucional e ao de sua atuação, como ocorre em muitos outros países.

Neste momento de ampliação dos horizontes democráticos em nosso Estado, o Fórum Paulista de ONGs se prepara para apresentar propostas ao Fórum São Paulo Século 21, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e à Câmara Municipal de São Paulo. O objetivo é poder atender melhor às expectativas que grande parte da população deposita nas ONGs.

Silvio Caccia Bava, 50, sociólogo, é fundador e pesquisador do Instituto Polis e diretor da Associação Brasileira de ONGs (Abong).
E-mail: scbava@uol.com.br



**PL – FUNCIONAMENTO DAS ONGs
Câmara dos Deputados**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 90, DE 1999

(Do Sr. Alberto Fraga)

Estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

(A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - ART. 24, II)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA :

Art. 1º As Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras, para terem o seu funcionamento autorizado, além das disposições do Código Civil e demais legislações aplicáveis, terão que observar o contido nesta lei.

Art. 2º Para o início de suas atividades as ONGs deverão ter o registro do seu regimento interno e estatuto no Ministério da Justiça e na Secretaria de Justiça de todos os Estados onde tiver representação ou seja área de atuação.

Art. 3º As ONGs deverão apresentar mensalmente um relatório, aos órgãos do artigo anterior, contendo:

I - nome dos diretores ou representantes;

II - relação de todos os funcionários, inclusive estrangeiros que entraram e saíram do país;

III - área de atuação;

IV – todos os elementos utilizados para elaboração de pesquisas e coletas de dados;

V – recursos recebidos e sua origem;

VI – atividades desenvolvidas e emprego dos recursos.

Art. 4º A não observação do contido nesta lei implicará na ilegalidade da ONG e seu descredenciamento.

Art. 5º Os estrangeiros que atuarem nas ONGs deverão obter o visto nos termos da lei, sendo vedado a concessão de visto de turista e de estudante para esse fim.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Temos assistido no Brasil a proliferação de ONGs, nacionais e internacionais, sem que haja um controle efetivo das atividades desenvolvidas, seus representantes e origem dos recursos. Essas ONGs atacam o Governo brasileiro enquanto em seu país de origem não se atrevem a se manifestar e não tem autorização para tal. Temos como exemplo o fato de dizer que o Brasil tem violência, enquanto no país de origem tem a pena de morte em muitos Estados.

Acrescenta-se o fato de um descontrole sobre essas ONGs poderem gerar um campo fértil para o crime organizado exercer as suas atividades. Cito como exemplo que no Brasil temos mais de 2.000 ONGs para cuidar de menores de rua, enquanto que temos cadastrado menos de 2.000 menores, portanto menos de um menor por ONG.

Este projeto vem justamente clarear a atuação das ONGs, separando o joio do trigo, aquela que tem fundamentos e propósitos nobres daquela que visa apenas a ilegalidade.

Sala das Sessões, em 24 de fevereiro de 1999



Deputado **JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA**

PL 90/99 – Funcionamento das ONGs

De autoria do deputado Alberto Fraga (PMDB/DF), estabelece as condições para o funcionamento das Organizações não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

Pelo projeto as atividades das ONGs deverão ter registro do seu regimento interno e estatuto no Ministério da Justiça de todos os Estados onde tiver representação (área de atuação).

A matéria foi distribuída à Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados onde aguarda redistribuição de relatoria.

Salvo interposição de recurso por 1/10 dos deputados (52 deputados) a matéria será encaminhada ao Senado Federal.

DEPUTADO ALBERTO FRAGA (PMDB/DF)

Nascimento: 2 de junho de 1957 - Aracaju/SE

Profissão: Coronel da Polícia Militar

Formação: Militar

Legislaturas: 1999/2003

Partidos: PMDB

Outras Informações: Coronel da PM/DF, é suplente do deputado Tadeu Filipelli (PMDB/DF), que ocupa a Secretaria de Obras do Distrito Federal. Ligado à área de segurança pública e defesa dos militares no Congresso. Foi presidente da Comissão Especial de Segurança Pública da Câmara e relator dos projetos: que proíbe a venda de armas no Brasil, que concede aumento aos militares e que diminui a maioria penal. É autor de projetos polêmicos como a mudança do Hino Nacional. Ultracionalista é contra a presença e a exploração estrangeira em território nacional.



Senador Mozarildo Cavalcanti já tem as assinaturas para abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito Alberto Fraga: "A esquerda está alvoroçada, pois o dinheiro das ONGs significa a sobrevivência dela"

Sai CPI das ONGs

Claudio Cota

O Senado vai abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a atuação e a movimentação de verbas das Organizações Não-Governamentais que funcionam no país, como o DF Notícias publicou na última edição. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) já tem as assinaturas para abrir a CPI que investigará as entidades ditas sem fins lucrativos. O deputado Alberto Fraga (PMDB-DF) apresentou um projeto de lei que disciplina o funcionamento das ONGs e, ainda, a movimentação financeira.

"No ano passado, as ONGs movimentaram quase R\$ 1 bilhão. É muito dinheiro. Essa quantia representa quase quatro TRTs de São Paulo ou mais da metade do que o Banco Central usou para socorrer o Banco Fontecidam. É importante que essa entrada de verbas no país seja fiscalizada. Inclusive para que as entidades possam

mostrar a lisura na sua destinação", afirma Alberto Fraga. E denuncia: "Tem ONGs comprando áreas na Amazônia maiores que países da Europa ou Estados brasileiros".

O deputado peemedebista afirma que seu partido dará todo apoio à CPI. "Precisamos passar a limpo toda a atuação das entidades. Ninguém sabe se estão lavando dinheiro. Pode ser até do narcotráfico. As boladas encaminhadas por entidades internacionais não são monitoradas. O Banco Central sabe o valor. Mas não divulga. Assim,

as ONGs fazem a festa e seus diretores viajam o mundo inteiro, gastam os tubos. E fica por isso mesmo", adverte Fraga.

O deputado diz ter certeza de que grande parte do dinheiro vai para partidos de esquerda ou entidades ligadas a eles, como o Movimento dos Sem-Terra. "Diante da CPI e do meu projeto, a esquerda está alvoroçada. Afinal, é a sobrevivência delas que está em jogo", acrescenta.

"Ninguém sabe se estão lavando dinheiro, inclusive do narcotráfico"

Deputado Alberto Fraga

Cabide de empregos

A maior parte das ONGs não está cadastrada pelo Ministério da Justiça, que, hoje, só tem em seu arquivo o nome de 23 entidades. "São milhares", afirma Alberto Fraga, comentando que no Distrito Federal chegam a centenas. Ele tem razão. O DF abriga muitas entidades ligadas a partidos de esquerda, sendo que a maioria tem ligações com o PT. Entre petistas virou moda criar ONGs, algumas com atuação desconhecida. A mais famosa é a chamada "Missão Criança", capitaneada pelo ex-governador Cristovam Buarque. O objetivo da entidade é arrecadar fundos para a Bolsa-Escola, um projeto implementado por Cristovam quando era governador - frise-se que a Bolsa-Escola não é uma

criação dele. Foi implantada primeiro em Campinas, São Paulo.

Entre os ex-assessores de Cristovam, vários criaram ONGs. É o caso do ex-secretário da Agricultura, João Luís Homem de Carvalho. Também o ex-secretário do Meio Ambiente e hoje deputado distrital Chico Floresta tem seu nicho. O mesmo acontece com o ex-secretário de Serviços Sociais, Oswaldo Russo. O deputado Alberto Fraga se mostra curioso não pela criação das entidades, mas pela manipulação de verbas. E criação de empregos para companheiros de partido. "As entidades são fomentadas por organismos internacionais, como a Unicef e o Banco Mundial", disse.



Fraga quer prestação de contas: dinheiro de ONGs vai para partidos de esquerda

Festa com dinheiro do trabalhador

O Banco Mundial revelou que dos US\$ 700 milhões que destina ao Brasil anualmente, 10% vão para as ONGs. "É muito dinheiro", disse um ex-parlamentar, lembrando que entidades bra-

sileiras também doam dinheiro às ONGs, principalmente sindicatos. No DF, isso já foi comprovado. O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União

(Sindlegis) doou recentemente R\$ 5 mil para a "Missão Criança" do ex-governador Cristovam Buarque. "É uma festa com o dinheiro do trabalhador", comenta Fraga.